



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades
“Territórios e Expressões Culturais no Cerrado”

ANDRÉ SOUSA SANTOS

**PESCA ARTESANAL E PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL EM ARAGARÇAS
(GO), PONTAL DO ARAGUAIA (MT) E BARRA DO GARÇAS (MT).**

Anápolis
Abril/ 2018

ANDRÉ SOUSA SANTOS

**PESCA ARTESANAL E PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL EM ARAGARÇAS
(GO), PONTAL DO ARAGUAIA (MT) E BARRA DO GARÇAS (MT).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades na área interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dulce Portilho Maciel.

Anápolis
Abril/ 2018

Ficha catalográfica

S237p

Santos, André Sousa .

Pesca artesanal e problemática socioambiental em Aragarças(GO), Pontal do Araguaia(MT) e Barra do Garças(MT) [manuscrito] / André Sousa Santos – 2018.

116f. : il.

Orientadora: Prof^a Dr^a Dulce Portilho Maciel. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Geografia econômica – Goiás (Estado).
2. Urbanização – Recursos naturais - Pesca – Vale do Rio Araguaia(GO).
3. Dissertações – TECCER - CCSEH/UEG. I.Maciel, Dulce Portilho. II.Título.

CDU 911.3:330(817.3(043.3)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/CCSEH
CRB1/2385

ANDRÉ SOUSA SANTOS

**PESCA ARTESANAL E PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL EM ARAGARÇAS
(GO), PONTAL DO ARAGUAIA (MT) E BARRA DO GARÇAS (MT).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades na área interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dulce Portilho Maciel.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Dulce Portilho Maciel
Orientadora/PPG TECCER/ UEG

Prof.^a Dr.^a Divina Aparecida Leonel Lunas
Examinadora/PPG TECCER/ UEG

Prof.^a Dr.^a Veralúcia Pinheiro
Examinadora/PPG IELT/ UEG

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Oliveira
Suplente/PPG TECCER/ UEG

Prof.^o Dr.^o José Santana da Silva
Suplente/ UEG CCSEH

Anápolis, 04 de abril de 2018

À minha mãe Ana Maria...

Por sempre apoiar os meus projetos de vida.
Por me fazer acreditar que sou capaz de ir além.

Essa conquista é nossa!

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Goiás e ao Programa de Pós-Graduação TECCER pelo empenho na oferta do curso.

À minha querida orientadora, professora Dr.^a Dulce Portilho Maciel, por ter se aventurado enquanto historiadora em orientar um biólogo metido nas Ciências Sociais; por ter acreditado no meu trabalho, dividindo comigo o seu conhecimento e me conduzido da melhor maneira possível pelos caminhos desta pesquisa.

Aos professores Dr.^a Divina Aparecida Leonel Lunas, Dr.^a Veralúcia Pinheiro, Dr.^a Maria de Fátima Oliveira e Dr.^o José Santana da Silva, por gentilmente atenderem ao convite para compor a banca examinadora, desde a qualificação e também na defesa final.

À Débora Salermo (secretária do TECCER) por ser essa pessoa de educação e eficiência ímpar, sempre atendendo as minhas solicitações com presteza e agilidade.

À Sra. Jeandra Santos Barbosa e demais servidores da Colônia de Pescadores Z9, por colaborarem de forma incisiva com informações que foram de suma importância para a concretização do trabalho.

Aos pescadores artesanais de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças, pessoas a quem dispenso meu respeito e minha gratidão por terem colaborado com as informações que eu tanto precisei para minha pesquisa.

De maneira especial, agradeço ao pescador Jazon Leolino, exímio conhecedor das questões que envolvem a pesca artesanal na região do Araguaia. Obrigado por todas as informações e acima de tudo pela disponibilidade em percorrer vários lugares de Aragarças em pleno domingo, me acompanhando durante a coleta de dados.

Ao meu tio Carivaldo (*in memoriam*) que partiu enquanto eu fazia o mestrado, pelo carinho e atenção a mim dispensados, pelo incentivo e por me servir de várias formas no início do curso.

Esse mesmo sentimento de gratidão se estende à tia Luzinete, Pamela, Bárbara e Adriano, que estiveram sempre por perto e sempre preocupados se eu estava precisando de alguma coisa. Na verdade eu sempre precisava... inclusive daqueles pães de mel deliciosos, que me mantinham acordado quando eu precisava estudar até tarde da noite.

Aos meus amigos Tiago Rege e Phábio Rocha, grandes entusiastas deste trabalho, por todo o apoio do início ao fim do trabalho, pelas leituras, sugestões, idas a campo e pelas críticas (sempre bem vindas).

Aos amigos que a UEG e o TECCER me deram de presente: Diôgo, Pedro Henrique, Amanda, Camila, Fernando, Romênia, Kelly, Max, Dilceli, Maria Cristina e Darlen... obrigado pelas horas de estudos que dividimos, viagens e tantas outras coisas que fizemos juntos.

À minha amiga Elyana Teixeira, que com muita eficiência e capricho transcreveu todas as entrevistas gravadas.

À minha cunhada Edith, pela confecção do abstract deste e tantos outros trabalhos ao longo do mestrado.

Aos meus familiares, amigos e colegas de trabalho, pelo incentivo, pela torcida, pelas energias positivas que foram imprescindíveis nesse caminhar.

“[...] mesmo silenciado e mesmo por vias indiretas, o homem comum tem sido o protagonista da História.”

(José de Souza Martins)

RESUMO

A pesquisa propõe uma análise e compreensão sobre como os projetos políticos de povoamento e exploração econômica da região de Aragarças - GO, Pontal do Araguaia - MT e Barra do Garças - MT tem interferido nas atividades de pescadores artesanais desses municípios. O estudo abrange o período entre o início da ocupação da região onde estão inseridas as três cidades, por volta da década de 1920 e os dias atuais. A execução desses projetos desencadeou alterações no contexto ambiental da região, provocando grandes modificações para grupos da sociedade que dependem dos recursos naturais para sobreviverem econômica e culturalmente. Na execução da pesquisa foram utilizados métodos de História Oral e História de Vida a partir da realização de entrevistas com pescadores. No transcorrer de suas atividades, os pescadores artesanais precisam lidar com muitas oscilações ambientais e financeiras, fatores que colaboram para uma crise social que cada vez mais fomenta conflitos que comprometem a manutenção e perpetuação de suas atividades. Sugere-se um olhar voltado para a conservação dos recursos ambientais e culturais, com a criação de políticas públicas que promovam equidade em relação a todas as parcelas da sociedade.

Palavras-chave: Urbanização, Modernização econômica, Pescadores artesanais, Vale do rio Araguaia.

ABSTRACT

The research proposes an analysis and understanding about how the political projects of settlement and economic exploitation in the region of Aragarças-GO, Pontal do Araguaia-MT and Barra do Garças-MT have interfered in the activities of artisanal fishers of these cities. The study goes back to the beginning of the occupation of the region where the three cities are inserted, from the 1920s to the present day. The execution of these projects has initiated changes in the environmental context of the place, causing wide disturbance for other groups in the society that also rely on natural resources to survive economically and culturally. During the research, the methods of Oral History and History of Life were used, from the interviews done with the fishers. During their activities, artisanal fishers have to deal with many temporal, environmental and financial oscillations, factors that contribute to a social crisis that increasingly suppresses and encourages conflicts which impair the maintenance and continuance of their activities. It is suggested a look back to the conservation of environmental and cultural resources, with the creation of public policies that promote equality to the society as a whole.

Key words: Urbanization, Economic improvement, Artisanal fishers, Valley of Araguaia River.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Ministro João Alberto Lins de Barros com o Presidente Getúlio Vargas em visita a Aragarças durante os trabalhos iniciais da Fundação Brasil Central.....	45
Ilustração 2 - Cruzeiro que marcou o início da construção da cidade de Aragarças-GO e aspectos das primeiras casas.....	49
Ilustração 3 - Abertura de estrada ligando Aragarças a Nova Xavantina em 1943.....	51
Ilustração 4 - Construção da ponte sobre os rios Garças e Araguaia na década de 1950....	52
Ilustração 5 - Aspecto das moradias construídas no distrito de Pontal do Araguaia na década de 1970.....	61
Ilustração 6 - Pequeno comércio no distrito de Pontal do Araguaia na década de 1970.....	62
Ilustração 7 - Vista aérea dos municípios de Aragarças (GO), Pontal do Araguaia (MT) e Barra do Garças (MT).....	63
Ilustração 8 - Mapa de localização dos municípios de Aragarças (GO), Pontal do Araguaia (MT) e Barra do Garças (MT).....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução demográfica de Barra do Garças – MT e Aragarças - GO, 1960-1980.....	56
Tabela 2 - Evolução demográfica de Aragarças-GO, Barra do Garças-MT e Pontal do Araguaia-MT entre 1980 e 2010.....	64
Tabela 3 - Estabelecimentos de saúde em Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO.....	67
Tabela 4 - Estatísticas do Cadastro de Empresas em Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO.....	67
Tabela 5 - Instituições de Ensino (Educação Básica) em Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO.....	68
Tabela 6 - Número de Instituições de Ensino Superior em Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABHO	Associação Brasileira de História Oral
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
ERX	Expedição Roncador Xingu
FBC	Fundação Brasil Central
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MT	Mato Grosso
OVNI	Objeto Voador não Identificado
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa Nipo Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado
PRODEGRAN	Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados
PRODEPAN	Programa para o Desenvolvimento do Pantanal
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
UEG	Universidade Estadual de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA DE VIDA: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES.....	19
1.1 HISTÓRIA ORAL: SUA TRAJETÓRIA COMO MÉTODO DE PESQUISA.....	21
1.2 DA SUBJETIVIDADE À FONTE DE PESQUISA	25
1.3 HISTÓRIA ORAL - UMA FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA HISTÓRIA.....	28
1.4 HISTÓRIA ORAL COMO MÉTODO	31
1.5 HISTÓRIAS DE VIDAS COMO INSTRUMENTOS DE PESQUISAS SOCIAIS.....	34
1.6 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS E ELABORAÇÃO DAS HISTÓRIAS DE VIDA.....	36
1.7 NOTAS FINAIS.....	37
2. DA GÊNESE AOS DIAS ATUAIS: APONTAMENTOS SOBRE AS CIDADES DE ARAGARÇAS (GOIÁS), BARRA DO GARÇAS (MATO GROSSO) E PONTAL DO ARAGUAIA (MATO GROSSO).....	39
2.1 A GÊNESE DAS CIDADES IRMÃS: O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DE BARRA DO GARÇAS E ARAGARÇAS.....	40
2.2 DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO: PLANOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE.....	45
2.3 DA FBC A OUTROS PROJETOS: AÇÕES ESTATAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE.....	53
2.4 CIDADE ENTRE DOIS RIOS: PONTAL DO ARAGUAIA.....	60
2.5 A DINÂMICA DE INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ARAGARÇAS, PONTAL DO ARAGUAIA E BARRA DO GARÇAS	64
2.6 NOTAS FINAIS	70
3. SER PESCADOR: CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E PERPETUAÇÃO DA PESCA ARTESANAL	71
3.1 PESCA COMO ELEMENTO DE COMPREENSÃO DO ESPAÇO	74
3.2 PESCADORES ARTESANAIS: CONQUISTAS E REPRODUÇÃO SOCIAL.....	77

3.3 PESCA ARTESANAL E A (IN)SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS.....	82
3.4 NOTAS FINAIS	87
4. PESCADORA, SIM! E POR QUE NÃO? A TRAJETÓRIA DE DONA AURORA E A EXPERIÊNCIA COM O MÉTODO “HISTÓRIA DE VIDA”.....	89
4.1 CONCEITOS ELEMENTARES SOBRE O MÉTODO “HISTÓRIA DE VIDA”.....	90
4.2 A HISTÓRIA DE DONA AURORA – REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PAPEL DA MULHER NA PESCA.....	97
4.3 NOTAS FINAIS.....	104
CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXOS.....	118

INTRODUÇÃO

As cidades de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças estão situadas no Vale do Araguaia, na confluência dos rios Araguaia e Garças, divisa dos estados de Mato Grosso e Goiás, onde predomina o bioma Cerrado englobando toda sua biodiversidade.

Desde a ocupação da área que compreende esses municípios até os dias de hoje, é comum a presença de pescadores artesanais exercendo suas atividades nos rios e córregos que banham a região, inclusive em trechos que compreendem o perímetro urbano das três cidades.

A pesca artesanal é caracterizada pela captura direta dos peixes com a utilização de instrumentos relativamente simples, geralmente confeccionadas pelos próprios pescadores. A prática dessa modalidade de pesca faz daqueles que a praticam, exímios conhecedores de questões ambientais que envolvem a sazonalidade das capturas, do regime de chuvas, do período reprodutivo dos peixes, o que reforça a manutenção dessa atividade em padrões artesanais, além de contribuir para a preservação e manutenção das variadas espécies de fauna aquática.

Mas observa-se atualmente que a frequência com que estes pescadores têm sido vistos tem diminuído ao passo em que as cidades se desenvolvem e a urbanização avança.

Pressupõe-se, portanto, que o processo de ocupação e urbanização das margens dos rios interferiu e está interferindo na identidade cultural e econômica desses trabalhadores ao impossibilitar o seu modo de fazer a pesca conforme desenvolveram ao longo do processo de ocupação, pois desde o garimpo de diamantes, até as atividades agropecuárias atuais, a ação humana tem modificado paisagens e alterado a dinâmica do meio ambiente.

Nota-se que temáticas como estas são pouco lembradas e, por consequência, pouco valorizadas pelos moradores da região, de forma que seja possível inferir sobre a necessidade de levar essas questões a serem discutidas, a fim de que as pessoas possam perceber, apreciar e valorizar essa diversidade de características histórico ambientais que permeiam a região de estudo. É salutar que haja respeito não só pelo patrimônio natural, mas também pelo patrimônio histórico. É também importante fomentar a valorização da identidade local.

A pesquisa buscou desenvolver estudos que tenham como referência o processo histórico da utilização dos recursos naturais locais e sua interferência no trabalho de pesca artesanal.

O estudo abrange o período entre o início da ocupação da região onde estão localizadas as três cidades, por volta da década de 1920 quando uma grande leva de

migrantes, oriunda principalmente da região Nordeste do país, começou a chegar à região atraída pelas famosas jazidas de diamantes localizadas na região do vale rio Araguaia. A partir de 1924, começaram a se instalar as primeiras famílias garimpeiras que, além da garimpagem, tinham também na pequena lavoura de beira rio, na caça e na pesca seus meios de subsistência.

A ocorrência de ouro e pedras preciosas no vale do rio Araguaia contribuiu para o início da ocupação daquela região, além dos projetos políticos que fomentaram o povoamento e desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste.

Estas e outras aptidões despertaram o interesse em explorar este território que na ocasião era pouco habitado e pouco desenvolvido do ponto de vista econômico. Dessa forma, o então presidente Getúlio Vargas objetivando a exploração dessa vastidão de terras e a incorporação destas à dinâmica de desenvolvimento econômico e territorial lançou a campanha Marcha para o Oeste e criou instituições como a Fundação Brasil Central.

Além da Fundação Brasil Central, outras ações estatais na região Centro-Oeste também influenciaram na dinâmica econômica e ambiental deste território. Cabe aqui ressaltar, dentre tantas outras ações, a criação, em 1967, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), que teve como finalidade promover o desenvolvimento da região.

Percebe-se, assim, que desde o início do processo de ocupação das cidades de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças, atividades envolvendo exploração do meio ambiente foram as protagonistas na produção econômica. Dessa forma, ainda hoje atividades dessa natureza, como a agricultura e a pecuária representam a base da economia regional, além da mineração e das atividades de turismo.

Logo, em virtude dessas atividades econômicas, que utilizam diretamente os recursos naturais, muitas mudanças ocorreram no cenário ambiental, sobretudo o desenvolvimento das atividades garimpeiras, de agricultura e de pecuária que interferiram e ainda interferem diretamente na prática da pesca artesanal.

Compreender como estes projetos políticos tem interferido nas atividades de pescadores artesanais na região de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças é a proposta desta pesquisa.

Houve, portanto, a necessidade de fazer um levantamento sobre o processo histórico de ocupação desses lugares, além da utilização dos recursos naturais locais, a fim de discutir a respeito da gestão dos recursos ambientais que foram e ainda são importantes para a manutenção da economia e da identidade cultural da região.

Por apresentar um caráter interdisciplinar, esta investigação recorreu a diferentes áreas de estudo para melhor análise do seu objeto de pesquisa. Assim, na História e na Geografia encontramos elementos que possibilitaram a compreensão sobre o processo histórico e geopolítico de ocupação da região em estudo. Os estudos antropológicos permitiram avaliar a importância de conhecer e preservar o modo tradicional da pesca artesanal, entendendo-a como uma característica não apenas econômica, mas também de identidade cultural, além de outras áreas de conhecimento que foram indispensáveis para a análise da degradação que estes ambientes estão sofrendo, as novas características que estão surgindo e como elas estão sendo compreendidas e apropriadas pelos pescadores.

Na execução da pesquisa foram utilizados os métodos de “História Oral” e “História de Vida” a partir da realização de entrevistas com pescadores que contribuíram com o levantamento de dados do estudo. A utilização de tal documentação oral (pessoas que viveram o processo em estudo) como fonte de pesquisa se justifica, pois em todos os momentos da história do homem a oralidade foi um dos mais significativos mecanismos de preservação e reconstituição da história de um grupo, suas vivências, suas práticas, suas tradições, enfim, sua cultura. Assim, o registro das narrativas orais teve o intuito de captar as experiências de pessoas que fizeram parte do processo histórico no cenário pesquisado e que ainda guardam a tradição da pesca artesanal. As entrevistas foram registradas com o uso de gravador digital, com prévia autorização por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O processo de coleta de dados desta pesquisa iniciou-se na Colônia de Pescadores Z9 de Barra do Garças, que conta hoje com aproximadamente 1.400 pescadores cadastrados. Destes, foram selecionados aqueles que exercem a pesca em caráter artesanal e com maior tempo de exercício da profissão. As abordagens aos pescadores foram feitas pessoalmente, com agendamento prévio da entrevista, em locais e horários por eles determinados.

Ainda como fontes de estudos foi realizada pesquisa bibliográfica, além de consultas a documentos produzidos por órgãos especializados como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e outros.

A presente dissertação de mestrado compõe-se de quatro capítulos. O primeiro capítulo “*História Oral e História de Vida: características e possibilidades*”, apresenta, em linhas gerais, os métodos utilizados na pesquisa, suas principais características, bem como o procedimento de coleta de dados.

O segundo capítulo “*Da gênese aos dias atuais: apontamentos sobre as cidades de Aragarças (Goiás), Barra do Garças (Mato Grosso) e Pontal do Araguaia (Mato Grosso)*”

tem a proposta de contextualizar, numa perspectiva histórica, o processo de formação e desenvolvimento das cidades que representam a área de estudo da pesquisa, incluindo os projetos políticos para o desenvolvimento da região Centro-Oeste.

O terceiro capítulo “*Ser pescador: condições de desenvolvimento e perpetuação da pesca artesanal*” tem a pretensão de apresentar o conceito de pesca artesanal e suas principais características, as particularidades dessa atividade na região de estudo, além de uma análise da adaptação dos pescadores artesanais às novas dinâmicas e condições materiais de atuação/trabalho, elementos indispensáveis para continuarem desenvolvendo seu trabalho.

O quarto capítulo *Pescadora sim! E por que não? A trajetória de Dona Aurora e a experiência com o método “História de Vida”* apresenta uma síntese da utilização do método História de Vida, abordando seus conceitos elementares aliados à trajetória de vida de uma pescadora artesanal envolvida na pesquisa.

Espera-se, contudo, que a discussão em torno desse trabalho desperte um olhar diferenciado para a história da região onde ocorreu o estudo, sobretudo para a conservação dos recursos ambientais, culturais e para as pessoas e comunidades tradicionais inseridas neste contexto.

CAPÍTULO 1. HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA DE VIDA: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES

Para escolher um método a ser utilizado nesta pesquisa, temos como pressuposto o fato de pensar em um procedimento que possibilite o estudo de um tema contemporâneo com vistas ao passado. Temos então, a História Oral, como uma técnica que utiliza recursos relativamente simples, embora tenha rigor teórico e científico, além da possibilidade de enriquecer o trabalho, agregando valores e características que vão além de documentos escritos, de objetos e dados concretos.

Há a necessidade de informações importantes que mostrem além daquilo que é visível, informações que estão guardadas nas lembranças de muitas pessoas que garantem novas perspectivas às pesquisas históricas.

Sobre este assunto, Le Goff (1998, p.08), enfatiza que estas características fazem parte de “[...] uma história do poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário”. O autor nos apresenta a ideia de que o historiador deve considerar as formas de organização social e as representações nelas contidas. Esta corrente historiográfica recebeu o nome de “História Nova”.

A chamada “História Nova” seria a ampliação da História tradicional numa perspectiva interdisciplinar abrangendo outras áreas do conhecimento e permitindo analisar os processos históricos e compreender os fenômenos sociais. Este movimento historiográfico foi liderado pelos historiadores Lucien Febvre e March Bloch que em 1929, conjuntamente com outros historiadores, idealizaram a chamada “Escola dos Annales”. Foi a partir do trabalho em equipe destes historiadores que:

O grupo ampliou o território da história abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e do desenvolvimento de novos métodos para explorá-los. Estão também associadas à colaboração com outras ciências ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes das ciências sociais. (BURKE, 1997, p. 126).

Os estudos históricos-sociais da “Escola dos Annales” ampliaram o campo de abordagem da História, e a partir de então, uma gama de pesquisas foram surgindo com a finalidade de compreender a sociedade numa perspectiva holística.

Da “Escola dos Annales” até as mais atuais vertentes historiográficas, é possível reconhecer que as características da “História Nova” estão presentes em grande parte das pesquisas histórico-sociais de hoje, a exemplo do método de História Oral.

A História Oral traz em seu bojo muitas dessas características quando trata da história que marca a vida de tantas pessoas. Neste caso, nos referimos à memória dos atores envolvidos em pesquisas, suas vivências, fatos que marcaram suas vidas, momentos que, a partir da oralidade podem vir a ser documentados e transformados em fontes de pesquisa.

Para Montenegro (2010, p. 14), estudos realizados a partir da oralidade propiciam ao pesquisador “pensar a escrita da história contemplando a pluralidade dos sentidos”.

O uso de câmeras, gravadores, roteiros de pesquisas e outros instrumentos, fazem parte do cotidiano de pesquisadores que adotam a “História Oral” como metodologia em suas pesquisas.

Trata-se, portanto, de uma técnica que desde a década de 1940 ganhou notoriedade ao se fazer presente em pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, e que em nossas investigações, auxiliarão na coleta de dados, feitas em forma de entrevistas com os indivíduos que com seus depoimentos, nos colocarão mais próximos de nosso objeto de pesquisa.

Vivendo em um mundo globalizado, onde a sociedade é bombardeada pela tecnologia de informação, a oralidade, mesmo quando marcada por uma notória simplicidade, se destaca, pois aparece como uma possibilidade bastante eficaz nas pesquisas em que é empregada.

Os relatos obtidos com as entrevistas realizadas, transcritos e cuidadosamente analisados, representam um consistente subsídio para a elaboração das chamadas “Histórias de Vida”, onde os aspectos mais relevantes da vida de muitos pescadores serão retratados com muita atenção e cautela, a fim de dar a maior fidedignidade possível às suas trajetórias de vida, que, aliás, representam fundamental importância para atender aos propósitos desta pesquisa.

Para que haja garantia de que não haverá nenhum tipo de prejuízo aos depoentes, no decorrer da pesquisa foram obedecidas as normas prescritas pela Resolução 196/96 do Ministério da Saúde, que fundamenta e direciona os procedimentos a serem adotados em pesquisas que envolvem seres humanos. Esta resolução garante àqueles que se propuseram a participar da pesquisa, total esclarecimento sobre os objetivos nela propostos, deixando-os cientes de que todos os trâmites que envolvem o uso das informações por eles prestadas serão mantidas em sigilo, sendo utilizadas somente para as finalidades elencadas em documento impresso em duas vias, sendo que uma delas destina-se a ser entregue ao entrevistado e a outra ao pesquisador.

Assim, temos que “História Oral” e “História de Vida”, são técnicas que oferecem fortes colaborações entre si, e, que seguramente garantem todos os rigores exigidos por ambas, desde que obedecidas todas as prerrogativas no momento em que forem executadas. Conheceremos a seguir, um pouco dessas características.

1.1 HISTÓRIA ORAL: SUA TRAJETÓRIA COMO MÉTODO DE PESQUISA

Na produção de conhecimentos históricos, há tempos a História Oral inova, justamente por possibilitar a estes estudos a inserção de muitos sujeitos que são parte de uma história, e com eles, todas as suas experiências de vida, que por sua vez, trazem uma ilustração diferenciada e acabam transformando a vida desses indivíduos e grupos sociais, suas representações, condições de vida, tanto materiais como imateriais, em fontes de estudos no campo das Ciências Sociais e áreas correlatas.

É sabido que a História Oral foi, a princípio, bastante utilizada pelos movimentos sociais e posteriormente veio, também, a ser utilizada no meio acadêmico. A busca por informações sobre o surgimento desta prática remonta às décadas de 1940 e 1950 nos Estados Unidos, onde a História Oral era tida como um complemento da História. Ainda timidamente, na década de 1960 pesquisadores italianos aderiram a esta prática. Na década de 1970, pesquisadores latinos americanos deram crédito à História Oral, endossando o rol daqueles que acreditavam neste método. E assim, a História Oral foi se espalhando e ganhando cada vez mais adeptos.

Os anos 1980 foram marcados por encontros e reuniões entre pesquisadores em História Oral a fim de fortalecer o que eles acreditavam que pudesse ganhar prestígio e viesse a ter um reconhecimento maior entre pesquisadores do mundo inteiro. Foram realizados vários encontros de cunho internacional que resultaram, de fato, naquilo que se pretendia - a História Oral ganhou um impulso a mais.

Há indícios da introdução da História Oral no Brasil nos anos 1970, com a criação do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) por meio da Escola de Ciências Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas/Rio de Janeiro). Esta instituição foi concebida a fim de pensar e entender questões que fossem além de fatos relacionados à política.

A historiadora Aspásia Camargo, em entrevista à Celina D’Araújo (1999, p.167) ressalta que, em suma, o que levou à criação do CPDOC, foi a “necessidade de transformar arquivos em fontes de pesquisa, para que então, estes tivessem visibilidade acadêmica”.

É certo que hoje o CPDOC/FGV apresenta um grau de representatividade muito grande no meio acadêmico no que diz respeito à História Oral, mas antes de sua criação, alguns historiadores já faziam diferença ao tratar a história de maneira que o pesquisador em si, não se restringisse a ser apenas um historiador documentalista, mas sim, que tivesse um olhar mais amplo para as questões sociais.

Temos como exemplo, o caso do historiador Hélio Silva, que segundo D'Araújo (1999, p. 168) “não usava propriamente a metodologia do historiador, aquela coisa obsessiva do detetive, que tem que juntar todas as peças para tirar uma conclusão e poder organizar seu texto”. Hélio Silva se destacou como historiador ao privilegiar em seus trabalhos, uma visão holística dos fatos que envolviam seus objetos de estudo.

Mas foi somente na década de 1990, que a História Oral ganhou maior expressividade entre os pesquisadores brasileiros, vindo a consolidar-se, de fato, como metodologia de pesquisa. A partir das informações de Alberti (2013, p. 14) é evidente que: “o movimento da História Oral no Brasil dinamizou-se e hoje contamos com diversas instituições de ensino e pesquisa que se dedicam ao assunto, além da Associação Brasileira de História Oral (ABHO).”

Temos nos registros da Associação Brasileira de História Oral que:

A gravação de entrevistas com testemunhas da história teve início na década de 1950, após a invenção do gravador à fita, na Europa, nos EUA e no México. A partir dos anos 1970, as técnicas da História Oral difundiram-se bastante e ampliou-se o intercâmbio entre os que a praticavam. Foram criados programas de História Oral em diversos países e editados livros e revistas especializados na matéria. Os anos 1990 assistiram à consolidação da História Oral no meio acadêmico e a criação da ABHO, em 1994 (ABHO, 2016).

Após este longo percurso, é possível afirmar que a História Oral hoje faz jus a todos os esforços empreendidos para que seu reconhecimento acontecesse, o que merece total respeito no meio acadêmico, tamanhas são as possibilidades de usos deste método em pesquisas de áreas distintas.

Isso se justifica por seu caráter interdisciplinar, que traz consigo conceitos e preceitos da História, da Antropologia e tantas outras áreas que se entrecruzam no bojo da História Oral. Neste sentido, é possível conferir um novo viés aos estudos históricos, inserindo atores e narrativas que vão se tornar em fontes de pesquisas.

Para Lozano (2006, p.15), a utilização dos estudos da oralidade se deu a partir de estudos da antropologia, onde [...] “no âmbito da pesquisa dos processos de transmissão das tradições orais, principalmente aquelas pertencentes a sociedades rurais, onde os modos de transmissão e conhecimento ainda transitam, de maneira relevante, pelos caminhos da

oralidade”. A autora Marieta de Moraes Ferreira (1998, p. 1) completa argumentando que um dos compromissos da história oral é “dar voz aos excluídos e marginalizados”.

É possível, a partir da fala de um entrevistado, valorizá-lo enquanto sujeito histórico, além de reviver momentos talvez esquecidos por muitos, prestes a desaparecerem num universo temporal. Outro aspecto importante está relacionado à (re)inserção dos entrevistados num contexto social que, ele, por sua vez, não se sinta como parte integrante. Trata-se de fazê-los se sentirem importantes, sujeitos de suas próprias histórias, e, acima de tudo, oportunizando que as novas gerações vivam e sintam, pelo menos um pouco, daquilo que já não existe em seu cotidiano.

Tendo como principal premissa a realização de entrevistas com pessoas que possam ilustrar com seus conhecimentos/memória um determinado fato ocorrido em tempos passados e também presentes, a História Oral traz como bagagem, uma gama de possibilidades e tendências a serem utilizadas a fim de registrar tais acontecimentos.

A História Oral, ainda que tida como uma técnica antiga configura-se como um meio moderno de obtenção de informações e dados que subsidiem estudos que remontem à história de pessoas e grupos sociais, seus modos de vidas, dentre outros aspectos históricos.

Efetivamente, são muitas as possibilidades e vantagens que um pesquisador pode ter utilizando esta técnica, dentre elas podemos citar o contato direto com aqueles que podem levá-lo a uma melhor compreensão de seus objetos de estudo, a possibilidade de vivenciar os fatos relacionados ao passado, ser viabilizador da concretização de vivências e representações que passam a ser documentadas a partir da pesquisa.

A este propósito, podemos dizer que a invenção do gravador de voz impulsionou e fomentou a aceitação da História Oral como técnica de pesquisa, uma vez que o uso deste instrumento possibilitou o arquivamento das narrativas, permitindo que fossem feitas verificações do material colhido em outro momento. Logo, não somente os registros escritos, mas também os relatos dos entrevistados propriamente ditos, passaram a ser reconhecidos e alvos de maior interesse por parte de pesquisadores.

Parafraseando Voldman (2006, p. 35), as testemunhas passaram a ser dignas de fé, pois ao serem gravadas, suas palavras poderiam ser utilizadas como provas pela comunidade científica. Fica demonstrado assim, a importância da transcrição de entrevistas e o arquivamento destas, a fim de conferir às pesquisas, um caráter de honestidade àquilo que está sendo produzido cientificamente.

A utilização de narrativas orais possibilita o contato com informações oriundas de indivíduos ou grupos que pouco provavelmente tem acesso aos meios de informação e

divulgação de seus saberes e práticas, de suas trajetórias, incluindo os agravos de uma sociedade capitalista e injusta do ponto de vista social, econômico, ambiental e cultural. A fim de ilustrar esta proposição, podemos mencionar como exemplos, os moradores de zonas rurais, comunidades tradicionais ribeirinhas, quilombolas, indígenas, entre outros.

Falamos aqui de um método inovador, capaz trazer à tona fatos nem sempre abordados nos estudos da história acadêmica tradicional, detalhes que fazem diferença quando se quer demonstrar algo que precisa ir além do que as publicações, documentos, fotografias e quaisquer outros registros podem mostrar.

Não se espera, contudo, que a História Oral seja tratada num patamar à parte de outros aspectos históricos, mas sim que venha colaborar e agregar valores, trazendo aspectos, detalhes, ilustrações, vozes, características que nem sempre estão aparentes em outros estudos e publicações.

O pesquisador Antonio Torres Montenegro aborda este assunto dizendo que mesmo os documentos escritos, nem sempre são dignos de credibilidade, e, que o preenchimento das lacunas deixadas durante a elaboração destes, pode ser realizado utilizando-se de detalhes presentes em outras fontes, tais como relatos orais, para comprovar, ou não, as hipóteses levantadas em diversas pesquisas. Observemos os questionamentos do autor no trecho a seguir:

Nessa perspectiva, o historiador definia técnicas que lhe possibilitavam verificar a autenticidade e a procedência do documento, e estabelecia o método que se constituía no caminho seguro para a descoberta do verdadeiro significado dos acontecimentos passados. Afinal, o que conteriam de verdade documentos de procedências tão diversas, muito resultantes da pura imaginação de seus criadores? Segundo os critérios técnico-científicos da ciência dominante, a verdade científica deveria ser buscada em outras fontes. (MONTENEGRO, 2010, p.25).

Em suas considerações, Gwyn Prins (1992, p.163) chama a atenção para o fato de que “muitos podiam nessa altura ser um pouco mais generosos e admitir a história oral como a história escrita com evidência acumulada de uma pessoa viva, de preferência àquela de um documento escrito, como uma ilustração agradável e útil”.

Com isso, podemos nos arriscar em dizer que a História Oral foi um marco entre os estudos históricos quantitativos e os estudos qualitativos. Deixa-se então de falar somente em números, datas, e lugares para se inserir neste contexto outros dados, como por exemplo, o depoimento de quem, de fato, presenciou e viveu os acontecimentos em questão, possibilitando nova interpretação e (re) escrita da história.

Evidencia-se então, as inúmeras possibilidades de fontes que se colocam a disposição dos pesquisadores. Seus estudos tornam-se, por consequência, prazerosos se levarmos em

consideração o fato de ser a História Oral uma técnica que estuda tanto o presente como também o passado, transpondo fatos, narrativas, lembranças e outros aspectos históricos de uma forma interdisciplinar, podendo o pesquisador, vivenciar aquilo que estuda.

Assim, em sua trajetória, aos poucos a História Oral tornou-se um importante instrumento metodológico no meio acadêmico e agrega novos valores e definições, novas características e, principalmente novos pesquisadores e entusiastas, pessoas que acreditam e confiam na viabilidade de seu uso.

E para concluir este tópico, utilizaremos as palavras de Philippe Joutard (2000, p.33), onde autor explana que “estamos persuadidos de que a história oral não está mais em suas primícias. Chegou já à primavera e é cada vez mais reconhecida e compreendida nos círculos acadêmicos mais tradicionais. Os que contestam a fonte oral travam combates ultrapassados.”

1.2 DA SUBJETIVIDADE À FONTE DE PESQUISA

A proposta de utilizar a História Oral como método trouxe às pesquisas históricas uma nova roupagem, constituída de novas possibilidades, para além de fatos e documentos concernentes à produção de estudos, pesquisas e publicações muito mais ricas em informações. São vidas, atores, vozes que passam a fazer parte do cotidiano de pesquisas que antes se restringiam a documentos.

A partir da realização de entrevistas, há a possibilidade da elaboração de fontes de pesquisa, que se obedecidos atenciosamente todos trâmites, constituem-se em materiais de suma importância para a compreensão e até mesmo de preenchimento de lacunas deixadas pela história tradicional.

Sobre estas possibilidades, vantagens e/ou até mesmo facilidades, os autores abaixo citados tratam este assunto com bastante minúcia. Silveira (2007, p. 36) evidencia a importância dos estudos à luz da História Oral dizendo:

A ampliação do conceito de fontes nos estudos históricos passou a enfatizar e a utilizar em larga escala as representações na construção do conhecimento. Uma vez que a forma como o indivíduo vê a si mesmo e o mundo em que está inserido se distancia cada vez mais da antiga busca por uma realidade histórica independentemente do sujeito. (SILVEIRA, 2007, p. 36).

Para Maurice Halbwachs (2006, p. 86) “a história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado. Ou, por assim dizer, ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo”.

Deste modo, por apresentar um caráter multidisciplinar, a definição de História Oral, por conseguinte, também deve acompanhar a mesma linha de raciocínio; assim, acrescenta Alberti:

Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método de História Oral produz fontes de consultas (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. (ALBERTI, 2013, p. 24).

Em síntese, percebe-se que os diferentes autores consultados para a elaboração deste texto, corroboram entre si ao tratar sobre o método de História Oral. Dessa forma, justifica-se a utilização deste método nesta pesquisa por ser o que mais se aproxima da obtenção dos objetivos nela propostos.

Em sua publicação denominada “História Oral como fonte: problemas e métodos”, Júlia Matos e Adriana Senna refletem sobre os caminhos percorridos pela História Oral e destacam, dentre outras questões, as redefinições metodológicas e as reconsiderações das experiências retratadas. As autoras argumentam que:

A partir dos movimentos de renovação teórico-metodológica, houve o deslocamento das pesquisas de análise estrutural para as de estudos das redes sociais, dos sistemas políticos para o cotidiano, assim como da busca pelas expressões coletivas para o individual. Essas renovações se devem muito em parte à democratização do conhecimento dentro das academias, o que possibilitou novas versões da história e permitiu a construção do conhecimento histórico a partir de relatos de pessoas que testemunharam e vivenciaram um determinado período. (MATOS; SENNA, 2011, p. 101-102).

Assim, fica mais do que evidenciado que História Oral valoriza a subjetividade do sujeito, levando, principalmente ao universo acadêmico, questões que permeiam suas características de vida.

Devemos nos atentar, portanto, que para cumprir as propostas trazidas pela História Oral, o pesquisador deve ser extremamente cuidadoso a fim de que suas próprias ideias e opiniões não transponham o depoimento dos entrevistados e, tampouco, produzam inibição por parte daqueles que ora se propõem a colaborar com a sua pesquisa. Acrescenta-se a esta ideia, o fato de que não deve o pesquisador tomar como verdade tudo o que lhe é dito, cabendo, portanto, um cruzamento das fontes, uma análise e interpretação dos depoimentos, sem, contudo, deixar de respeitar e levar em consideração o caráter original dos depoimentos colhidos. A este respeito, vejamos a opinião de Joutard:

O cruzamento das fontes, o necessário espírito crítico não são incompatíveis com o respeito devido à testemunha ou aos grupos. A história relativiza, na melhor acepção do termo; ela desafia a ideia simplista de uma memória e tradição oral – sua expressão mais formalizada – puras, originais, sem nada a dever, que exprimem a alma de um grupo (JOUTARD, 2000, p. 44).

Sendo a entrevista o principal meio de aproximar o entrevistador e o entrevistado, esta ferramenta colabora para que o historiador/pesquisador esteja imerso no cotidiano de seu público alvo; este aspecto independe se o objeto de estudo for um fato já vivido ou ainda em curso. O importante aqui é vivenciar os fatos, mergulhar na história dos envolvidos na pesquisa, das características que permeiam um tempo que não necessariamente tenha feito parte dos registros de algum outro pesquisador, mas que com certeza faça parte da memória de quem o vivenciou, e que mesmo diante da impossibilidade de registrarem sua própria história, usem da oralidade para que um pesquisador faça o registro da mesma.

Lozano (2006, p.16) nos diz que “a História Oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que demandam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais”.

Sobre este assunto, as pesquisadoras Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (2006, p. xv) argumentam que [...] “as fontes orais são fontes narrativas; isso tudo chama atenção ao caráter ficcional das narrativas históricas, seja as dos entrevistados, seja as do entrevistador, o que pode acarretar mudanças de perspectivas revolucionárias para o trabalho histórico”.

Os estudos que perpassam pela oralidade requerem minúcias e não devem ser feitos aleatoriamente. As informações guardadas e repassadas pelos entrevistados devem ser analisadas cuidadosamente a fim de evitar equívocos em sua interpretação, devendo o entrevistador captar o máximo de informações possíveis de serem utilizadas na pesquisa.

Em seu livro “Ouvir Contar: textos em História Oral”, Verena Alberti se refere às entrevistas como sendo relatos de ações e, oportunamente, ao instigar um entrevistado, o entrevistador leva-o a desencadear o que a autora chama de resíduos de ações. A fim de entender melhor estas concepções, vejamos uma explicação no fragmento a seguir:

[...] a entrevista de história oral é resíduo de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o passado. Note-se que, se chamo isso de ação é porque estou indo um pouco além da constatação inicial de que a entrevista é uma construção do passado. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias – as ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pretendem estar desencadeando ao construir o passado de uma forma e não de outra. (ALBERTI 2004, p. 35).

Mais uma vez é importante salientar sobre a seriedade em se tratar os trâmites das entrevistas, além, é claro, de todo o processo de transcrição, análise e arquivamento destas, pois conforme citação anterior, trata-se de documentar fatos e ações, e como todo ato documental, há por parte do pesquisador, a necessidade de elaborar documentos fidedignos, a fim de que a **reconstituição** dos fatos e memórias sejam feitas de modo a não se distanciar daquilo que realmente fez parte do processo histórico.

Os estudos realizados à luz da História Oral oportunizam um vasto aprendizado sobre a realidade de pessoas, grupos, comunidades, instituições ou quaisquer outros aspectos que façam parte da pesquisa e, acima de tudo, possibilitam “democratizar” a história de quem não teve voz num processo de registros históricos oficiais. Trata-se de conferir à história a possibilidade de ser analisada sob outros olhares.

1.3 HISTÓRIA ORAL - UMA FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA HISTÓRIA

A expressão “democratização da história” está diretamente ligada ao fato de que na escrita da história, muitos autores estudam e publicam trabalhos que não privilegiam fatos, pessoas ou grupos sociais que venham a cooperar para que os estudos se tornem mais completos de informações. Estamos falando de uma história elitizada, pouco flexível, dominante e excludente.

Realce-se, neste ponto, o uso da História Oral como sendo o método utilizado para a realização de entrevistas com os pescadores artesanais que se constituíram em colaboradores desta pesquisa, a fim de que suas histórias de vida nos levem a uma melhor compreensão dos aspectos que permeiam os objetivos do trabalho.

Assim é possível elencar inúmeras vantagens que o uso da História Oral pode garantir aos pesquisadores que dela fazem uso. Dentre estas vantagens e características da História Oral, Amado e Ferreira apontam que:

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à História Oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos. (AMADO; FERREIRA, 2006, p. XIV).

A noção de história democrática surgiu na Alemanha nos anos 1980, onde um grupo de autores publicou uma obra que trata sobre a metodologia da História Oral. Esta obra foi

organizada por Lutz Niethammer, onde ele faz um alerta dizendo que “[...] um futuro democrático necessita de um passado no qual não apenas os superiores possam ser ouvidos.” (NIETHAMMER, 1980, p.7 apud ALBERTI, 2004, p.45).

Neste sentido, o alerta está voltado para um paradigma da História Oral. Este paradigma está diretamente relacionado com a equalização de oportunidades entre os diferentes atores sociais, independentemente de sua classe, sexo, religião ou quaisquer outros aspectos que possam deixá-los de fora de processos que permeiam a sociedade em que estão inseridos.

Logo, a História Oral democratiza a história em si, à medida em que analisa, por exemplo, a experiência vivida por pessoas e não somente aspectos políticos de um tempo. É o que os pesquisadores em história oral chamam de “história vista de baixo”, que se contrapõe ao que eles também denominam de “história vista de cima”.

Para Montenegro (2010, p. 69) “esses atores sociais anônimos adquirem visibilidade através de narrativas que descrevem, com uma diversificada riqueza de detalhes, experiências cotidianas, que comumente se perdem nos desvãos da história”. Esta ideia nos remete a pensar que a História Oral coloca em evidência aqueles que não fizeram, ou não estão inseridos em uma “história elitizada”, os que corriqueiramente não costumam ser lembrados, mencionados e, assim, acabam sendo esquecidos, colocados à parte da história, da qual são sujeitos. Neste sentido, a história oral, vem a ser mais mediadora do que julgadora, na tentativa de preencher lacunas e desfazer as chamadas “oposições” criadas pela história tradicional.

São muitos os autores em quem podemos nos referenciar sobre este assunto, como por exemplo, encontramos similaridade nos trabalhos de Frisck (2000, p.168), Mauad (2000, p. 200), Meihy (2006, p.199) e Santhiago (2008, p. 35), visto que todos destacam a necessidade de um método transformador, sem divisões e que resulte em um fortalecimento da História Oral.

Ainda sobre a divisão entre a “história vista de cima” e a “história vista de baixo”, a pesquisadora Aspásia Camargo (1994, p. 87) faz um questionamento que nos leva a refletir sobre a necessidade de repensar a importância de desfazer o que ela chama de “polaridade” entre essas duas vertentes. Segundo ela, achar que estudar a elite política não oferece dados importantes para o entendimento da realidade social é, na verdade, um equívoco, pois com estes estudos é possível saber como o poder se comporta, como se organiza como decide.

Fazendo um contraponto entre as condições materiais para a realização de pesquisas em História Oral e concordando com a proposição mencionada acima, Verena Alberti escreve que:

Polarizações do tipo “história de baixo” versus “história de cima” contribuem, a meu ver, para enfraquecer a própria especificidade da história oral – ou seja, a de permitir, entre outras coisas, o registro da experiência de um número cada vez maior de grupos, e não apenas do que se situam “embaixo” na escala social. É certo que os que se situam “acima” costumam deixar mais registros pessoais – como cartas, autobiografias, diários etc. – de suas práticas (ALBERTI, 2004, p. 47).

Por esta razão, é salutar considerar que embora a “história vista de cima” tenha vantagens em relação à sua oponente, se faz extremamente necessário considerar seus variados aspectos a fim de servir como complemento em pesquisas utilizando história oral com pessoas que estejam “abaixo”, socialmente falando.

Por esta razão, mais uma vez, Verena Alberti (2004, p. 47) nos esclarece sobre esta questão ao dizer que “à medida que a ênfase sobre a ‘história de baixo’ acaba vinculada à noção de ‘povos sem escrita’, a História Oral torna-se uma compensação diante da impossibilidade daqueles grupos de descreverem sobre si mesmos”.

Entendemos com estes conceitos que, neste sentido, um aspecto completa o outro, que para dar voz aos silenciados é preciso entender todo o processo que os levaram à exclusão. Dessa forma teremos um estudo mais rico em informações que diminuirão o risco de equívocos, pois os estudos baseados na oralidade aproximam o pesquisador da verdade dos fatos que se dedica a estudar, e com isso, facilitam-lhe atingir os objetivos de sua pesquisa. É o que Ferreira (2002, p. 327) “chama de ponto crucial que unifica as preocupações daqueles que se dedicam ao estudo das elites e dos que se voltam para o estudo dos excluídos”.

Outro aspecto relevante a ser considerado nas pesquisas em História Oral está relacionado com os modos de comunicação, fato que influencia diretamente nos depoimentos colhidos. Embora vivendo numa sociedade marcada por um sistema alfabético, a oralidade requer uma atenção especial, pois depende diretamente do modo de como é caracterizada esta comunicação.

Faz-se necessário, por parte do pesquisador, observar o contexto que envolve seu entrevistado, a fim de respeitar suas características e não provocar nenhuma situação de desconforto para estas pessoas, para que assim, as informações a serem fornecidas sofram o mínimo de deturpações possíveis. Encontramos nos escritos de Gwyn Prins (1992, p.169) a seguinte distinção para os modos de comunicação:

1. Culturas orais em que a linguagem assume uma forma puramente oral. Essas são tipificadas por linguagens locais; são hoje em dia, e têm sido há longo tempo, relativamente raras.
2. Culturas escritas em que a linguagem assume somente uma forma escrita, porque a forma oral não mais existe. Essas são tipificadas pelas línguas clássicas.
3. Culturas compostas em que uma linguagem assume tanto formas orais, quanto escritas, para todo o povo ou para uma proporção dele. Somos obrigados a

categorizar mais e distinguir entre culturas *universalmente alfabetizadas*, que nós muito facilmente admitimos de modo tácito, mas que são historicamente incomuns, e culturas *restritamente alfabetizadas*, em que a maior parte das pessoas vive à margem, mas sob o domínio do registro escrito.

O pesquisador deve esforçar-se, também, para discernir, dentre as informações vindas do entrevistado, o que é ou não importante para sua pesquisa. É preciso que o pesquisador tenha total respeito pelo entrevistado, lembrando sempre que ele não deve ser visto com um mero portador de informações importantes ao seu trabalho. Para Magalhães (2009, p. 19) “Na história oral, o entrevistado é considerado um colaborador da pesquisa, não um mero informante. Meihy (1996, p. 192) completa dizendo que “a colaboração pode ser definida como “nome dado ao depoente que tem um papel mais ativo em história oral, deixando de ser mero informante, ator ou objeto de pesquisa”.

O que os trabalhos em História Oral proporcionam a estes “silenciados” é oportunidade, respeito, promoção de sua existência. Talvez seja este o motivo de tantos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento estarem se dedicando ao uso da história oral, pois assim, podem (re)viver e (re)construir a história a partir novos olhares, novas concepções e novas perspectivas.

Ao finalizar esta seção, utilizaremos as palavras de Montenegro (2010, p. 55-56), mediante as quais o autor se refere ao entrevistado em pesquisa em História Oral como protagonista de sua própria história, pois “à medida em que reconstrói essas memórias, relembra momentos, fatos que revelam a intensidade com que foram vividos. Ao mesmo tempo, é notável a maneira como as transforma em linguagem oral”.

1.4 HISTÓRIA ORAL COMO MÉTODO

Até aqui tratou-se dos aspectos gerais da História Oral. Cabe agora discorrer sobre o método em si, sobre as adequações necessárias para que este atenda aos objetivos da pesquisa. É importante saber que a História Oral não deve ser utilizada sem que haja critérios e que o pesquisador deve ter sempre em mente quem será o seu público alvo. Outro aspecto relevante a ser levado em consideração é se o método está de acordo com o objeto de pesquisa, se com ele será possível obter as informações necessárias ao seu desenvolvimento.

Engana-se quem pensa que fazer pesquisa em História Oral seja simplesmente gravar depoimentos feitos à revelia com pessoas escolhidas aleatoriamente. Agindo assim, corre-se o risco de produzir informações equivocadas sobre o tema estudado. Ao contrário disso, o que se espera é que as diretrizes da pesquisa sejam tomadas em função do método e que ambos os aspectos estejam interligados.

Dessa forma, o pesquisador deve primeiro atentar para o fato de que o tema a ser pesquisado deve tratar de um assunto contemporâneo, e, em segundo lugar, ter a certeza de que encontrará pessoas aptas a colaborar com a pesquisa através de seus depoimentos, conforme destaca Verena Alberti (2013, p. 39):

Quanto à escolha do método, então, é preciso compreender que a opção pela história oral depende intrinsecamente do tipo de questão colocada ao objeto de estudo. Por outro lado, ela também depende de haver condições de se desenvolver a pesquisa: não é apenas necessário que estejam vivos aqueles que podem falar sobre o tema, mas que estejam disponíveis e em condições (físicas e mentais) de empreender a tarefa que lhes será solicitada.

Ao escolher um entrevistado, o pesquisador deve enxergá-lo como alguém que tenha condições de colaborar com a pesquisa do ponto de vista qualitativo, pois como já foi dito anteriormente, a História Oral prioriza mais as questões voltadas para as características qualitativas do que as quantitativas.

Porém, há que se considerar que as questões em História Oral devem ser observadas com muito cuidado. É certo que numa pesquisa onde se coleta dados a partir de entrevistas, pressupõe-se que quanto mais informações forem obtidas pelo pesquisador, maiores serão as possibilidades de análises sobre o tema estudado. Neste sentido, temos um prevailecimento do aspecto qualitativo.

Porém, pode haver situações em que o número de pessoas que possam colaborar com a pesquisa seja reduzido, o que não necessariamente trará prejuízos para o seu direcionamento, pois, ainda que sejam poucos os colaboradores, estes podem oferecer informações raras e precisas sobre o que se necessita saber naquele momento. Cabe ao pesquisador fazer um bom uso da técnica, além de manter uma boa relação com o entrevistado e saber fazer uma boa abordagem sobre o que se pretende.

Trabalhar com História Oral leva o pesquisador a fazer novas descobertas e compreender realidades que em muitas situações podem ser diferentes de sua própria realidade. Ele deve lembrar-se sempre de que não lhe convém descartar outras pesquisas e publicações que podem subsidiá-lo. Sobre as vantagens conferidas ao pesquisador que utiliza este método, inúmeros autores argumentam e justificam estas possibilidades.

No artigo de Cassab & Ruscheinsky (2004, p. 8) encontramos uma justificativa clara e precisa sobre porque utilizar a história oral; os autores ilustram que este método “se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou laços cotidianos”. Pesquisadores em História Oral costumam dizer que esta relação entre a pesquisa que ora se produz e a documentação já

existente se completam. E, obviamente, aquilo que está sendo produzido, servirá como fonte de pesquisa para futuros estudos do próprio pesquisador e também para outros interessados.

Esta é uma relação chamada de bidirecional, pois conforme diz Verena Alberti (2013, p.158) “enquanto se obtém, das fontes já existentes, material para a pesquisa e para a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo, e muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início”.

Nas palavras de Montenegro (2010, p. 41) temos: “Institui-se uma relação em que os relatos orais, assim como também na pesquisa com documentos escritos, iconográficos, literários, se incorporam a um projeto e são deslocados para atender à lógica e à inteligibilidade do texto a ser produzido pelo pesquisador”. Corroborando com esta proposição, Gwyn Prins (1992, p. 166) salienta que:

A questão é que o relacionamento entre as fontes escritas e orais não é “aquele de prima-dona e de sua substituta na ópera: quando a estrela não pode cantar, aparece a substituta: quando a escrita falha, a tradição sobe ao palco. Isso está errado. [As fontes orais] corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem”.

Assim, reforçamos que a História Oral não se constitui como um método isolado, mas sim, que requer um aparato pré estabelecido que subsidie sua prática; levando sempre em consideração que tanto o testemunho oral, como também a palavra escrita tem a mesma importância, colaborando entre si.

O pesquisador, ao privilegiar os relatos orais de seus depoentes, se apropria de informações relevantes que podem ilustrar e elucidar muitos pontos importantes à sua pesquisa. É importante considerar durante as entrevistas, todas as informações prestadas, os mínimos detalhes, pois conforme considera Revel (1998, p.13) apud Montenegro (2010, p.70) “temos de levar a sério migalhas de informações e tentar compreender de que maneira esse detalhe individual, aqueles retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores”.

A entrevista, enquanto ferramenta que subsidia o desenvolvimento da História Oral, coloca em evidência muitas histórias de vida merecedoras de atenção e destaque, necessitando então, que o entrevistador seja condutor de um processo no qual ele assume a função e a responsabilidade de documentar aquilo que lhe for confiado durante a entrevista.

O entrevistador deve estar preparado para auxiliar o entrevistado durante seu depoimento, sem, contudo, interferir e/ou induzir o mesmo a dizer aquilo que seja de seu interesse, e que não condiz com o que realmente o entrevistado queira dizer. Se faz necessário

neste momento, mais ouvir do que falar, abstraindo-se de seus conceitos pré estabelecidos, fazendo o papel de receptor da fala do entrevistado.

Após a entrevista, os mesmos cuidados tidos até então devem continuar presentes nas etapas seguintes. A transcrição e interpretação das entrevistas compreende uma etapa não menos importante do que as anteriores. Nesta etapa, é necessário que se mantenham as características das falas, expressões e, se possível, até mesmo as emoções dos entrevistados devem ser alvo de registro durante as transcrições. Ressalta-se, mais uma vez, a necessidade de o pesquisador ser fiel e ético durante as transcrições, a fim de evitar deturpações em relação aos depoimentos.

Todo o material produzido deve ser arquivado em locais onde seja possível que outros pesquisadores o utilizem como subsídios para a elaboração de seus trabalhos e também para que o próprio pesquisador possa retomar futuras análises de sua pesquisa.

1.5 HISTÓRIAS DE VIDAS COMO INSTRUMENTOS DE PESQUISAS SOCIAIS

Ao iniciarmos nossa discussão sobre História de Vida, lembramos das possibilidades de coleta e interpretação de dados proporcionadas pela História Oral. Trata-se, portanto, de dois métodos distintos, que estão intimamente ligados, mas que acima de tudo configuram-se como métodos de pesquisa qualitativa, o que permite ao pesquisador um envolvimento muito maior com seu objeto de estudo.

Em consonância com esta proposição, Thelma Spindola e Rosângela Santos (2003, p. 120) dizem que:

A pesquisa qualitativa preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando um universo de significados, crenças, valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalizações de variáveis.

Neste contexto, pesquisadores de inúmeras áreas do conhecimento tem cada vez mais se apropriado deste método em seus trabalhos. Eis aí a oportunidade para muitas pessoas, tomadas como sujeitos de diferentes investigações, de rememorem suas histórias de vida, pois a história de vida é feita tendo como fonte os relatos orais colhidos no momento das entrevistas.

Neste sentido, Priscila Perazzo (2015, p.123) lembra que:

Os métodos da História Oral oferecem um suporte metodológico nos estudos da memória e das narrativas orais de história de vida, e também possibilitam a

compreensão de processos comunicacionais e sua intersecção com a cultura. Cada sujeito, ao narrar sua trajetória de vida, se revela uma testemunha e um artífice da história. Essas narrativas orais não são menos verdadeiras, nem menos ficcionais do que muitas histórias oficiais. Não se busca a verdade, já que cada sujeito narra a partir de sua subjetividade, uma vez que cada um vê o objeto a partir do seu lugar no mundo e constrói sua narrativa de forma seletiva, marcando sua trajetória de acordo com sua concepção de mundo e sua percepção de si mesmo.

Ao realizar as entrevistas, o pesquisador interage com o entrevistado, aproximando-se da realidade de seu objeto de estudo, conhecendo seu ambiente, suas características, sua realidade, sentimentos, seu imaginário e suas percepções. A partir disso, o pesquisador estará de posse de um maciço material que servirá como base para a construção das Histórias de Vidas de seus depoentes.

Para Paulilo (1999, p. 143) “[...] a entrevista pode ser construída como um encontro social, cujas características, entre outras, seria a empatia, a intuição e a imaginação; ocorre nela uma penetração mútua de percepções, sentimentos, emoções”.

O interesse em estudar pessoas e grupos de pessoas, suas histórias, trajetórias e outros aspectos que sejam de relevância social, faz com que pesquisadores façam uso de diferentes gêneros de escrita. Busca-se com isso, conhecer o sujeito, suas representações e relações com seu tempo. Para que estas histórias tornem-se conhecidas, é preciso que elas sejam registradas e posteriormente divulgadas. Assim, para falar sobre a História de Vida de seus depoentes, percebe-se que nos estudos históricos contemporâneos, os pesquisadores cada vez mais se tornam adeptos do uso dos estudos biográficos.

A etimologia da palavra “biografia” nos leva a um significado bastante simples, trata-se de registrar a história da vida de alguém. Incluem-se nesses registros, as fases da vida do biografado, suas experiências, personalidade, acontecimentos que marcaram sua vida, dentre tantas outras questões que podem variar em função daquilo que se tem como objetivo na pesquisa.

É muito importante lembrar que as biografias de hoje em dia não se ocupam de colocar em evidência somente histórias de vida de pessoas que foram importantes do ponto de vista político, ou que fazem ou fizeram parte de uma história elitizada. As biografias atuais tem a missão de superar os obstáculos colocados pela própria história. Tem, portanto, uma missão inovadora, mostrando o papel de muitas pessoas comuns, num dado contexto histórico.

Neste aspecto, podemos aqui fazer uma relação deste assunto com as palavras de Oliveira e Oliveira (2015, p.169), em que os autores relatam que textos biográficos voltam com uma “problemática muito diferente, no centro de uma renovação de instrumentos

conceituais e metodológicos da história que levam inclusive a repensar a relação entre o homem e a história”. Neste caso, a história de vida é a reconstrução de uma trajetória, relatada sob o ponto de vista do próprio indivíduo que a percorreu. Dessa forma, os relatos individuais vão tecendo o contexto social onde estão inseridos os entrevistados.

Os chamados historiadores tradicionais, entretanto, frequentemente divergem de historiadores contemporâneos, em relação ao uso de narrativas orais em suas pesquisas. Neste sentido, nos remetemos às considerações de Luiz Fernando Mangea da Silva (2013, p. 3) que diz:

Com a proliferação dos estudos voltados para a biografia, principalmente com o advento das experiências “cotidianas”, da “subjetividade” e da filosofia da história, alguns historiadores ligados à história política totalizante, preocupados com os estudos de ênfase no coletivo, têm criticado esse processo.

Ainda que os estudos da coletividade representem grande importância para entender os processos históricos, há quem defenda que antes disso há a necessidade de entender os indivíduos, bem como suas dinâmicas particulares e, só então, será possível se aproximar com mais precisão dos estudos dos grupos sociais dos quais eles fazem parte. Vejamos o posicionamento de Sabina Loriga (1998, p. 249) sobre este assunto:

O indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder.

Embora estejam inseridos dentro de um grupo social caracterizado por ações semelhantes, é evidente que as individualidades de cada integrante de um grupo traz consigo as suas particularidades, suas verdades, suas memórias. As memórias individuais e coletivas são diretamente ligadas umas às outras, e, portanto, indissociáveis, ao mesmo tempo em que uma influencia a outra.

1.6 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS E ELABORAÇÃO DAS HISTÓRIAS DE VIDA

Os indivíduos entrevistados e que tiveram suas histórias de vida retratadas nesta dissertação, são os pescadores artesanais das cidades de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças.

O processo de coleta de dados desta pesquisa iniciou-se pela Colônia de Pescadores Z9 de Barra do Garças, que conta hoje com aproximadamente 1.400 pescadores cadastrados. Destes, foram selecionados aqueles que exercem a pesca em caráter artesanal e com maior tempo de exercício da profissão. Além disso, encontram-se na Colônia de Pescadores outros materiais que puderam subsidiar a pesquisa, como por exemplo, atas e outros documentos que relatam a criação da Colônia, cadastro de pescadores e outros. A partir do levantamento prévio realizado na Colônia de Pescadores Z9, foram realizadas as entrevistas.

A abordagem aos pescadores foi feita pessoalmente, com agendamento prévio da entrevista, realizada na casa do participante ou local onde o mesmo se sintasse confortável. Foram priorizados pescadores artesanais cadastrados na Colônia de Pescadores Z9 e que eram moradores de um dos três municípios que compõem a área da pesquisa.

A idade dos participantes variou entre 58 e 74 anos, priorizando-se pescadores que tivessem o maior tempo possível de vivência na profissão. Depois de realizadas as entrevistas, o próximo passo foi a transcrição dos depoimentos, onde os relatos foram colocados em forma de texto, obedecendo fidedignamente àquilo que foi dito pelos entrevistados, atentando-se para que nenhuma informação ficasse de fora da transcrição, contendo o máximo de suas reflexões, emoções, percepções, frustrações, dentre outras informações que foram colhidas durante as entrevistas.

A última etapa foi a transcrição dos depoimentos, que resultaram na elaboração da história de vida de Dona Aurora, apresentada no quarto capítulo desta dissertação. Para melhor explicar este procedimento, utilizaremos o que propõe Magalhães (2009, p.19) quando a autora diz que: “A transcrição é a etapa final de modificações no que foi gravado. O documento final em História Oral é o texto transcrito, em que são permitidos acertos de gramática, cortes, adições e reorganização textual”.

O percurso de todas estas etapas, traz como resultado, uma melhor compreensão da trajetória desses atores e todas as questões que permeiam os fatos que fazem parte de suas vidas. Lembramos também que a história de vida dessas pessoas abrem portas para entender a história de um tempo, memorando e levando à compreensão de fatos de natureza política, dentre tantos outros fatores.

1.7 NOTAS FINAIS

Diante de todas as informações aqui expostas, é possível inferir sobre a importância da utilização dos métodos de História Oral e História de Vida nas pesquisas sociais, pois assim

consegue-se aproximar o método do objeto e diminuir as distâncias e as dificuldades em se levantar dados a serem interpretados em trabalhos dessa natureza.

Há, claramente, evidências de que as pessoas que se envolvem na pesquisa se sentem valorizadas, sendo que as entrevistas propiciam, ademais, uma imersão dos pesquisadores em suas histórias de vida, além de tornarem os trabalhos mais ricos em detalhes.

Daí a importância de se ter clareza do método para evitar equívocos, e com isso tornar evidentes tantas histórias de vidas, que por diferentes motivos foram e/ou são esquecidas e por consequência tendem a desaparecer no universo histórico.

CAPÍTULO 2. DA GÊNESE AOS DIAS ATUAIS: APONTAMENTOS SOBRE AS CIDADES DE ARAGARÇAS (GOIÁS), BARRA DO GARÇAS (MATO GROSSO) E PONTAL DO ARAGUAIA (MATO GROSSO)

A região Centro-Oeste representa fundamental importância para a economia nacional por apresentar atributos que lhes são peculiares, como por exemplo, o seu posicionamento geográfico, a presença de importantes rios, clima tropical, solos de fácil manejo e, portanto, propícios ao desenvolvimento de muitas atividades de cunho econômico.

A maior parte de seu território está inserida no Bioma Cerrado, o segundo maior bioma do país, que, dentre outras características, se destaca por sua rica biodiversidade. Fazem parte desta região, na atualidade, os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal.

No século XVIII, a descoberta do ouro no Centro-Oeste levou muitas pessoas a migrarem para esta região. Assim, Saquet (2007, p. 28) salienta que “o território é experimentado para além de habitat do homem, como receptáculo de suas atividades econômicas, principalmente, no decorrer dos séculos XVII e XVIII.”

E foi justamente o garimpo de ouro e de pedras preciosas que, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, fez com que muitas pessoas migrassem para o Vale do Araguaia. A busca por riquezas povoou as margens de importantes rios da região, locais que se constituíram em vilarejos, que mais tarde vieram a ser elevados às categorias de distritos e até mesmo municípios, a exemplo de Aragarças e Barra do Garças, cidades que tiveram sua gênese no garimpo.

Foram as aptidões do Centro-Oeste que despertaram o interesse do presidente Getúlio Vargas em explorar a vastidão de suas terras e incorporá-las à dinâmica de desenvolvimento econômico e territorial do país. Para isso lançou a campanha Marcha para o Oeste e criou instituições como a Fundação Brasil Central (FBC), responsável por gerir recursos humanos e financeiros necessários ao projeto de integração nacional, contribuindo significativamente para a logística de ocupação do Centro-Oeste.

A Marcha para o Oeste tornou-se pública com o discurso do presidente Getúlio Vargas pronunciado em Goiânia em 1938 (Vargas, 1942), quando ele declarou que a verdadeira brasilidade era a Marcha para o Oeste. A partir deste evento, essa torna-se gradativamente um complexo programa governamental para ocupar aquilo que na época se chamava *hinterland* ou os “espaços vazios” do sertão do oeste brasileiro e preparar a logística para a implantação e desenvolvimento do capital *agrobusiness*. (LIMA FILHO, 2000, p. 67).

Um dos marcos do governo Vargas foi a fundação da cidade de Aragarças em 1943, fruto de seu projeto de integração nacional, tendo como propósito a instalação de uma base avançada para as atividades da FBC na região. “O nome da cidade deriva dos nomes dos rios que se reúnem naquele ponto, o rio Araguaia e seu afluente pela margem esquerda, o rio Garças”. (MACIEL, 2006, p. 47).

Ainda sobre este assunto, Moraes (2010, p. 122) destaca que:

Neste processo de modernização, observa-se a incorporação material das “novas terras” sendo novamente acompanhada pela violência que marca o avanço da frente pioneira, e de novo conhecendo uma apropriação simbólica do processo que o interpreta como uma nova epopeia na construção do país.

Além da Fundação Brasil Central (FBC), outras ações estatais na região Centro-Oeste também influenciaram na dinâmica econômica e ambiental do território. Cabe aqui ressaltar a criação, em 1967, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), que teve como finalidade promover o desenvolvimento econômico e social da região.

Na tentativa de transformar o Centro-Oeste em pólo de desenvolvimento, foram implantados, na década de 1970, programas como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) que consistiu no fornecimento de crédito para subsidiar a modernização da agricultura; o PRODEGRAN (Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados) que teve como objetivo a construção de estradas e levar energia elétrica a propriedades rurais que ainda não dispunham dessa infraestrutura.

Destacaram-se também outros programas como o PRODEPAN (Programa para o Desenvolvimento do Pantanal), estabelecido com vistas à construção de estradas e a modernização da agricultura e o PRODECER (Programa Nipo Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado) financiado pelo Japão em parcerias firmadas com órgãos públicos brasileiros, com vistas à implementação de agricultura moderna em áreas de Cerrado.

2.1 A GÊNESE DAS CIDADES IRMÃS: O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DE BARRA DO GARÇAS E ARAGARÇAS.

As informações sobre o processo histórico de ocupação da região onde estão situadas as cidades de Aragarças e Barra do Garças serão apresentadas aqui a partir do início do século XX, quando uma grande leva de migrantes, principalmente do norte do país, começou a

chegar à região, atraída pelas famosas jazidas de diamantes localizadas às margens do rio Araguaia.

Colaborando com esta proposição, encontramos no trabalho de Maciel (2005, p. 146) “apontamentos de que na região Centro-Oeste as atividades de mineração de ouro e pedras preciosas foi o fator determinante no desenrolar de um processo de ocupação populacional”.

Segundo Nascimento (2010, p. 46), todavia, “A região onde hoje está localizada Barra do Garças começou a ser explorada em 1673, quando o bandeirante Manoel de Campos Bicudo teria iniciado uma busca pelas lendárias Minas (Serra) dos Martírios”.

A partir de 1924, entretanto, foi que começaram a se instalar ali as primeiras famílias garimpeiras que, além da garimpagem, tinham também na pequena lavoura de beira rio, na caça e na pesca seus meios de subsistência. E assim surgiu o povoado chamado “Barra Cuiabana” (hoje Barra do Garças), situado à margem esquerda do rio Araguaia.

Em sua pesquisa sobre a memória de migrantes barragarcenses, Marilene Marzari Ribeiro (2005, p. 56) destaca que: “As condições desses homens eram precárias; viviam da pesca, da caça e do que produziam nas pequenas roças que cultivavam e das trocas eventuais com uma população itinerante de garimpeiros”.

Do outro lado, na margem direita do rio Araguaia, onde hoje situa-se Aragarças, também registrava uma movimentação de garimpeiros que ergueram seus barracos e trabalhavam incansavelmente em busca das riquezas que o lugar, em tese, poderia proporcionar. Há registros de que os primeiros habitantes chegaram ao local em 1872, oriundos da Vila Torres do Rio Bonito, hoje Caiapônia, estado de Goiás. Os anos seguintes foram marcados pela chegada de muitas outras famílias e grupos de garimpeiros. Mas foi por volta do ano de 1922 que o Sr. Minervino Machado denominou o povoado de Barra Goiana.

Observamos no trabalho de Núbio Vicente da Silva, detalhes que demonstram a influência do garimpo na ocupação e nos processos migratórios para a região.

Foi em 1933, no garimpo da praia, do lado goiano, que o Sr. Joaquim Mendes de Souza, conhecido como Joaquim do Guardiato, encontrou um diamante de nove quilates. A notícia foi longe. Houve uma afluência além do natural pelo achado do Sr. Joaquim. Este acontecimento motivou em pouco tempo um povoamento crescente da Barra Goiana. (SILVA, 2011, p. 16-17).

É importante destacar que, em sua maioria, as narrativas sobre as atividades garimpeiras na região do Araguaia são sempre carregadas de um imaginário que leva o leitor a ter uma ideia de que os migrantes sempre obtinham êxito em suas empreitadas.

Mas é conveniente ressaltar que, as condições de vida enfrentadas por garimpeiros não eram as melhores, assim como também é notório que quanto maior era o fluxo de pessoas

naquele período na região do Araguaia, maiores eram as agressões provocadas aos recursos ambientais. E levando-se em consideração que concomitantemente ao garimpo, as atividades de plantio e criação de animais também eram desenvolvidas, percebe-se que naquela época, as pessoas que por ali viviam não tinham a percepção de que os prejuízos ao meio ambiente poderiam prejudicar o desenvolvimento das demais atividades ali praticadas.

Sobre este assunto, utilizaremos as palavras da conservacionista americana Ellen Bromfield Geld, retiradas de um de seus livros de memórias denominado “Pelos janelas da fazenda”, para ilustrar as relações de garimpos e garimpeiros com as questões ambientais. A autora retrata suas impressões, enquanto imigrante, ao visitar inúmeras regiões brasileiras e ao se deparar com diferentes situações, dentre elas, as condições insalubres em que viviam os garimpeiros, além da realidade dos prejuízos causados por garimpos no estado de Mato Grosso. Assim diz a autora:

Para alguém cuja vida se baseia no conceito de harmonia entre a agricultura e a natureza é uma agonia ver uma destruição tão inconsequente. A gente se pergunta como alguém consegue viver dia após dia no meio daquilo, partindo as margens dos rios com bombas e mangueiras, criando crateras capazes de engolir uma casa de dez aposentos. Nos buracos havia árvores gigantescas derrubadas, cujas raízes antes se firmavam em toneladas de terra. (GELD, 2010, p.153).

Mas era assim que os trabalhos de garimpagem em ambas as margens do rio Araguaia aconteciam de maneira intensa. Todavia, em função de muitos desentendimentos, por questões de organização do espaço que ocupavam, entre aqueles que praticavam a garimpagem, muitos deles deixaram o povoado de Barra Cuiabana, migrando para o então povoado de Barra Goiana. Neste período observou-se uma diminuição no número de moradores do povoado de Barra Cuiabana. Encontramos em um dos livros do Valdson Varjão, uma possível explicação para tal fenômeno, que se mostra um pouco divergente das constatações de Silva (2011, p.16-17) acerca da origem de Barra Goiana.

Maior desenvolvimento do núcleo garimpeiro foi se verificar no ano de 1933 com a descoberta da mancha da Praia, quando a povoação de barra goiana, (hoje Aragarças-GO) surgiu motivada pela proibição de construção de casas de alvenaria na Vila Barra Cuiabana, ou seja podia-se construir somente barracas, e para as novas construções exigia-se alinhamento de ruas e casas com a altura mínima de 3 metros, em vez de ranchos, como sempre procedem os garimpeiros. (VARJÃO, 1992, p. 19).

Embora haja controvérsias sobre o período de surgimento do povoado de Barra Goiana, nos registros de Silva (2011) e Varjão (1992), observa-se que por estarem muito próximas, as duas Barras tiveram origens bastante semelhantes, ou seja, independente das dinâmicas de transição entre um povoado e outro, ambas tiveram sua gênese atrelada ao garimpo.

Independentemente de qual margem de rio estas pessoas habitassem, quem por ali residia tinha como hábito transitar de um lado para o outro dos rios, que serviam como canais de comunicação entre as duas Barras ou até mesmo com a finalidade de fazer trocas de alimentos e outros bens de consumo, além de compra e venda daquilo que se produzia na época. Sobre estes costumes, Ribeiro (2005) relata que:

Esse transitar da população de uma margem à outra se dava, principalmente, porque muitas pessoas que vinham de diferentes locais chegavam na região cruzando parte do estado de Goiás. No entanto, para chegar à Barra Cuiabana tinham que fazê-lo atravessando os rios. Outro motivo para a travessia era que alguns produtos de primeira necessidade não encontrados em um vilarejo eram buscados no outro. Segundo um morador da época, na margem direita do rio Araguaia habitavam alguns moradores que criavam animais domésticos, além de cultivarem pequenas roças, nas quais produziam hortaliças para comercialização. (RIBEIRO, 2005, p.68).

Seguiram-se longos anos em que o garimpo representou o principal fator de atração de muitos migrantes para a região do Araguaia, e ainda sobre o processo de ocupação e sobre o fluxo de pessoas vindas de inúmeras partes para a região. A historiadora Maurides Macêdo aponta que:

As jazidas foram sendo descobertas e os núcleos urbanos como Baliza, Aragarças, Torixoréu e Barra do Garças foram se formando, à medida em que estes locais viraram notícia. O fluxo de aventureiros para esses lugares tornou-se muito grande. Jornais e revistas do país publicavam constantemente informações sobre estes garimpos, e essas reportagens funcionavam como atrativo para as pessoas de toda a nação, que chegavam a Baliza em busca de enriquecimento rápido. De 1924 até meados de 1955, Baliza e Barra do Garças, e toda a região de garimpos do Araguaia, tiveram uma fase áurea. Para essas regiões chegaram inúmeras pessoas oriundas principalmente do Norte, fugindo da crise da borracha, e do Nordeste do País, fugindo da seca, ou provenientes das lavras diamantíferas, já esgotadas, da Bahia. (MACÊDO, 2011, p. 19).

Com isso, foi questão de tempo para que ambos os povoados fossem elevados à categoria de vilas, conforme citações a seguir. Valdon Varjão (1985, p.22) relata que “o desenvolvimento econômico e o aumento da população permitiram que no ano de 1936, o povoado identificado como Barra Cuiabana fosse elevado à categoria de vila por Decreto do Governador Mário Correia da Costa”.

Naquele período, dentre os migrantes que chegavam à região do Araguaia, estavam alguns comerciantes que tinham o interesse de “se instalarem no contexto de movimentação provocado pelos garimpos devido ao sucesso de cata de diamantes, que por sua vez, motivava a circulação de dinheiro por toda a região” (SILVA, 2011, p.17).

Ainda sobre a movimentação da economia local, é possível ressaltar que ao passo em que praticavam a garimpagem, aumentava a prática de atividades de agricultura, pecuária e

criação de pequenos animais, produtos que eram utilizados para o consumo de quem os produzia e também para as pequenas trocas e vendas.

Além dos garimpeiros propriamente ditos, as famílias organizavam-se no sentido de produzir aquilo que era necessário para suas necessidades básicas. O aumento do número de pessoas em Barra Goiana e Barra Cuiabana requeria também o aumento na produção de alimentos, tanto para as pessoas, como para os animais que estes criavam. Notou-se, então, uma maior variedade entre os gêneros alimentícios produzidos naquele período, conforme informações a seguir.

A maioria das famílias de sertanejos que vieram para a região se dedicava duplamente ao trabalho, ora na garimpagem, ora na agricultura, quando cultivavam pequenas roças com plantação de algodão para suprir as necessidades de vestimenta; mandioca para fazer a farinha que era utilizada durante o ano; milho, em parte utilizado para alimentar os animais domésticos e em parte para fazer canjica; cana-de-açúcar para fazer o açúcar, o melado e a rapadura; arroz, que era beneficiado pelos familiares; chegando à plantação de feijão, entre outros produtos. O milho utilizado para canjica e o arroz eram socados em pilões pelos membros das famílias. (RIBEIRO, 2005, p.77).

A pesca também sempre fez parte do cotidiano das pessoas que habitavam o lugar, pois, tanto o rio Araguaia, como seu afluente, o rio Garças, garantiam fartura de peixes aos moradores locais. Assim, aos poucos, o fluxo migratório para a região tornou-se constante, fazendo com que os povoados fossem aumentando seu contingente de moradores, e com isso o espaço físico foi ganhando novas características, os barracos de pau a pique foram sendo substituídos por casas e as primeiras ruas foram ganhando forma.

Notícias sobre a abundância de ouro e diamantes na região do Araguaia, e o enorme fluxo de pessoas em busca das riquezas locais, foi alvo de interesse não só de garimpeiros. Outras aptidões como a localização geográfica, vegetação, solos férteis e, portanto, propícios a serem explorados do ponto de vista social e econômico, também foram atrativos primordiais que despertaram o interesse de quem detinha o poder sobre o país à época.

Logo, em 1937, o então presidente Getúlio Vargas lançou uma campanha denominada “Marcha para o Oeste”, tendo como objetivo principal, a colonização, o povoamento e o desenvolvimento econômico de regiões do interior do Brasil, ainda pouco exploradas e pouco habitadas.

Para colocar em prática os objetivos da “Marcha para o Oeste”, o presidente Vargas criou, no ano de 1943, a instituição a qual denominou “Fundação Brasil Central” (FBC), chefiada pelo então Ministro João Alberto Lins de Barros¹ (Ilustração 1).

¹ [...] João Alberto Lins de Barros exerceu uma excepcional gama de poderes, em função dos papéis que protagonizou: negociador dos chamados Acordos de Washington (1942), em decorrência dos quais o Brasil veio

Ilustração 1 – Ministro João Alberto Lins de Barros com o Presidente Getúlio Vargas em visita a Aragarças durante os trabalhos iniciais da Fundação Brasil Central.



Fonte: Museu da fotografia documental. Disponível em: <http://photos.com.br/museu-da-fotografia-documental/>. Acesso em: jul./2017.

A rota traçada pelos expedicionários levou-os, dentre outros lugares, à Barra Goiana, e ali foi o local escolhido para instalarem a base de apoio da FBC. Foi então que os moradores da Vila de Barra Goiana e, conseqüentemente, Barra Cuiabana, viram suas rotinas mudarem consideravelmente, em função de um verdadeiro canteiro de obras que se instalou para a construção da cidade de Aragarças.

2.2 DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO: PLANOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Mesmo apresentando tantas características que representaram alvo de interesse de inúmeras pessoas que migraram para o Centro-Oeste, cabe ressaltar que o território em questão manteve-se pouco povoado e pouco desenvolvido, sob o ponto de vista econômico, até aproximadamente metade do século XX. Foi então durante a Segunda Guerra Mundial que surgiu o conceito de “espaço vazio” ou “áreas vazias”.

a ingressar na guerra, ao lado dos Estados Unidos; ministro extraordinário da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão centralizador dos esforços nacionais de guerra; presidente do Conselho de Imigração e Colonização (CIC); presidente da FBC; além de outros. Foi na função de coordenador da Mobilização Econômica que baixou a Portaria No. 77, de 3 de junho de 1943, pela qual ficava determinada a organização da Expedição Roncador-Xingu, entidade logo depois tomada como de “interesse militar” – Decreto No. 5.801, de 8 de setembro de 1943. (MACIEL, 2006, p. 48).

[...] as áreas vazias ou economicamente mal-aproveitadas do planeta deveriam – em benefício da humanidade – serem ocupadas por nações que, historicamente, tivessem demonstrado eficiência na gestão de territórios, no sentido de criar neles condições modernas de habitabilidade e, ademais, de obter deles a produção de riquezas. (MACIEL, 2015, p. 245).

A iniciativa de Getúlio Vargas de ocupar o Centro-Oeste brasileiro deveu-se ao fato de estando a sede do governo localizada na cidade do Rio Janeiro, isso representaria fator de vulnerabilidade ao ataque de inimigos estrangeiros, pois “devido à Segunda Guerra Mundial, havia uma preocupação da chefia do Estado Maior do Exército brasileiro quanto à segurança do comando do País. O litoral era considerado um local vulnerável do ponto de vista militar” (LIMA FILHO, 2001, p. 40).

Ao idealizar a ocupação da região Centro-Oeste, o presidente Getúlio Vargas tinha como pressuposto a criação de condições para que ocorresse a tão almejada exploração dos recursos que a região pudesse oferecer, além do povoamento de áreas, até então, pouco habitadas, mas para isso teria que utilizar de seu poder para colocar seu plano em prática. As relações de poder do Estado em relação ao território estavam diretamente ligadas à ideia de progresso, modernidade e do positivismo, aspectos que estavam presentes nos planos do governo de Getúlio Vargas.

Sobre este assunto, Marcos Aurélio Saquet defende a ideia de que as relações de poder, no que diz respeito ao domínio social, são fatores indispensáveis na conquista e na efetivação de um território. E argumenta: "o território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social" (SAQUET, 2007, p.34).

Contrapondo as definições de “espaço” e “território” com a tese alimentada de ocupar as “áreas vazias” do planeta, temos que o Centro-Oeste e a Amazônia brasileira estavam no rol de terras, que de acordo com Getúlio Vargas, deveriam ser ocupadas e transformadas. O que vale advertir, no entanto, é que durante a Expedição Roncador Xingu², aqueles que se ocupavam das frentes de trabalho, se depararam com inúmeros grupos indígenas.

² Dulce Portilho Maciel, em um de seus trabalhos sobre a Fundação Brasil Central, retrata a Expedição Roncador Xingu como uma iniciativa tomada com o objetivo de se implantar infra-estruturas e possibilitar o estabelecimento de uma rota de comunicação – terrestre, aérea, rádio-comunicação, etc. – pelo interior do Brasil, entre a cidade do Rio de Janeiro (então, a Capital federal) e Manaus. A geografia da vasta área entre a Serra do Roncador (leste do estado de Mato Grosso) e o alto rio Xingu (confluência entre o nordeste de Mato Grosso e o sudeste do estado do Pará) era, sob inúmeros aspectos, ainda desconhecida. (2005, p. 149).

Sobretudo a área de Barra Cuiabana, afirma Ribeiro (2005, p.50) inicialmente era habitada por sertanejos e garimpeiros e “por diferentes grupos indígenas, como os Carajás, Caiapós, Bororos, Xavantes e Kalapallos, que ocupavam uma grande área de suas terras”.

Logo, é incorreto pensar que o Centro-Oeste se constituía em um “espaço vazio”, uma vez que já era habitado. Mas ao que parece, isso não foi motivo para que Getúlio Vargas desistisse de seu plano, pois a seu ver, o referido território era vazio do ponto de vista capitalista. Seu lema positivista era levar o progresso ao interior do país e incorporar estes espaços ao rol de terras produtivas.

Lima Filho (2001, p.26) ilustra muito bem este fato quando afirma que “neste palco de historicidades múltiplas, contendo grupos indígenas, sertão e garimpos é que se desenvolveria o projeto de Getúlio Vargas denominado Marcha para o Oeste”.

Foi então que ao final do ano de 1937, sob o regime denominado Estado Novo, e a partir de então, escreve Maciel (2005, p. 148),

Foi inaugurada pelo governo federal uma campanha largamente difundida pela imprensa, intitulada Marcha para o Oeste. Esta campanha tinha como principal objetivo o povoamento, a ocupação econômica e a modernização sociocultural das regiões Amazônica e Brasil Central.

Para promover esta grande empreitada, foi criada em 1943 a Fundação Brasil Central (FBC), que segundo Maciel (2015, p. 249), a tarefa mais urgente seria:

[...] absorver a Expedição Roncador Xingu, aí compreendidos tanto sua missão, quanto os recursos materiais de que fora dotada e o pessoal recrutado para nela atuar – engenheiros, agrimensores, médicos, sertanistas, pilotos de avião, trabalhadores braçais, caçadores, cozinheiros, etc.

Conforme Lima Filho (2001, p. 22) “A Fundação Brasil Central seria catalisadora de recursos e ações destinadas a preparar uma estrutura logística para o desenvolvimento do capital que não menosprezava a vocação agropecuária da região”.

Parafraseando Ribeiro (2005, p. 51), nesta época, as pessoas e intelectuais que viviam no litoral tinham o Centro Oeste como um sertão inóspito; uma grande área do território brasileiro, cujo morador, o sertanejo, estava estagnado e possuía um baixo nível cultural. Lima (1999, p. 32) completa dizendo que o sertanejo era “visto como isolado, abandonado, doente, nômade, atrasado, resistente à mudança ou despossuído”.

E foi com esta visão, que o ministro João Alberto e sua equipe se organizaram para iniciarem os trabalhos angariando os recursos necessários para a tarefa da qual foram incumbidos.

Houve grande mobilização em prol dessa empreitada, pois além dos recursos humanos, precisavam também de veículos, combustível, alimentos, ferramentas, dinheiro, medicamentos, maquinários, etc.

A historiadora Dulce Portilho Maciel, narra que:

Em 11 de agosto daquele ano de 1943, os membros da Expedição, vindos em sucessivas levas, acharam-se reunidos em Uberlândia. Nesta localidade, já antes se havia estabelecido uma sofisticada base de apoio, cuja função inicial seria prover o abastecimento dos grupos expedicionários, tanto os que iriam atuar no primeiro trecho da rota, entre Uberlândia e a região do alto rio Araguaia (onde a este se junta o rio das Garças), em Goiás, como os que, a partir daí, atuariam como vanguarda da Expedição, realizando reconhecimento de terreno e abrindo picadas, em território até então desconhecido, no estado de Mato Grosso (MACIEL, 2006, p.7).

Após uma longa e cansativa viagem, feita em caminhões, percorrendo caminhos precários, os primeiros expedicionários chegaram à margem direita do rio Araguaia, que no local, faz confluência com seu afluente, o rio Garças. Encontraram ali um vilarejo (Barra Goiana, atual Aragarças), habitada em sua maioria, por garimpeiros e alguns poucos comerciantes.

Na margem esquerda, já em terras pertencentes ao estado de Mato Grosso, havia um segundo vilarejo, com características semelhantes à primeira (Barra Cuiabana, atual Barra do Garças). Ambas tinham no garimpo de ouro e diamantes, seu principal meio de subsistência.

Ali os expedicionários ergueram as primeiras edificações (Ilustração 2) e também locais seguros para armazenar os materiais da FBC. No dia 14 de agosto de 1943, Barra Goiana recebeu a visita do ministro João Alberto, que foi pessoalmente conhecer o local onde foi construída a cidade de Aragarças.

Na oportunidade, foi fixado um cruzeiro que representou o início dos trabalhos e da construção da cidade que viria a ser referência para todos aqueles que estivessem envolvidos na força tarefa de abrir a rota até o estado do Pará.

Ilustração 2 – Cruzeiro que marcou o início da construção da cidade de Aragarças-GO e aspectos das primeiras casas.



Fonte: Acervo Valdon Varjão. Disponível em: <http://valdonvarjao.com.br>. Acesso em: jul.2017.

Esta nova cidade que ora estava sendo erguida, foi batizada com o nome de Aragarças. Ao escolher este nome, o ministro João Alberto fez alusão aos nomes de dois importantes rios da região, o rio Araguaia e o rio Garças.

A professora e escritora Zélia Diniz, em um de seus livros, destaca que:

Definida a situação geográfica, a Fundação Brasil Central passou aos projetos de urbanização e colonização. Foi elaborado um projeto urbanístico sobre uma área de um quilômetro de raio. Neste período, traçaram-se suas linhas básicas, limites, ruas, praças e demais serviços públicos. (DINIZ, 2016, p.49).

Corroborando com Zélia Diniz, Dulce Portilho Maciel destaca em seus estudos:

Por décadas, a área escolhida para sua instalação constituiu-se em verdadeiro canteiro de obras. Já de início, além de um pequeno número de construções para abrigar a sede administrativa da FBC, servir de moradia para seus funcionários graduados e abrigar, temporariamente, os trabalhadores braçais, instalou-se ali um aeroporto, dotado das necessárias instalações complementares. Depois, entre outras edificações, paulatinamente foram sendo construídos: um hospital, um hotel, um templo católico, escolas, cinema, cantina, quadra de esportes e, ademais, um conjunto, periodicamente expandido, de casas residenciais para funcionários. (MACIEL, 2012, p. 42).

Aos poucos, as características do pequeno vilarejo foram mudando. Os barracos foram dando lugar a casas, as ruas foram tomando formas, o comércio se acentuou e o deslocamento de moradores ribeirinhos em direção à parte alta da cidade era intensa.

Os velhos costumes passam a ser substituídos pela burocratização de um território militarizado.

À medida que a frente de expansão avança, a categoria pioneiro se cristaliza no tempo, como se fosse curtida para ser bebida em tempos necessários. A Fronteira se burocratiza. Primeiro, mediante a Fundação Brasil Central e seu grande prestígio no Médio Araguaia, demarcando na vila de Aragarças o espaço militarizado, privilegiado dos pioneiros, soldados da fronteira, contra um espaço dos moradores beira-rio, os garimpeiros e seus contatos sertanejos. (LIMA FILHO, 2001, p.27).

As oportunidades de trabalho oferecidas pela FBC fizeram com que muitos garimpeiros, pescadores e agricultores familiares deixassem suas atividades usuais para exercerem outras tarefas, que naquele momento estavam relacionadas à construção da nova cidade.

Locais que antes se configuravam como sertão experimentam mudanças que possivelmente jamais teriam sido imaginadas por seus habitantes pioneiros. Na obra de Candice Vidal e Souza, a autora aponta que:

No caminho para a hinterlândia, deixa os sinais de impurezas e contaminações adquiridas na exposição a tudo que é o não-Brasil. Por sua vez, o sertão, que lá já está, não sofre o deslocamento espacial, mas ao receber a chegada do mundo litorâneo abandona seu estado de atraso e primitivo e passa a integrar a civilização. (SOUZA, 1997, p.107).

Embora fizessem parte de um plano ditatorial, ao cumprir as ações da FBC, Vargas e seus expedicionários ainda se esforçavam em buscar o apoio popular justificando que todos aqueles esforços faziam parte de uma estratégia que traria benefícios para a nação.

Então, já devidamente instalados em Aragarças, a missão seria continuar criando vias de transporte e comunicação daquele ponto até a Amazônia. (Ilustração 3).

Ilustração 3 – Abertura de estrada ligando Aragarças a Nova Xavantina em 1943.



Fonte: Acervo Valdon Varjão. Disponível em: <http://valdonvarjao.com.br>. Acesso em: jul.2017.

Esta força tarefa ficou a cargo da Expedição Roncador Xingu (ERX), chefiada pelo Coronel Flaviano de Matos Vanick, que juntamente com sua equipe deveria cumprir os seguintes objetivos:

- 1) Partir da cidade de Leopoldina (Aruanã), no Araguaia, e ir em direção a Santarém e ao Amazonas.
- 2) Fundar um ponto de colonização no Rio das Mortes, afluente da margem esquerda do rio Araguaia (MT).
- 3) Galgar a Serra do Roncador e fundar um núcleo de civilização como base para dar continuidade à exploração do território (campo de aviação, construção e agricultura).
- 4) Assim que a Serra do Roncador fosse atingida, um segundo escalão da expedição sairia de Leopoldina seguindo o mesmo caminho e deveria fixar 200 famílias. (FBC, 1945a, MEIRELES, 1960, p.272,273 apud LIMA FILHO, 2001, p.41-32).

A Expedição Roncador Xingu, contrariando essa orientação, seguiu sua missão sentido Rio das Mortes, partindo de Aragarças. Iniciou sua jornada no dia 3 de dezembro de 1943, chegando ao local onde viria a ser a cidade de Xavantina (atual Nova Xavantina-MT) no dia 28 de fevereiro de 1944.

Os anos seguintes foram marcados por intensas atividades no sentido de prover a região de uma estrutura capaz de apoiar as ações da FBC, a exemplo da ponte sobre os rios Garças e Araguaia (Ilustração 4). Sobre tudo na região Aragarças e Barra do Garças, temos que:

Ainda na década de 50, construiu-se a ponte, até hoje ali em funcionamento, sobre os rios Araguaia e Garças. Nesta ponte, o que se constituiria, a exemplo da maioria dos casos, em seu vão central, apoia-se sobre um trecho de terra firme, nominado “pontal”, existente no local de junção dos dois rios. Àquela altura, outro núcleo urbano havia se instalado e expandido na outra margem do rio, a cidade de Barra do Garças, atualmente, o mais importante centro urbano da região leste de Mato Grosso. Não é possível calcular o valor que teve a construção desta ponte, no sentido de favorecer o povoamento e o desenvolvimento econômico de ambos os estados por ela servidos, sobretudo da zona mato-grossense do vale do Araguaia. Nesta zona, a partir de então, foram surgindo, um a um, numerosos aglomerados populacionais, alguns deles depois constituídos em importantes centros urbanos regionais. (MACIEL, 2011, p.14).

Ilustração 4 – Construção da ponte sobre os rios Garças e Araguaia na década de 1950.



Fonte: Acervo Valdon Varjão. Disponível em: <http://valdonvarjao.com.br>. Acesso em: jul.2017.

A cada obra realizada e a cada ação concluída, notava-se o avanço dos projetos da FBC rumo ao alcance de seus objetivos, e conseqüentemente mudanças em todos os níveis de organização dos lugares que fizeram parte da rota para o Oeste, sem contar que cada vez mais estavam próximos de incorporar o sertão brasileiro aos moldes de geração de renda do litoral. Assim escreve Nísia Trindade Lima:

O desbravamento do sertão pode ser visto como um movimento de forte conteúdo simbólico, que acompanhou os projetos oficiais de delimitação de fronteiras, saneamento, utilização de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política. [...] Desta forma, as oposições entre litoral e sertão não seriam inconciliáveis, mas passíveis de solução através de um projeto nacional que incorporasse efetivamente o interior do Brasil. (LIMA, 1999, p.67-71).

As ações desencadeadas pela FBC foram motivo de muitos conflitos, ao provocar mudanças no cotidiano de muitas famílias de garimpeiros, pescadores e outros. Porém, as mudanças provocadas em nome do progresso, na visão de Ribeiro (2005, p.55) resultaram, dentre outras coisas, em “mudanças nos costumes, da mentalidade e dos modos de vida dos sertanejos e a domesticação e demarcação da terra bruta e deserta”. A FBC existiu e atuou até o ano de 1967, quando foi extinta e em substituição a esta, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO)³.

2.3 DA FBC A OUTROS PROJETOS: AÇÕES ESTATAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

A FBC foi a primeira instituição brasileira imbuída da missão de promover a integração de grandes porções de terras brasileiras com potencial de desenvolvimento econômico, mas a sua extinção em 1967 não representou o fim dos planos de transformar o Centro Oeste em celeiro de produção e, conseqüentemente, a integração deste território ao desenvolvimento do capitalismo.

Com a extinção da FBC e, levando em consideração a tradição da região para o desenvolvimento, principalmente, da agricultura e da pecuária, a SUDECO tinha como missão garantir que tal desenvolvimento acontecesse.

Além da exploração dos recursos que a região oferecia, é importante sempre ressaltar o interesse voltado para o capital, principalmente porque havia a necessidade da exploração do trabalho humano. No trabalho de Marco Aurélio Araújo o autor aborda este assunto dizendo que:

Por trás daquele discurso, de criar melhores condições de vida para os trabalhadores, se camuflava metas exploradoras – tanto sobre os recursos naturais, quanto sobre os proletários, sem limites (violência física, moral e psicológica) no que tange ao alcance de seus lucros. (ARAÚJO, 2012, p. 49).

Percebe-se que o que importava, no entanto, era, a qualquer custo, inserir o Centro Oeste no processo de produção e desenvolvimento do capital, pouco importando a integridade da força de trabalho, tampouco os recursos naturais que foram utilizados em grande quantidade, bem como os impactos ambientais causados em decorrência de tal empreitada.

³ O decreto-lei n. 5878, de 04 de outubro de 1943, instituiu a Fundação Brasil Central, destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas entre os altos-rios Araguaia e Xingu, do Brasil Central e Ocidental. A Lei n. 5365 de 01 de dezembro de 1967, criou a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior (MINTER). Por essa mesma lei foi extinta a Fundação Brasil Central e transferidos à SUDECO seu acervo patrimonial, recursos orçamentários e serviços. (ARAÚJO, 2012, p.23).

Em 1966, foi criada pelo governo federal a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que viria a ser parceira da Superintendência do Desenvolvimento da região Centro-Oeste (SUDECO) no sentido de incentivar, principalmente, a abertura de empresas voltadas ao setor agropecuário. Cabe ressaltar aqui o processo de transferência de recursos financeiros do setor público ao setor privado como forma de incentivo à criação dessas empresas.

Sobre este assunto, temos nos registros de Germano (1994) e Varjão (1985) que:

O Estado concedeu decisivo apoio à reprodução de certos capitais nominais, ou seja, para empresas específicas, ao efetuar verdadeiras doações ao capital privado sob a forma de incentivos e subsídios fiscais e creditícios, concretizando a transferência de recursos financeiros do setor público para o privado. (GERMANO, 1994, p.75).

Na região de Barra do Garças, a maior parte desses investimentos foi canalizada para a pecuária. Exemplo disso foi a concessão de grandes investimentos estatais para a aquisição de terras tornou a vida econômica regional e a criação de gado o melhor investimento, pela rentabilidade oferecida e pelos programas elaborados pelo governo para desbravamento e ocupação da Amazônia Legal. (VARJÃO, 1985, p.113).

Outros projetos com vistas ao desenvolvimento econômico do Centro-Oeste foram gradativamente implantados, programas como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), o da Grande Dourados, o do Pantanal e o da Região Geoeconômica de Brasília. Dos programas citados anteriormente, afirma Steinberger (2000, p. 42), que “o POLOCENTRO foi o que teve maior impacto na região Centro-Oeste, priorizando o aumento da produção agropecuária a fim de incorporar ao setor produtivo 3,7 milhões de hectares de terras do Cerrado, durante cinco anos”.

O POLOCENTRO implementou ações como a abertura de estradas, a utilização de insumos agrícolas nas plantações, a implantação de rede de energia rural e outras ações voltadas às atividades de agricultura e comércio.

Estes programas fomentavam tanto o desenvolvimento da região Centro-Oeste, como também mantinham o fluxo contínuo de migrantes que se dirigiam a esta região, em busca de trabalho. Em seus estudos sobre os dilemas e conflitos encontrados por migrantes, Hidelberto de Sousa Ribeiro (2001) aponta que:

A cidade de Barra do Garças foi uma das cidades mato-grossenses que mais investimentos financeiros recebeu na década de 70. A partir da injeção de recursos pôde irradiar certo dinamismo econômico. Podemos até afirmar que sua influência política e econômica chega a atingir uma extensa área de aproximadamente 300 km de raio, de modo que todos os lugarejos e cidades da região do Vale Médio e Baixo Araguaia dela dependem. (RIBEIRO, 2001, p.35).

Cabe lembrar, que Barra do Garças era, até então, uma cidade de pouca importância no contexto regional, em relação a Aragarças que tinha todo o respaldo do governo federal e abrigava a sede da FBC. Mas foi a partir dos programas de incentivo ao desenvolvimento que Barra do Garças experimentou um crescimento expressivo.

Apesar de os programas de incentivo ao desenvolvimento econômico do Centro-Oeste terem sido implementados a partir das décadas de 1960 e 1970, foi somente a partir da década de 1980 que a região passou a representar cerca de 40% na produção nacional de grãos e carnes e com isso foi efetivamente inserida no rol de propulsores do capital brasileiro.

Entre as décadas de 1970 e 1980, observou-se mais um grande movimento migratório para a região de Barra do Garças. Mão de obra não qualificada impulsionou esta leva de migrantes, tratava-se daqueles que desempenharam um trabalho basicamente braçal, pois, segundo Ribeiro (2005, p.67) “Naquele tempo, o empecilho existente em relação à terra era a dificuldade de se adentrar por ela, devido ao baixo nível de desenvolvimento tecnológico, além da densidade da mata”. Foi neste sentido, que estes trabalhadores braçais, atuaram, principalmente na abertura dos locais onde viriam a se desenvolver as atividades de pecuária e agricultura.

Posteriormente, verificou-se a chegada de mão de obra qualificada e tecnologias voltadas para o trato com a terra, estes últimos vindos em sua maioria das regiões Sul e Sudeste do país⁴. Estes migrantes intensificaram a prática da agricultura e pecuária na região. Foi neste período que segundo Queiroz (2012, p. 196), “o município de Barra do Garças viveu uma fase áurea, de grande pujança econômica”. A ponto de, em 1979, destacar-se como o maior produtor de arroz do país.

As migrações, a chegada de mão de obra qualificada, a utilização de conhecimentos de provocaram mudanças no contexto urbano e rural do município de Barra do Garças, ampliando sua população em mais de 60% (Tabela 1). Acentua-se a partir de então o valor da terra enquanto mercadoria e reprodução do capital. Na zona rural, os migrantes sulistas foram os pioneiros na utilização de insumos para a correção e fertilização dos solos, com vistas ao melhoramento da produção agrícola.

⁴ O escritor memorialista Valdon Varjão, cearense radicado em Barra do Garças/MT, foi vereador e senador. Exímio conhecedor da história local, em um de seus livros afirmou que [...] “os gaúchos foram os responsáveis por esse programa avançado de desenvolvimento da região”. (VARJÃO, 1992, p. 80).

Tabela 1: Evolução demográfica de Barra do Garças – MT e Aragarças - GO, 1960-1980.

Município	1960			1970			1980		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Barra do Garças - MT	5.851	9.224	15.075	10.116	16.454	26.570	29.173	14.428	43.601
Aragarças - GO	914	2.108	3.022	3.760	876	4.636	8.872	818	9.690

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: fev./2018. Organização: (O autor, 2018).

Observou-se neste período que os pressupostos de ampliação de áreas produtivas do país e consequente expansão do capitalismo, fatos que consentiram a expansão do capitalismo.

Nas décadas de 1960 e 1970, o município de Barra do Garças ocupava uma extensa faixa territorial abrangendo mais de 200 mil quilômetros, maior do que muitos países da Europa, seu desmembramento resultou na constituição de numerosos outros municípios.

Além disso, o projeto de integração nacional se consolidava como uma tentativa de resolver os conflitos existentes no sul do país, onde as pequenas propriedades rurais não conseguiam mais sustentar-se diante da ocupação dos grandes latifúndios que se instalavam principalmente no estado do Paraná. (ROHDEN; SÁ, 2014, p. 338).

A respeito do pioneirismo da agricultura moderna nas décadas de 1970 e 1980, o gaúcho Norberto Schwantes, líder cooperativista, responsável pelo surto migratório de sulistas para o Mato Grosso na década de 1970, aponta que:

O crescimento da colonização causava grande impacto na economia de Barra do Garças. O comércio – a cada dia com novas lojas – principalmente de insumos e implementos agrícolas – vendia como nunca. Isso refletia na arrecadação do ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Já descontada a inflação, a Exatoria Estadual em Barra do Garças registrava aumentos extraordinários na arrecadação deste tributo. (SCHWANTES, 1989, p. 143).

O domínio dessas áreas com o emprego de tecnologias que propiciaram um melhor aproveitamento de terras não tão propícias para o desenvolvimento de tais culturas conferiu à região um aumento nas colheitas e na quantidade de gado de corte inseridos nos pastos. Isso provocou um crescente processo de degradação ambiental, resultado da ação humana sobre os recursos naturais que vão além da supressão da vegetação até a interferência direta e indireta nos recursos hídricos. Assim, Gaspar (2015) argumenta que:

Segundo os chamados *gaúchos*, ser *pioneiro* significou chegar primeiramente às áreas do Mato Grosso ou da Bahia, após a saída do Sul do país, comprar terras nesses estados e, somente depois de um período de montagem das áreas de plantio, passar a cultivar arroz e soja. Ser *pioneiro* indica, também, a inserção precoce na

agricultura mecanizada e a experiência nesse novo ambiente – cerrado. E, consideram-se *pioneiros* aqueles que tiveram acesso às terras em áreas de novas *fronteiras agrícolas* independentemente do cultivo de soja nos seus primeiros anos. (GASPAR, 2015, p. 131).

Foi na década de 1980 que, em virtude de toda essa movimentação migratória, que muitos comerciantes se estabeleceram em Barra do Garças, principalmente aqueles voltados para a comercialização de produtos agropecuários, gêneros alimentícios e máquinas agrícolas, que subsidiavam tanto as atividades agropastoris desenvolvidas à época, mantimentos, além de uma variedade de outros estabelecimentos comerciais como farmácias, lojas de roupas e calçados.

Aragarças, por sua vez, já tinha um comércio mais avantajado. Desde a década de 1950, seus estabelecimentos detinham uma maior variedade de produtos. Segundo Santos (2016, p.60) “havia a comercialização de tecidos, calçados, bebidas, lataria, mobiliário, gêneros alimentícios e combustíveis, advindos de outras localidades, sobretudo de Uberlândia-MG e da capital, Goiânia”.

Nesta época já haviam sido construídas as pontes sobre os rios Garças e Araguaia, o que facilitava o trânsito de pessoas e mercadorias entre as duas cidades.

Embora Barra do Garças e Aragarças tenham sua gênese no mesmo processo, é notório que as duas cidades não tiveram um desenvolvimento semelhante. Conforme destaca Maciel (2006) em seu trabalho sobre a cidade de Aragarças:

[...] passado o seu impulso inicial de crescimento, estagnou-se, contrariamente ao que veio a ocorrer com Barra do Garças, atualmente, o mais importante centro urbano do leste mato-grossense – isto é: centro bancário, comercial, industrial, de serviços educacionais (inclusive de ensino superior), etc. (MACIEL, 2006, p.21).

Observa-se então, que nesta dinâmica de desenvolvimento regional, Aragarças aos poucos foi deixando de exercer o papel de cidade mais importante da região, enquanto Barra do Garças desponta, em função dos incentivos recebidos e constante fluxo migratório. Mas isso não significa dizer que Aragarças não tenha exercido papel de importância na viabilização do crescimento da cidade vizinha, afinal, sua construção se deu justamente para que houvesse o desenvolvimento que ora se observava.

Argumenta Santos (2016) que:

Dessa forma, a cidade de Aragarças não teria fracassado por perder para Barra do Garças a função de principal cidade da região, pois cumpriu um papel importante mediando a expansão para o nordeste de Mato Grosso e da Amazônia, justificando, então, os objetivos de sua fundação, figurando-se como “cabeça de ponte” nesse processo expansivo. (SANTOS, 2016, p.69).

Atualmente, Barra do Garças integra a Região de Planejamento Leste (segundo o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Mato Grosso), juntamente com outros 16 municípios próximos, sendo eles: Água Boa, Araguaiana, Araguainha, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, General Carneiro, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, e Torixoréu. E de acordo com dados apresentados pelo Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (2005, p. 23), “a economia da região de Barra do Garças tem uma forte presença da agropecuária, que representa 42,9% da produção regional.”

Estas cidades, em sua maioria, surgiram em função do desdobramento de terras barragarcenses, a partir dos incentivos ofertados pelas estatais que atuaram por toda esta região. Recorremos, mais uma vez, às narrativas e constatações de Ellen Bromfield Geld, quando faz um registro sobre as intenções e aptidões que os sulistas trouxeram ao ocupar terras localizadas em Mato Grosso. Em um trecho de seu livro, a autora dá detalhes sobre as experiências e os conhecimentos sobre o trato com a terra apresentado por migrantes sulistas. O episódio narrado se passa no município de Querência, com uma das pessoas com quem teve contato em suas viagens.

Assim diz Geld (2010, p.231): “Como tantos outros que foram para Querência em busca de oportunidades, Eloir foi criado no Rio Grande do Sul, em 18 hectares de terras bem cuidadas onde a sua família produzia um pouco de tudo, do leite ao vinho”.

A autora registrou a semelhança dos aspectos físicos e culturais do município, com aqueles que presenciou na região sul do país, o que reflete os traços daqueles que se dirigiram ao Mato Grosso motivados pelos incentivos oferecidos através de ações governamentais.

Por isso tenho fé em cidades como Querência e tantas outras espalhadas pela fronteira agrícola. Lugares como Primavera do Oeste, Alto Araguaia, Sinop – alguns muitos semelhantes a Cascavel nos anos 1950, quando tudo dependia das pessoas que tinham ido viver lá. Mas com uma diferença: a experiência que lhes ensinou [...]. (GELD, 2010, p.233).

No dias atuais, não somente a região do Vale do Araguaia, mas o estado de Mato Grosso como um todo, participa ativamente do desenvolvimento econômico do país. Sobre este assunto, Ablas e Fava (1985, p. 137), há mais de três décadas, destacaram e confirmaram que “o Centro-Oeste, cujo processo de ocupação teve início um período anterior e encontra-se hoje em estágio avançado, apresenta uma importante contribuição ao produto agropecuário do País”.

A título de exemplo, é importante relacionar a quantidade de empregos diretos e indiretos gerados nas localidades onde se desenvolve o agronegócio, fazendo com que seja

frequente o processo de migração de pessoas de outros estados para o Mato Grosso e para região Centro Oeste de maneira geral.

Muitas pessoas deixam de realizar suas atividades tradicionais para se dedicarem a trabalhos voltados ou relacionados com o agronegócio, uma vez que Mato Grosso lidera a produção de soja, algodão e rebanho bovino no país. Sabendo que estes produtos são criados e cultivados na região onde está inserida a área de estudo desta pesquisa, é possível inferir que atividades dessa natureza acabam por colocar em risco a prática de atividades tradicionais, como por exemplo, a pesca artesanal.

Além da opção política para o desenvolvimento do agronegócio, convém ressaltar que a região de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças também se destaca por sua grande potencialidade para atividades turísticas, que são fatores que colaboram para a movimentação da economia regional. Isso porque além dos rios Garças e Araguaia, que no período de seca proporcionam belas praias, há também outros importantes córregos, inúmeras cachoeiras, clube de águas termais, serras, mirantes e trilhas diversas. Há, também, em Barra do Garças, um discoporto, monumento alusivo aos seres extraterrestres e OVNI's (objetos voadores não identificados), instalado no alto da Serra Azul, onde muitas pessoas da região afirmam tê-los visto em diferentes ocasiões.

Outro atrativo turístico da região é a Serra do Roncador, que traz consigo exuberante formação rochosa, que envolve o mistério do desaparecimento do coronel Percy Harrison Fawcett, que na opinião da comunidade esotérica, através do Portal do Roncador teria encontrado uma cidade perdida, onde resolveu morar.

No trabalho de Nascimento (2010, p.48) encontramos outra possível justificativa para o desaparecimento do coronel Fawcett, quando em seu trabalho o autor afirma que “[...] parece que Orlando Villas-Boas, o famoso sertanista, conseguiu decifrar o enigma em 1951 ao constatar que índios kalapalos (etnia do Alto Xingu) teriam matado Fawcett”.

Fato é que as belezas naturais e os mistérios que permeiam a região atraem muitas pessoas que se dirigem ao Vale do Araguaia em busca de desfrutar daquilo que a região explora como potencial turístico.

O fluxo de turistas movimenta o setor de serviços e, conseqüentemente, ocasiona um aquecimento na economia local, ainda que isso esteja atrelado a eventos pontuais ou datas comemorativas.

Embora sejam muitas as possibilidades de turismo e lazer encontradas nos três municípios, o que, de fato, representa o principal atrativo, são as praias formadas nos rios Garças e Araguaia.

Cabe lembrar que as atividades de pesca são desenvolvidas, em sua maioria, nos mesmo locais onde são realizadas as atividades turísticas e portanto é perceptível, que nos meses de maior fluxo de turistas, geralmente entre os meses de junho e agosto, há um aumento no número de embarcações, jet-skis, exacerbante poluição sonora e atmosférica, além da poluição das águas em virtude dos dejetos direcionados aos rios. Com isso é possível inferir sobre as dificuldades que os pescadores enfrentam em realizar seus trabalhos nestes períodos.

2.4 CIDADE ENTRE DOIS RIOS: PONTAL DO ARAGUAIA

O município de Pontal do Araguaia-MT, está situado entre os municípios de Barra do Garças e Aragarças, sendo banhado pela margem esquerda do rio Araguaia e pela margem direita do rio Garças. As primeiras famílias que se instalaram no local, eram oriundas dos estados de Goiás e Minas Gerais, seguidos de alguns migrantes nordestinos. (Ferreira, 2001, p. 563).

Conforme relatado nas primeiras sessões deste capítulo, as duas cidades vizinhas a Pontal do Araguaia tiveram sua gênese em agrupamentos populacionais que tinham no garimpo sua principal atividade de subsistência. E a exemplo disso, em terras pontalenses, as atividades garimpeiras também eram realizadas.

Até meados dos anos 1960, a área que hoje constitui-se como o município de Pontal do Araguaia era ocupada por sítios e fazendas, cujos moradores, além da garimpagem tinham suas produções voltadas à agricultura, produção de hortaliças, pesca e criação de pequenos animais.

Os produtos ali cultivados serviam para abastecer, principalmente, aos próprios produtores e também aos moradores de Barra do Garças e Aragarças. Outra atividade extrativista praticada por agricultores e garimpeiros em Pontal do Araguaia, principalmente os nordestinos, era a extração do látex conforme explica Ferreira (2001):

A região também foi movimentada por ocasião da chamada Primeira Borracha, no final do século passado e começo deste. Os nordestinos, fugindo da seca, procuraram a região do rio Araguaia para extração do látex e, eventualmente garimpar. Na região proliferava a mangabeira do cerrado, matéria prima da borracha. (FERREIRA, 2001, p.563).

Após a construção das pontes que ligam as cidades de Barra do Garças e Aragarças na década de 1950, o fluxo de pessoas que circulavam pela região aumentou consideravelmente, e como já mencionado neste texto, houve também um aumento na população não só de Barra

do Garças e Aragarças, como também aumentou o número de interessados em ocupar as terras de onde hoje situa-se Pontal do Araguaia.

Foi neste período que Pontal do Araguaia inicia o processo de transformação, deixando de apresentar características meramente rurais e dando seus primeiros passos rumo ao que hoje é representado por um município.

Encontramos algumas informações sobre este processo no trabalho de Santos (2016) quando o autor apresenta informações que nos dão conta de que:

É somente, nesse momento, que Pontal do Araguaia começa a desenvolver características urbanas. [...] fica evidenciado que essa cidade passa a ganhar forma a partir da 1971, quando um proprietário fundiário vendeu parte de sua área rural, incorporando-a ao mercado imobiliário urbano, possibilitando, assim, a ocupação e a expansão urbanas na cidade. (SANTOS, 2016, p.66).

O fato de, no ano de 1971, um dos fundiários, o senhor João Rocha, ter vendido parte de suas terras, fez com que isso se tornasse alvo de especulações de outras pessoas interessadas em também serem proprietários de terras em Pontal do Araguaia. E assim, aos poucos, as propriedades foram se transformando em loteamentos, dando origem ao que os moradores da época chamavam, e muitos erroneamente ainda chamam, de uma “corruptela”. O cenário era composto de casas bastante simples (Ilustração 5), alguns pequenos comerciantes, bares (Ilustração 6) e locais de prostituição.

Ilustração 5 – Aspecto das moradias construídas no distrito de Pontal do Araguaia na década de 1970.



Fonte: Arquivo Nacional. Coordenação Regional do Distrito Federal.

Ilustração 6 – Pequeno comércio no distrito de Pontal do Araguaia na década de 1970.



Fonte: Arquivo Nacional. Coordenação Regional do Distrito Federal.

O termo “corruptela” é, as vezes, utilizado para definir um aglomerado de moradias que dão suporte à garimpeiros. De modo geral, este termo diz respeito a pequenos vilarejos, independentemente se estão ou não vinculados a atividades garimpeiras.

Embora na década de 1970, a atividade garimpeira já tivesse deixado de ser a principal atividade econômica da região do Vale do Araguaia, ainda assim persistia a utilização deste termo pelos moradores da localidade. Foi também, na década de 1970, que Pontal do Araguaia foi elevado à categoria de distrito, vinculado ao município de Torixoréu-MT, situado a 70 quilômetros de distância.

Assim, o distrito de Pontal do Araguaia, de maneira gradativa, foi ampliando suas características urbanas, e por apresentar boas condições para o desenvolvimento do agronegócio, fez com que isso se tornasse alvo de uma nova leva de migrantes, sobretudo sulistas, o que representou motivo de resistência por parte dos moradores, a ponto de a Igreja Católica promover medidas de intervenção social. Encontramos no livro “Mato Grosso e seus municípios”, de autoria de João Carlos Vicente Ferreira (2001) que:

A Igreja Católica foi a primeira instituição a contribuir socialmente com o antigo distrito de Pontal do Araguaia. Percebe-se que seus povoadores tinham a preocupação em preservar sua identidade cultural, resistindo a nova leva de migrantes que chega ao município, notadamente de sulistas. (FERREIRA, 2001, p.563).

A aptidão das terras de Pontal do Araguaia para o desenvolvimento da pecuária e agricultura, além da abundante disponibilidade de água, tendo em vista sua localização, foi o que verdadeiramente fez com que houvesse grande interesse sobre aquela localidade.

O avanço da urbanização, a criação de novos loteamentos, o aumento de práticas agrícolas, conferiram ao distrito novas características, e mesmo com a resistência de seus moradores, a chegada de novos migrantes foi inevitável. Soma-se a estes fatores, o início do funcionamento, na década de 1980, do campus da Universidade Federal de Mato Grosso no distrito de Pontal do Araguaia. Corroborando com estas informações, Santos (2016, p.72) aponta justamente que “esta onda de desenvolvimento da agricultura também refletiu sobre a área do distrito de Pontal do Araguaia que, por sua proximidade com Barra do Garças e Aragarças, passa a desenvolver seu espaço urbano com o surgimento de novos bairros”.

Neste período, Pontal do Araguaia contava também com serviços de atendimento em saúde, escola, pequenos comércios, que atendiam as necessidades básicas dos moradores. Ademais, quaisquer outras necessidades poderiam ser supridas recorrendo-se a Barra do Garças e Aragarças. Estes fatores levaram o então distrito a ser elevado à categoria de município. Em 20 de dezembro de 1991 Pontal do Araguaia deixou de ser distrito de Torixoréu através da Lei número 5.097. Segundo Cardoso Neto (2016, p.21) “A instalação se concretizou quando da realização das eleições de 1992. Os pontalenses elegeram seus primeiros representantes. Compareceram às urnas mais de 90% dos 1.628 eleitores”.

Atualmente, Pontal do Araguaia, juntamente com Aragarças e Barra do Garças, forma um agrupamento de cidades de pequeno porte (Ilustração 7), que segundo Santos (2016, p.18), considera-se “o agrupamento que possui até 100 mil habitantes”.

Ilustração 7 – Vista aérea dos municípios de Aragarças (GO), Pontal do Araguaia (MT) e Barra do Garças (MT).



Fonte: Edevilson Arneiro (2016).

Os três municípios em questão somam 80.260 habitantes, o que justifica esta classificação e demonstra uma considerável evolução demográfica entre 1980 e 2010 (Tabela 2).

Tabela 2: Evolução demográfica de Aragarças-GO, Barra do Garças-MT e Pontal do Araguaia-MT entre 1980 e 2010.

Município	1980			2010		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Aragarças (GO)	8.887	818	9.690	17.617	688	18.305
Barra do Garça (MT)	28.122	6.142	34.264	50.947	5.613	56.560
Pontal do Araguaia(MT)				4.452	943	5.395

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: fev./2018. Organização: (O autor, 2018).

Neste exemplo de proximidade e ligação direta entre as três cidades, observa-se uma dependência das cidades menores, neste caso Aragarças e Pontal do Araguaia, em relação a uma cidade que tenha maior representatividade de infraestrutura e possa atender às demais, como é o caso de Barra do Garças.

Embora o comércio de Pontal do Araguaia tenha apresentado um pequeno crescimento nos últimos anos, ainda carece de serviços especializados. Neste sentido, seus moradores ainda tem a necessidade de recorrer a Barra do Garças e por vezes até a Aragarças. Novos loteamentos e bairros foram estabelecidos no município, há pouco tempo, como expressão de crescimento e forma de melhorias na infraestrutura local.

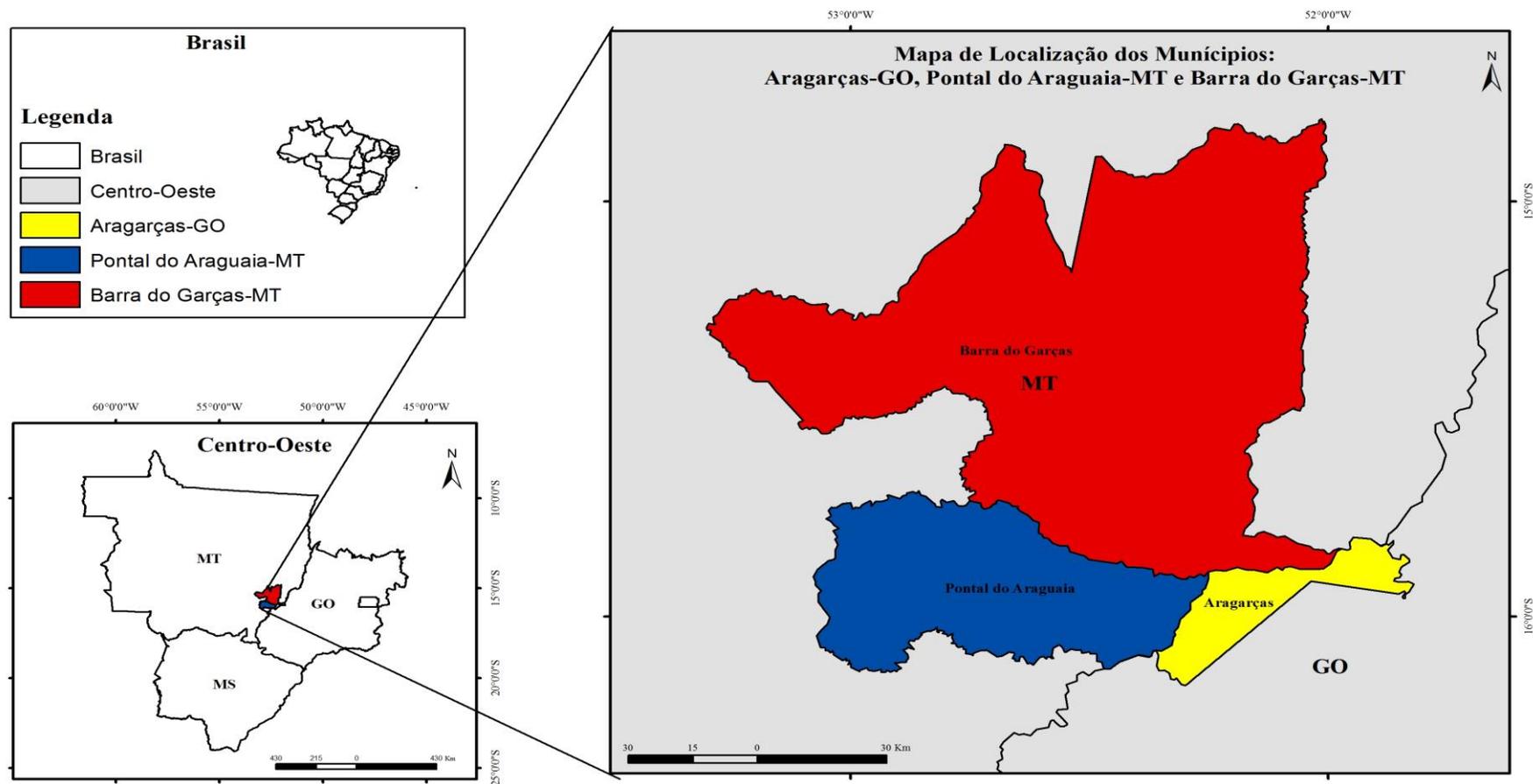
2.5 A DINÂMICA DE INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ARAGARÇAS, PONTAL DO ARAGUAIA E BARRA DO GARÇAS

Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças são municípios com extensões diversas um do outro. As terras onde hoje localiza-se Aragarças eram de propriedade privada e pertenciam à Fundação Brasil Central que após sua extinção foram doadas ao município.

Barra do Garças, a maior cidade entre as três, já foi o maior município brasileiro e teve seu território desmembrado resultando na formação de outros municípios. E Pontal do Araguaia cujas terras também eram de propriedades privadas e foram sendo loteadas até formar um distrito e posteriormente um município.

Embora sejam municípios distintos, e até mesmo pertencentes a estados diferentes, estas três cidades (Ilustração 8) compartilham de muitas características e fatores que as fazem manter uma relação de dependência.

Ilustração 8 – Mapa de localização dos municípios de Aragarças (GO), Pontal do Araguaia (MT) e Barra do Garças (MT).



Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Sirgas 2000
Fonte: IBGE, 2014

Elaboração: Francisco Sousa Lira, 2017
Organização: André Sousa Santos

Assim, Barra do Garças, que assume o papel de pólo regional, principalmente em saúde, fato que se justifica em função do número de estabelecimentos que fazem este tipo de atendimento (Tabela 3), educação e também comercial, representa suporte para Aragarças e Pontal do Araguaia.

Tabela 3 – Estabelecimentos de saúde em Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO.

Município	Estabelecimentos de saúde federais	Estabelecimentos de saúde estaduais	Estabelecimentos de saúde municipais	Estabelecimentos de saúde privados
Barra do Garças - MT	07	0	25	18
Pontal do Araguaia - MT	0	0	02	0
Aragarças - GO	0	0	07	01

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: fev./2018. Organização: (O autor, 2018).

Sobre o processo de interdependência entre as cidades, Sposito (2014, p. 54) argumenta que “Um dos resultados concretos da articulação entre os lugares, que permitiu a constituição da rede urbana, foi a interdependência entre as cidades, que provocou, ao longo do tempo, a subordinação de umas às outras, ao que se deu o nome de hierarquia urbana”.

Podemos citar como exemplo as relações de trabalho, onde muitos Aragarçenses e Pontalenses se deslocam para desempenhar suas funções laborais em Barra do Garças. Observa-se que o aumento no número de empresas e empregos nos últimos anos em Barra do Garças é mais expressivo em relação a Pontal do Araguaia e a Aragarças, sendo que esta última apresenta uma diminuição de pessoal empregado entre os anos de 2012 e 2015 (Tabela 4).

Tabela 4 – Estatísticas do Cadastro de Empresas em Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO.

Município	2009		2012		2015	
	Nº de empresas atuantes	Pessoal ocupado assalariado	Nº de empresas atuantes	Pessoal ocupado assalariado	Nº de empresas atuantes	Pessoal ocupado assalariado
Barra do Garças - MT	1.587	10.343	1.636	12.207	1.813	14.879
Pontal do Araguaia-MT	59	480	76	486	99	581
Aragarças - GO	306	1.448	318	1.667	298	1.620

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: fev./2018. Organização: (O autor, 2018).

Em relação aos chamados equipamentos urbanos, Barra do Garças é dotada de um grande número de empresas, instituições de ensino públicas e privadas de educação básica (Tabela 5).

Tabela 5 – Instituições de Ensino (Educação Básica) em Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO.

Município	Escolas de Ensino Fundamental Públicas/Municipais	Escolas de Ensino Fundamental / Estaduais	Escola de Ensino Fundamental Privadas	Escolas de Ensino Médio Públicas / Estadual	Escolas de Ensino Médio Privadas	Escola Técnica de Nível Médio / Estadual	Escola Técnica de Nível Médio / Federal
Barra do Garças - MT	21	18	07	12	02	01	01
Pontal do Araguaia - MT	01	01	0	01	0	0	0
Aragarças - GO	05	06	01	02	0	0	0

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: fev./2018. Organização: (O autor, 2018).

É importante destacar também as instituições de ensino superior (Tabela 6)⁵, hospitais, aeroporto operando voos comerciais diários, empresa de transporte público urbano, cujo atendimento se estende a Pontal do Araguaia e a Aragarças, agências bancárias, meios de hospedagem e tantos outros exemplos que compõem um setor de serviços bastante variado.

Tabela 6 – Número de Instituições de Ensino Superior em Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO.

Município	2009	2011	2013
Barra do Garças - MT	2	2	2
Pontal do Araguaia - MT	0	0	0
Aragarças - GO	0	0	0

Fonte: INEP. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em fev./2018. Organização: (O autor, 2018).

⁵ Faz-se importante salientar a divergência entre o número de instituições de ensino superior em Barra do Garças-MT e Pontal do Araguaia-MT apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o número real dessas instituições nos respectivos municípios. Barra do Garças, hoje conta com um campus da Universidade Federal de Mato Grosso, duas Instituições de Ensino Superior Privadas que oferecem cursos presenciais, além de cinco Instituições de Ensino Superior Privadas que ofertam cursos semipresenciais e a distância. No município de Pontal do Araguaia há um campus da Universidade Federal de Mato Grosso que também oferta cursos presenciais.

Por ser referência regional devido à sua infraestrutura, Barra do Garças recebe diariamente, centenas de pessoas, vindas de cidades próximas, que buscam usufruir de seus equipamentos urbanos, o que estabelece um expressivo vínculo socioeconômico, sobretudo com os moradores de Pontal do Araguaia e Aragarças.

A proximidade e a acentuação dos vínculos sociais e econômicos criados entre as três cidades faz com que as pessoas que nelas residem, por vezes, não percebam as diferenças entre um ou outro município, ainda que exista um processo de hierarquização entre as cidades.

Para Sposito (2014, p. 55) “O aumento das relações econômicas entre as cidades e a subordinação de umas às outras, foi anulando as diferenças essenciais entre elas”. Todavia, existem alguns problemas que acabam sendo ocasionados e/ou acentuados em decorrência do contínuo fluxo de pessoas e veículos entre uma cidade e outra.

Podemos elencar aqui, dificuldades decorrentes do vínculo estabelecido entre as três cidades, como por exemplo, a deficiência de transporte público, a lentidão ao se transportar de uma cidade para outra, pois as únicas pontes que ligam os municípios, são também utilizadas como rota de escoamento de grãos e gado produzidos na região. Fatos como estes, fazem com que os moradores enfrentem problemas diários em relação à mobilidade, além de conviverem com o risco dos acidentes que acontecem com muita frequência nas rotas de ligação entre as cidades em questão.

O processo de desenvolvimento socioeconômico provoca também problemas de ordem ambiental, pois, conforme já discutido no decorrer deste capítulo, a região do Vale do Araguaia possui aptidão para o desenvolvimento de atividades como agricultura e pecuária, que por sua vez implicam em um forte impacto aos recursos ambientais.

É sabido que o desenvolvimento do agronegócio envolve, dentre outras coisas, a utilização intensiva de maquinários no manejo do solo. Essa modernização dos meios operacionais das atividades do campo e o crescimento significativo da população dos três municípios que circunscrevem a área em estudo, provocaram inúmeras mudanças no cenário ambiental e social.

Novas técnicas de praticar a agricultura, a criação de gado e até a pesca foram surgindo e com isso novas características nos modos operacionais de realização das respectivas profissões, novos valores, novas territorialidades. Ressalta-se, contudo, que estas novas técnicas não invalidam a importância da agricultura familiar, tampouco faz com que esta não seja exercida. Observa-se, no entanto, uma diminuição desta prática na região de estudo. Essas mudanças ocorridas com vistas à acumulação de capital nessas localidades,

exigem diferentes conhecimentos técnicos, um novo modo de olhar para esta região. Aziz Nacib Ab'Saber ressalta que:

Em nosso país, no decorrer de três décadas, algumas regiões mudaram em quase tudo, incorporando padrões modernos que, muitas vezes, abafaram por substituição velhas e arcaicas estruturas sociais e econômicas. [...] No caso de Goiás e Mato Grosso – tomados em seu conjunto – as modificações dependeram de transformações fundamentais na produtividade das terras de cerrados, a par com uma extensiva modernização dos meios de transporte e circulação. (AB'SABER, 2003, pp. 113-114).

Temos, então, nos municípios de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças, um processo de urbanização que se configura como crescente, uma vez que a região continua atraindo muitas pessoas em busca das inúmeras oportunidades que estas cidades podem oferecer. Em consequência disso, a modernização econômica, principalmente em decorrência da comercialização de produtos industrializados, também se mostra em constante evolução, fato que está em desacordo os antigos modos de produção e comercialização de produtos locais.

2.6 NOTAS FINAIS

Embora os municípios de Aragarças e Barra do Garças tenham sua gênese na década de 1920, com o estabelecimento de garimpos na região, é evidente que foi a partir das políticas voltadas à ocupação e desenvolvimento do Centro Oeste, que estas cidades, de fato, se estabeleceram, cresceram do ponto de vista demográfico e econômico, ocupando posição de destaque no contexto socioeconômico regional.

As políticas desenvolvimentistas e também a especulação imobiliária, representaram a mola propulsora para a criação do município de Pontal do Araguaia na década de 1990. Atualmente estas cidades formam um aglomerado urbano, em que Barra do Garças é referência para as outras duas cidades vizinhas, no que diz respeito aos equipamentos urbanos, que em sua maioria são ausentes ou existentes de forma parcial e precária em Aragarças e Pontal do Araguaia.

Ressalta-se também, a localização geográfica das três cidades, bem como os recursos naturais que região proporciona, sobretudo solos de fácil manejo e riqueza hídrica, privilegia o avanço da fronteira agrícola com o desenvolvimento do agronegócio, principalmente em Barra do Garças e Pontal do Araguaia.

CAPÍTULO 3. SER PESCADOR: CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E PERPETUAÇÃO DA PESCA ARTESANAL

De todas as atividades exercidas pelo ser humano, uma das mais antigas é a pesca artesanal. Trata-se de uma atividade extrativista que pode representar tanto a garantia do próprio alimento, além de renda para o sustento de famílias inteiras.

Pesca artesanal, segundo Diegues (1988, p. 18), “configura-se como aquela em que pescadores autônomos, sozinhos ou em parcerias, participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples”.

Os pesquisadores André Campos e José Valente Chaves classificam os pescadores artesanais em subcategorias:

[...]os pescadores envolvidos com a atividade artesanal se subdividem em duas categorias de pescadores: i) os profissionais; e ii) os de subsistência. Os profissionais são aqueles que pescam para a subsistência de suas famílias, mas conseguem gerar excedentes que são comercializados no mercado (gerando rendimentos monetários). São os pescadores por conta-própria, ajudados frequentemente por membros da família não remunerados. Por sua vez, os de subsistência são aqueles que pescam para a manutenção de suas famílias e que não conseguem gerar excedentes para o mercado (consumindo toda a sua pesca e não gerando rendimentos monetários). São os chamados pescadores dedicados à produção para o próprio consumo (CAMPOS; CHAVES, 2016, p. 64).

A pesca coloca o homem em contato direto com a natureza e seus recursos, sua prática possibilita a construção de um conhecimento empírico muito amplo a respeito das questões que permeiam a realização dessa atividade. Fazem parte deste conhecimento, informações referentes aos períodos de reprodução dos peixes, locais onde se concentram os cardumes e até fenômenos envolvendo as fases da lua, que de acordo com muitos pescadores, influenciam em suas atividades, constituindo as representações elaboradas por eles sobre os fatos que fazem parte seu trabalho. Corroborando com esta proposição, temos que:

Ser pescador artesanal é ser possuidor de um arcabouço de conhecimento que é histórica e culturalmente construído, geralmente transmitido de pai para filho, através dos tempos. Tais conhecimentos dizem respeito ao ciclo da vida dos peixes, seus ritmos e territórios; ao ritmo da água; às técnicas de pesca; aos ritmos do tempo; da lua. Mas, mais que isso, ser pescador artesanal é possuir uma lógica diferenciada na relação com a natureza (PEIXOTO, 2011, p. 110).

Os conhecimentos acumulados por gerações de pescadores, de fato, conferem a essas pessoas uma lógica diferenciada em relação à natureza. Neste capítulo serão apresentadas as informações coletadas junto aos pescadores, a fim de discutir e ilustrar os aspectos apresentados no texto sobre pesca artesanal.

O peixe dorme das três às quatro horas da manhã, é pouco o período que ele dorme, então nas outras horas ele tá caçando lugar pra dormir, mas perto da cidade ele não pode dormir, porque se dormir, aí tem redeira, pescador, caçador, tanto tipo de gente que sai pra pescar né? Quando dá cinco horas, você pode ir lá nos travessão que eles tão subindo. A gente sempre se baseia porque os peixes tem um guia, então dependendo do lugar onde você pega ele, você já baseia onde ele vai pela hora e pela distância, e exatamente a gente acha eles nos travessão ou em outro lugar, e eles tão acabando de chegar ali (L.S.A, 51 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em junho de 2017).

Mas se a relação com a natureza é fator determinante para o trabalho dos pescadores artesanais, um dos grandes desafios de manutenção da pesca está relacionado à também manutenção e conservação dos recursos naturais de que esta atividade depende, pois na maioria dos casos, os pescadores são diretamente prejudicados com os impactos causados ao meio ambiente.

Os impactos ambientais fazem com que os pescadores sejam obrigados a encarar de perto todas as vulnerabilidades dos recursos naturais resultantes da ocupação e das atividades humanas nos ecossistemas.

Assim, desde o início do processo de ocupação da região de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças, atividades envolvendo exploração do meio ambiente foram protagonistas no desenvolvimento econômico. Ainda hoje, atividades dessa natureza como a agricultura e a pecuária representam a base da economia regional, além da mineração e as atividades turísticas.

Logo, em virtude dessas atividades econômicas, que utilizam recursos naturais, muitas mudanças ocorreram no cenário ambiental, sobretudo o desenvolvimento das atividades garimpeiras, de agricultura e pecuária que interferiram e ainda interferem diretamente na prática da pesca artesanal.

Derísio (2000, p. 5) ainda acrescenta outro fator: o crescimento das áreas urbanas e o intenso processo de industrialização. Destaca que:

Ambos levam a uma crise ambiental, devido à degradação das condições de vida da população e dos sistemas naturais, causando diversos problemas socioambientais e socioespaciais. Apesar deste cenário, o poder público não tem dado a devida importância a esses problemas, o que provoca uma baixa infraestrutura dos espaços urbanos, prejudicando a qualidade de vida dos moradores, entre os quais encontram-se os pescadores artesanais.

É possível perceber que mesmo diante de tantos problemas de ordem ambiental e social, que em muitos casos desfavorecem a prática da pesca, os pescadores resistem em suas atividades. Essa realidade é comumente observada nas cidades que compõem a área de estudo, pois são banhadas e divididas pelos rios Garças e Araguaia, além de possuírem vários

córregos de menores dimensões. Neste cenário, é muito comum encontrarmos pescadores às margens dos rios, córregos e também sobre pontes, praticando a denominada “pesca artesanal”.

Para Barroso (2000, p. 6), a pesca artesanal:

É uma modalidade que obedece a uma sazonalidade nas capturas, contribuindo para a manutenção da atividade em padrões artesanais. Tal sazonalidade também está atrelada às diferenças específicas e geográficas na migração de peixes, em respostas ao regime hidrológico, dando assim a base para o desenvolvimento das pescarias.

Os pescadores, em sua maioria, usam o pescado como fonte de renda, praticando vendas informais pelas ruas das cidades, peixarias, supermercados, restaurantes e outros, bem como utilizam o produto da pesca para a própria alimentação.

Sobre a sazonalidade da prática da pesca, e dos fatores locais, de cunho cultural e ambiental, Rosa e Matos (2010, p. 45) dizem que:

Uma das características dessas comunidades de pescadores artesanais é o desenvolvimento e a perpetuação de conhecimentos tradicionais relativos à atividade pesqueira, ao passo que a arte de pesca desenvolvida por eles, com todas as suas sabedorias e entendimento sobre o vento, a lua, as nuvens é passada de geração para geração. O saber local, sem dúvida, integra o patrimônio de uma população ou grupo social.

Segundo Diegues (1983, p. 18),

Fazer-se pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que o permite conduzir-se, ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, amparando seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos.

Partindo do pressuposto que a atividade pesqueira depende de recursos naturais em qualidade e quantidade, há a necessidade de buscar mecanismos para que esses pescadores continuem tendo condições de exercer suas atividades.

Foi possível verificar durante as entrevistas que mesmo sendo exímios conhecedores das questões que envolvem a prática da pesca, as constantes mudanças climáticas que interferem no regime de chuvas e acabam por interferir também na ocorrência de peixes, fazem com que os pescadores encontrem dificuldades em acompanhar o ritmo em que essas mudanças ocorrem.

[...] o pescado é uma caixinha de surpresas, tem vezes que você vai e não pega nada, tem vezes que você vai e nossa! Peguei! Mas aí você tem duas ou três despesas atrás que você não pegou nada e você tem que tirar dali pra poder cumprir (C. A. S., 66 anos. Entrevista realizada em Barra do Garças-MT em junho de 2017).

Assim, entendendo o que é pesca artesanal e o que configura os pescadores artesanais dentro de um processo de identidade cultural e de economia tradicional, inserindo-os ainda

num processo histórico e de degradação ambiental, buscamos compreender como essa atividade vem sobrevivendo diante das condições materiais de trabalho.

3.1 PESCA COMO ELEMENTO DE COMPREENSÃO DO ESPAÇO

Estudar a pesca artesanal propicia vivenciar o universo dos atores envolvidos no processo de pescar, além da compreensão das questões que envolvem o ambiente onde se dá o exercício da profissão. Trata-se da maneira de como os pescadores percebem o espaço e suas dinâmicas, que por vezes podem favorecê-los, bem como prejudicá-los. Falamos aqui dos conhecimentos acumulados ao longo do tempo por várias gerações de pescadores, saberes construídos de forma empírica, mas que estão diretamente ligados aos conhecimentos científicos.

A sociedade constrói, através da prática, um mundo real e objetivo, realizando-se assim na qualidade de uma relação espaço-temporal. Na prática sócioespacial, esse mundo se revela, em suas contradições, em um movimento que aponta um processo em curso em que a ação dos sujeitos sociais, à medida que produzem sua existência, o fazem efetivamente produzindo um espaço, aí inscrevendo e realizando as relações sociais que os mantêm vivos em um lugar determinado através de um tempo que marca a duração da ação. É nesta medida que espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade. (CARLOS, 2007, p. 24).

O contato direto com profissionais da pesca fez-nos entender que as relações que essas pessoas constroem com o ambiente em que vivem são criadas de um modo muito particular, onde a natureza e todos os seus recursos são condições materiais de trabalho e fazem parte de seu universo. Ao perpetuarem sua profissão, pescadores e pescadoras imprimem suas características e aprendem a reconhecer e dominar saberes e técnicas inerentes à profissão.

Falar de espaço nem sempre significa falar de um dado concreto, de uma realidade por assim dizer geográfica da natureza com que o homem se confronta para se reproduzir. A pesca é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior relevância, não só para a ordenação dos homens nos espaços sociais como também para a organização da própria produção e para a reprodução da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos como em termos simbólicos. (MALDONADO, 2000, p. 60).

O saber acumulado nas práticas cotidianas é repassado de pais para os filhos, familiares e pessoas próximas e o aprendizado se dá com o convívio com os mais velhos, com o diálogo e as vivências de modo geral. Para Silva (2014, p. 19) “aprende-se nos debates e no trabalho, pelas formas como são tecidas as sociabilidades”.

Por serem conhecedores das questões ambientais que envolvem a profissão, os pescadores artesanais da região que compreende a área de estudo são bastante sensíveis ao

reconhecer, ainda que de maneira empírica, que o seu ambiente de trabalho tem sido modificado a partir da poluição, da implantação de lavouras em áreas adjacentes aos rios, do trânsito de pequenas embarcações, a urbanização, o assoreamento e a consequente diminuição da quantidade de peixes.

“A água tá desaparecendo, tá sumindo, parece que tem um buraco engolindo a água, principalmente a água desse Araguaia aí e do Garças, tá desaparecendo mesmo. A gente andando por aí, onde tem árvore que era dentro da água, hoje tá toda de fora. E pra gente navegar com o barco, tá ficando cada vez mais difícil.” (J. L. O., 67 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

O urbano avança cada vez mais em direção ao rural, assim como as atividades tipicamente rurais também são observadas na zona urbana. Com o aumento populacional, há a necessidade de novas áreas a serem loteadas e transformadas em locais para moradias. Os rios Garças e Araguaia, que banham as cidades de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças, tem, cada vez mais, suas margens e adjacências ocupadas por empreendimentos que variam entre moradias, comércio, locais para atividades de lazer e turismo ou ainda plantações. Sobre este assunto, Milton Santos faz a seguinte observação:

Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. Na presente situação socioeconômica, as cidades preexistentes, nas áreas de povoamento mais ou menos antigo, devem adaptar-se às demandas do mundo rural e das atividades agrícolas, no que se refere tanto ao consumo das famílias como ao consumo produtivo, isto é, o consumo exigido pelas atividades agrícolas ou agroindustriais. (SANTOS, 2013, p. 73-74).

Salienta Blume (2004. p. 18) que “diante dos embates teóricos, das crescentes indefinições e também pela crescente urbanização, o rural deixou de ser atrativo como objeto de pesquisa, pois começou a ser aceito que a urbanização do campo era uma questão de tempo”.

Portanto, cabe aos pescadores conviverem com estas mudanças, pois elas fazem parte da realidade das cidades onde vivem, além de a cada estação ou a cada ano ocorrerem variações nas condições climáticas e alterações no regime de chuvas, fatores que interferem diretamente na atividade pesqueira. A principal dificuldade encontrada pelos pescadores está relacionada com a redução dos cardumes que a cada ano parecem diminuir. Reconhecem também que a pesca em si exige que o pescador se adapte às diferentes condições de trabalho.

Envolvidos pela pesca e pelos distintos domínios naturais e sociais, os pescadores vivem, hoje, ordens temporais díspares e contraditórias, as quais interferem na apropriação dos espaço fluvial e terrestre. Não se quer dizer que no passado o tempo era vivido de modo único e homogêneo. A própria dinâmica da pesca artesanal implica tempos diferenciados em suas múltiplas modalidades internas: o tempo não possui o mesmo valor durante todo o ano. (CUNHA, 2000, p. 103).

Tem-se com isso uma verdadeira disputa, que se mostra como uma disputa, pois ao mesmo tempo em que ações capitalistas avançam em direção ao território, comunidades tradicionais, como por exemplo os pescadores artesanais, não conseguem acompanhar todas as mudanças na velocidade em que elas acontecem.

Todavia essa disputa tende a ser desigual, pois os pescadores artesanais são sujeitos que vivem a dimensão do cotidiano, ou seja, possuem uma forma de percepção e de (re) produção espacial transversalizada por um tempo lento, pelos tempos do lugar. Enquanto isso, a disputa pelo território acontece numa temporalidade rápida, a qual incide sobre o espaço construindo e reconstruindo sua materialidade e seus sentidos, dando cada vez mais suporte à reprodução do capital. Se a disputa pelo território acontece num ritmo acelerado, este, é ditado pelos atores antagônicos à pesca artesanal e diversas serão suas estratégias para que se prevaleça a lógica capitalista de acumulação. (RAINHA; NASCIMENTO; LEONCIO; BUCH, 2014, p. 90-91).

Mesmo assim, dentro de suas possibilidades, os pescadores artesanais inserem novos instrumentos e novas tecnologias ao seu trabalho, como por exemplo motores movidos a algum tipo de combustível, varas e molinetes e até mesmo iscas artificiais.

Neste sentido, há duas considerações a serem feitas, a primeira é que o fato de utilizar novos artifícios para a realização da pesca não faz com que estes pescadores deixem de ser classificados como artesanais. A segunda consideração é que geralmente o aprendizado sobre essas novas tecnologias se dá dos mais jovens para os mais velhos. Diferentemente das práticas que os mais velhos ensinam aos jovens.

Observa-se também, que em decorrência de interferências ambientais como o transito constante de barcos e similares, formação de bancos de areia, poluição sonora, retirada de vegetação das margens dos rios, os pescadores envolvidos na pesquisa precisam se afastar cada vez mais dos locais mais próximos de suas casas, onde costumeiramente pescam, e percorrerem longas distâncias na tentativa de garantir sucesso em suas pescarias. O deslocamento geralmente é feito via fluvial, em canoas ou barcos próprios, carona com outros pescadores ou ainda de bicicleta e em alguns casos utilizando automóveis ou motocicletas.

[...] aumentou muito os barcos no rio, muito barulho. Eles ficam andando pra lá e pra cá, aquela rampa, aquela ferraiada, então o peixe vai afastando e tem tempo que não acha peixe, em cima da ponte tem vez que eu pego peixe, mas é a noite, mas é muito difícil, então eu pesco lá no Ouro Fino que é mais sossegado um pouco, não pega grande coisa, mas dá pro gasto (J. C. S., 64 anos. Entrevista realizada em Pontal do Araguaia-MT em setembro de 2017).

[...] isso altera a pesca né? A chuva molha um terreno lá em cima, aquela água vai correr pro rio com areia, com tudo. Tá aí do jeito que tá o Araguaia que vocês tão vendo aí. Um rio que era fundo, hoje tem mês que a gente fica até com medo de botar um barco na água.” (J.P.L., 74 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

Percebe-se que estas situações fazem com que haja um estreitamento da relação entre os pescadores e que o trabalho, na maioria das vezes, ocorre em parcerias, que por sua vez ampliam os laços familiares, relações de companheirismo, amizade e compadrio.

Realizar suas atividades laborais em meio a tantas dificuldades, faz com que os pescadores construam uma rede de significados que fazem parte de sua identidade enquanto atores sociais que se relacionam entre si e com os recursos naturais. Esses significados precisam rotineiramente serem reinventados em razão da inconstância dos eventos naturais que acompanham o dia a dia dos pescadores.

Ao passo em que essas relações acontecem, mesmo mediante dificuldades, a identidade desse grupo de profissionais é fortalecida e perpetuada, promovendo a conservação de um traço cultural da região de estudo.

Assim, a pesca vai além de uma simples profissão, assumindo o caráter de uma gama de conhecimentos abstratos presente na concretude do espaço geográfico onde se faz presente. É um modo de vida singular onde cada pescador ou pescadora integra uma coletividade que reflete uma carga histórica de um tempo e de um lugar.

3.2 PESCADORES ARTESANAIS: CONQUISTAS E REPRODUÇÃO SOCIAL

Assim como quaisquer outras classes de trabalhadores, pescadores artesanais também têm se organizado no sentido de reivindicarem seus direitos e condições para a realização de suas atividades. São classificados como trabalhadores rurais e encontram nos recursos naturais, sobretudo os recursos hídricos, fundamental importância para a exploração da pesca.

Por ser a pesca uma atividade classificada como extrativista, inicialmente era desenvolvida de forma aleatória e autônoma, sem que houvesse nenhum tipo de regulamentação da profissão.

Até meados da década de 1960 o setor pesqueiro nacional caracterizou-se pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas e pela fragilidade ou quase ausência de um Estado regulador do uso dos recursos pesqueiros, aspectos estes que teriam sido fundamentais para que se mantivesse certo grau de equilíbrio entre o esforço de pesca e o potencial capturável dos recursos. (MARRUL FILHO, 2003, p. 33).

O esforço de grupos de trabalhos com vistas à regulamentação da pesca como profissão fez com ainda nos anos 1960 fosse criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que segundo Marrul Filho (2003, p. 34-35),

[...] modificou radicalmente aquele cenário. Ao longo de sua existência, que se estendeu até 1989, essa autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura promoveu a industrialização do setor pesqueiro por meio de incentivos fiscais. Promoveu também sua modernização tecnológica sem alterar as relações de produção e direcionou o esforço da pesca – de forma insustentável – à captura de espécies de larga aceitação no mercado internacional.

Moreira e Scherer (2013, p. 125) destacam que “na Constituição de 1988, os pescadores foram finalmente reconhecidos no art. 195, parágrafo 8º, o que lhes garantiu a inserção na seguridade social brasileira”.

Assim como outros trabalhadores, os pescadores são assegurados com direito à auxílio doença, auxílio defeso (período em que não podem pescar), licença maternidade, pensão por morte e outros benefícios garantidos pela Previdência Social.

Também como forma de fortalecer o reconhecimento profissional de pescadores artesanais, em 2003 “o governo federal cria a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, vinculada à Presidência da República (SEAP/PR), e em 2009 o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)”. (SCHERER, 2013, p.189).

Outra forma de organização social desses trabalhadores são as chamadas Colônias de Pescadores, entidades ligadas ao Ministério de Pesca e Agricultura que atuam como instrumento de mediação entre pescadores e o Estado. Cria-se assim, fortes vínculos sociais. Ressalta-se aqui, que a garantia do recebimento do seguro defeso representou um fator positivo para o fortalecimento das colônias, pois a partir dessa conquista, cresceu o número de pescadores em busca do registro profissional.

Na opinião de Scherer (2013, p. 189) “as colônias se tornaram a instituição de referência para os pescadores. Ao mesmo tempo, elas não deixaram de lado os velhos vícios trazidos de tempos pretéritos, as práticas clientelistas se evidenciaram”.

Para a concretização desta pesquisa, recorreremos à Colônia de Pescadores Z9 de Barra do Garças-MT e Pontal do Araguaia-MT, que além dessas duas cidades, atendem também pescadores dos municípios mato-grossenses de Paranatinga, São José do Couto, Canarana, Nova Nazaré, Cocalinho, Nova Xavantina, Torixoréu, General Carneiro, Água Boa, Gaúcha do Norte, Araguaiana, além de pescadores de Aragarças, esta última pertencente ao estado de Goiás.

A Colônia de Pescadores Z9 de Barra do Garças e Pontal do Araguaia foi criada no ano de 1993 e conta hoje com 1.400 pescadores cadastrados. Deste total, 450 são pescadores artesanais, ou seja, utilizam instrumentos relativamente simples e têm na pesca sua fonte de renda. Esta forma de representação social fortalece o trabalho dos pescadores dando-lhes respaldo para o exercício da profissão.

Segundo Moreira e Scherer (2013, p. 139-140)

Pode-se afirmar que as colônias de pescadores, os sindicatos e as associações acabam por ocupar uma lacuna institucional deixada pelo Estado brasileiro em face da ausência de instituições que prestem serviços tanto bancários como aqueles responsáveis pela retirada de documentos, entre os quais identidade e carteira profissional, ou referente à seguridade social, como saúde, previdência social e assistência social.

Ferreira (2014, p. 114) completa dizendo que “os marcos históricos são fundamentais para compreender a relação espaço-tempo, marcado por acontecimentos e novas ações estatais que vão alternando o cotidiano dos pescadores ao longo de décadas”.

Ainda assim, há muito o que possa ser feito para que o trabalho dos pescadores seja fortalecido e valorizado, sobretudo na região que compõe a área de estudo, pois enquanto a Colônia Z9 e os pescadores nela cadastrados trabalham com vistas ao reconhecimento de uma classe, os subsídios e as contrapartidas na tentativa de maximizar esse fortalecimento caminham a passos lentos.

Assim destaca Scherer (2013, p. 9),

Trata-se de um dos segmentos dos trabalhadores rurais da sociedade brasileira pouco reconhecidos e até recentemente ignorados pelo Estado, sobretudo no que diz respeito aos planos desenvolvimentistas que envolvem seus territórios socialmente construídos para trabalho e lazer, impactam seu modo de vida e passam ao largo de suas necessidades materiais, culturais e simbólicas. E mais ainda: os gestores estatais desconhecem as especificidades socioculturais e ambientais que os diferenciam dos outros segmentos dos trabalhadores rurais. As sociedades pesqueiras fazem da pesca, da coleta e do extrativismo marinhos e fluviais sua base de vida material e social. Essa gente do mar e gente dos rios têm seus modos de vida específicos, marcados por práticas sociais e culturais diferenciadas dos outros trabalhadores camponeses. Caracterizam-se por seus traços históricos particulares inseridos nos setores produtivos da economia regional e do país, cuja vida material e social transita entre a água e a terra, a terra e a floresta. Vivenciam conflitos socioambientais gerados por impactos antrópicos, como a diminuição ou expropriação de seus territórios de moradia e trabalho.

Soma-se a isso, analfabetismo e/ou o baixo grau de instrução que fazem com muitos pescadores desconheçam seus próprios direitos e tenham dificuldade em lidar com documentações e questões burocráticas relacionadas à sua própria profissão. Com isso há também uma dificuldade por parte da equipe gestora da colônia em mobilizar todos os seus associados a fim de reivindicarem e lutarem juntos por seus direitos. Dessa forma, existem muitas lacunas, que representam um enfraquecimento da organização e das lutas de classe.

[...] a produtividade da pesca artesanal tem função estratégica na cena produtiva brasileira. Entretanto, sua estrutura representativa (sindicalista) foi cunhada historicamente pelas mãos do Estado e marcada por sucessivas disputas políticas

internas entre os próprios pescadores na busca pelo poder. Esta conjuntura interna caótica que vive a atividade pesqueira artesanal fragmenta a categoria, fazendo-a perder poder de disputa na luta pelo território e, em contrapartida, seus principais antagonistas articulam-se e ganham cada vez mais força, ditando assim, as regras do jogo e lançando mão de artifícios que tendem a enfraquecer o poder de resistência desses sujeitos. (RAINHA; NASCIMENTO; LEONCIO; BUCH, 2014, p. 91).

É neste cenário de lutas e desigualdades que os pescadores continuam insistindo em existir enquanto profissionais, mesmo estando distante de usufruir plenamente de seus direitos e vendo os recursos naturais se esgotando dia após dia, pois as políticas públicas elaboradas para a garantia de direitos e de conservação dos recursos naturais não são suficientemente eficazes no sentido de mediar a manutenção e a garantia de melhores condições de trabalho e de vida aos pescadores.

Outra questão relevante a ser discutida, trata-se da morosidade no recebimento do seguro defeso no período em que não podem pescar. Entre os meses de outubro a fevereiro, os pescadores regularmente registrados na colônia são amparados pela Previdência Social e recebem o valor de um salário mínimo durante este período.

A principal queixa dos pescadores entrevistados é que ao dar entrada no pedido de seguro defeso no mês de outubro, geralmente a primeira parcela do seguro só é recebida em torno dos meses de dezembro ou janeiro, fato que faz com que os pescadores e suas famílias busquem em outras atividades (limpezas de lotes e terrenos, consertos de painéis, cultivo e venda de hortaliças) um complemento para sua renda.

[...] esse ano mesmo ficou quatro meses, a gente foi receber no final do quarto mês. Como é que você sobrevive de lá? O ruim da pescaria é só isso, porque nós vamos cumprir com a regra direitinho, porque na realidade não podemos pescar, porque tá subindo, os ovos vai desovar, então a gente vai respeitar, mas o governo não paga no momento certo, na época certa e a gente passa sufoco. E a gente tem que correr atrás de alguma coisinha, fazer qualquer bico. No meu caso que moro na beira do rio, tenho uma chacarazinha, uma hortazinha, mas não dá, é aquele sufoco (C. A. S., 66 anos. Entrevista realizada em Barra do Garças-MT em junho de 2017).

[...] quando não tem o peixe, as vezes eu faço alguma limpeza de lote, alguma coisa assim, porque eu to ficando velho, não aguento serviço pesado mais, e pego assim, lote pra limpar, ajudo alguém trabalhar de ajudante geral, mas servicinho leve, maneiro sabe. (J. C. S., 64 anos. Entrevista realizada em Pontal do Araguaia-MT em setembro de 2017).

Para Ferreira (2014, p. 132) é importante compreendermos que “embora o pescador muitas vezes vá buscar em outras atividades (formais ou informais) o sustento para a sua família, ele não se desvincula totalmente da pesca”. Para Silva (2011, p. 160) isso se dá justamente pelo fato de a pesca “se tratar de uma atividade que tem base identitária nas relações de sociabilidade e vizinhança”.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas por estes profissionais, é nítido o sentimento de pertencimento a uma classe de trabalhadores e detentores de um saber que representa uma profissão. Ainda que os membros mais jovens de algumas famílias busquem outras atividades e/ou profissões, os mais velhos fazem questão de manter seus vínculos com a pesca.

[...] nós pode até fazer uma coisinha aqui, outra li, mas a nossa vida mesmo é com a pesca. Nossa criação foi assim, é isso que nós tem vontade de fazer. Eu mesmo criei meus filhos e ensinei eles pescar, só que tem aqueles que não gosta e a gente não pode obrigar, porque eles tem um mundão aí fora pra eles. A gente cria os filhos é pro mundo mesmo e não pra gente (C. A. S., 66 anos. Entrevista realizada em Barra do Garças-MT em junho de 2017).

Silva (2014, p. 20) discute este assunto, afirmando que:

Além disso, os agentes modernizadores apresentam em vitrines outras formas de trabalho, sobretudo no contexto urbano – a diversidade e a complexidade de trabalho, atividades e possibilidades de estratégias do fazer – que confronta expressivamente com o ser pescador. Aqueles que resistem são geralmente os adultos e idosos, os mais jovens vivem a crise societal de forma mais profunda, que se anuncia como crise do trabalho, crise de sentido, crise do fazer, crise do ser pescador.

Neste contexto de inúmeras entraves no cotidiano dos pescadores é que observamos os conflitos gerados pelas distâncias existentes entre a pesca, as condições materiais, o aparato estatal de apoio aos pescadores e o contexto que permeia todas essas relações.

[...] observamos ainda um conjunto de conflitos: (1) conflitos que, relacionados com outros circuitos produtivos de agentes dominantes, são moldados quer pelas modernizações industriais quer pelos agentes engendrados da urbanização (expansão residencial, auto-segregação, favelização, novos usos – restaurantes, comércios e ações do Estado) e vão reduzindo as áreas de pesca artesanal nos contextos metropolitanos; (2) conflitos com o alto nível de exploração dos comerciantes compradores; (3) conflitos existenciais em que os descendentes familiares (filhos e netos) que não querem ser pescadores. (SILVA, 2014, p. 35).

Para finalizar esta seção, recorreremos novamente ao pensamento de Moreira e Scherer (2013, p. 149-150) quando as autoras defendem que “a melhoria das condições de vida dos pescadores e pescadoras deveria estar no horizonte do Estado democrático, na correção das desigualdades socioambientais”.

E Resende (2014, p. 43) corrobora dizendo que o Estado é detentor de condições de realização de reformas e que “[...] seu principal instrumento é o planejamento. Um sistema de planejamento abrangente e integrado com seu entorno, que busca atuar na esfera social e econômica, envolvendo todos os níveis.

3.3 PESCA ARTESANAL E A (IN)SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS

As cidades de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças trazem no bojo de seus processos de ocupação e desenvolvimento uma estreita relação com os rios Araguaia e Garças, que representam fundamental importância para a região do ponto de vista socioeconômico e ambiental. Destacam-se as atividades de garimpo, a agricultura, a pecuária e a pesca como principais atividades econômicas tradicionais diretamente relacionadas com os rios em questão.

Tendo como pressuposto que a história da pesca na região acompanha a história dessas cidades, o crescimento da população, a apropriação de áreas próximas aos rios para o desenvolvimento de atividades como agricultura, pecuária e até mesmo para moradias, fizeram com que os rios e seu entorno fossem lesados do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

Tejerina-Garro (2008, p. 27) faz importantes considerações sobre o assunto ao sustentar que:

A agricultura, que está estreitamente vinculada ao desmatamento em áreas do Cerrado, também provoca impactos decorrentes de poluição. As práticas agrícolas no Cerrado, notadamente o cultivo de soja, implicam o uso intensivo de fertilizantes, calcário e agrotóxicos, os quais poluem os cursos d'água.

A agricultura moderna pressupõe níveis extremamente elevados de investimentos com vistas ao aumento da produtividade no campo e conseqüentemente o aumento da produção de riqueza.

Para Fernandes (2008) apud Araújo; Oliveira (2017, p. 120),

[...] o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, da riqueza e das novas tecnologias.

Observa-se, contudo, um discurso capitalista e elitista de que o agronegócio representa desenvolvimento para a região, geração de emprego e renda para a população, mas sem levar em consideração as questões voltadas para a sustentabilidade dos recursos ambientais que são úteis tanto do ponto de vista econômico, como também ambiental, social e cultural. Com isso temos uma homogeneização das práticas agrícolas engessadas ao capitalismo, deixando de lado as questões que não estão diretamente ligadas ao agronegócio mas dependem dos recursos ambientais comuns a todos.

Assim, o preço pago por tais práticas representam um valor imensurável do ponto de vista ambiental, social e sanitário, uma vez que se gasta muito no investimento de tecnologias na tentativa de minimizar os impactos negativos causados pelo agronegócio ou, na pior das hipóteses, a sociedade é negligenciada, padecendo desses cuidados.

O modelo hegemônico do agronegócio está associado ao uso intensivo de agrotóxicos, gerando diversas externalidades negativas – ou seja, impactos sociais, ambientais e sanitários que não são incorporados pela cadeia produtiva e são pagos pela sociedade como um todo por meio de gastos públicos – e, mais importante, ocasionando doenças e mortes que poderiam ser evitadas. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017, p. 118).

Xavier (2015, p.30-31) enfatiza que:

Destaca-se a expansão do agronegócio no cerrado brasileiro, especialmente no cultivo de milho, soja, cana-de-açúcar e pecuária, abrangendo uma vasta parcela do território nacional, a qual vai desde o sul goiano ao sul do Maranhão e Piauí, passando pelo Tocantins, cobrindo o sudoeste do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além da porção sudoeste da Bahia. Assim, a hegemonia que qualifica o discurso e retórica e classe ligada ao agronegócio toma sua concretude na hegemonia que caracteriza o uso da terra, extirpando a heterogeneidade econômica, social, cultural e simbólica aqui e alhures.

É notório que as aptidões da região que representa a área de estudo desta pesquisa para o agronegócio apresenta sequelas que representam impactos diretos aos recursos ambientais e consequentemente refletem nas atividades de pescadores artesanais, agricultores familiares, comunidades ribeirinhas, indígenas e outros.

O atual modelo de desenvolvimento econômico agrário brasileiro e seus processos de produção para o comércio de agroexportação, baseados no crescimento e na globalização da economia mundial, vêm sendo criticados pelas ameaças à sustentabilidade ambiental e sanitária, associadas às iniquidades sociais que vulnerabilizam diferentes territórios e populações, especialmente trabalhadores e moradores de áreas afetadas, grupos indígenas, quilombolas, extrativistas, agricultores familiares e populações urbanas (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017, p. 118).

Gomes (2008, p. 10) denuncia os efeitos nocivos ao meio ambiente em benefício das práticas atreladas ao agronegócio. O autor elenca uma série de problemas tais como:

- drástica redução e destruição da biodiversidade animal e vegetal – espécimes e espécies do Cerrado -, em termos genéticos, em termos de espécies, de nichos e ecossistemas;
- crescente assoreamento da rede de drenagem dos territórios geográficos, reduzindo e contaminando os lençóis aquíferos de superfície e subterrâneos;
- contaminação dos ambientes por agrotóxicos, rotulados de defensivos agrícolas;
- contaminação das águas por poluentes químicos industriais, por poluentes hídricos não biodegradáveis, por redes de águas e esgotos comprometidas, por resíduos sólidos;

Corroborando com este pensamento, Xavier (2015, p. 31) complementa dizendo que “Somado a isso, territórios de populações tradicionais, pequenos agricultores e povos indígenas tem sofrido ameaças advindas de empreendimentos ligados à agricultura e à mineração, além de grandes projetos hidrelétricos”.

Cabe lembrar que a agricultura familiar também faz parte do cotidiano de alguns pescadores artesanais envolvidos na pesquisa, como forma de garantia de alimentos para suas famílias e também como complemento de renda, sobretudo, durante os meses que ficam impedidos de pescar em virtude do período de piracema.

Encontramos em uma publicação de Lunas; Cardoso Júnior; Giongo (2017, p. 12) que “A agricultura familiar corresponde à atividade agropecuária em que os sistemas produtivos são mantidos pelos núcleos familiares dos pequenos produtores e, no máximo, por poucos funcionários assalariados.”

A prática da agricultura familiar nas cidades de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças soma-se às práticas da agricultura moderna observada nos estados de Goiás e Mato Grosso; e assim como encontram dificuldades na atividade pesqueira, as encontram também nas práticas agrícolas, pois estes pequenos produtores não dispõem de capital e do aparato moderno fortemente presente no agronegócio.

Todavia, o pequeno produtor sempre foi tratado à margem dos planos de modernização e desenvolvimento do campo, tendo em vista que as linhas de financiamento e incentivo à automação, mecanização e inserção de novos insumos agrícolas sempre foram seletivas para os grandes produtores rurais ou corporações agrícolas (LUNAS; CARDOSO JÚNIOR; GIONGO, 2017, p. 12).

[...] é o agricultor familiar, voltado exclusivamente para a produção de subsistência. Sem condição de utilizar a tecnologia que o moderno processo produtivo exige e sem condição de integrar-se. É um grupo social fadado a desaparecer, para quem a única saída seriam as políticas assistencialistas até que se conclua seu processo de extinção e proletarização (BRUNO, 2016, p. 146).

Outro fator que interfere diretamente na dinâmica ambiental e no trabalho dos pescadores artesanais é a crescente urbanização, sobretudo em áreas próximas aos rios. Em diversos trechos dos rios Garças e Araguaia, a vegetação foi suprimida em função da construção de casas, hotéis, bares e restaurantes, além dos efluentes domésticos e industriais despejados nestes rios.

Assim, temos que:

A urbanização afeta o funcionamento dos cursos d’água por alterar os padrões hidrológicos e hidráulicos, por modificar a geomorfologia, por diminuir a qualidade da água e por alterar os habitats ou torná-los mais simples. A esses fatores acrescenta-se a perda de biodiversidade. No entanto, o impacto da urbanização está

vinculado à concentração da população humana numa bacia e ao risco de sua expansão. (TEJERINA-GARRO, 2008, p. 27-28).

[...] a ponte lá, quando tava construindo, ela matou muito peixe, eles derrama cimento demais, nós pegava muito mandi morto e cego, envenenado por causa do cimento. Cimento desce correndo, ih mas morreu muito mandi, nós achava mandi cego direto (D. P. S., 58 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

Com efeito, as advertências feitas por Tejerina-Garro (2008) são características claramente observadas nas cidades aqui em causa, onde as consequências negativas inerentes às atividades ligadas ao agronegócio, além da urbanização, tem contribuído de forma incisiva para a diminuição da qualidade dos recursos ambientais, sobretudo nos rios Araguaia e Garças.

Os produtores rurais são os que mais gastam água e causam maiores impactos em sua qualidade. Por outro lado, é nesse setor que residem as maiores dificuldades para a cobrança, os mais rigorosos controles fiscais e os mais elevados custos de supervisão e controle. Os produtores rurais sabendo destas dificuldades adotam atitudes oportunistas, utilizando fertilizantes e defensivos de forma indiscriminada, colhendo e vendendo seus produtos com base apenas nas oscilações de preço. (PINHEIRO; CARVALHO, 2010, p. 71).

Araújo e Oliveira (2017, p. 127) argumentam que “[...] ao mesmo tempo que o Estado brasileiro tem sido forte para liberalizar o uso de agrotóxicos, é frágil para monitorar e controlar seus danos à saúde e ao ambiente.”

A substituição da vegetação que forma as matas ciliares por pastagens e outros empreendimentos próximos aos rios tem causado impactos negativos ao solo, aos cursos d’água e aos peixes. O desmatamento ocorre para que assim mais faixas de terra sejam utilizadas para plantio ou criação de animais, aumentando, dessa forma, a produção do capital.

O que devemos observar, contudo, é que além dos prejuízos causados diretamente ao solo e à água, há também aqueles que de forma indireta podem ocasionar muitos outros problemas tais como a eliminação da fauna associada à vegetação suprimida, ameaças à segurança alimentar da população que consome alimentos oriundos dessas localidades, sem contar o contato direto dos trabalhadores com produtos químicos utilizados nas lavouras que perpassa por questões de saúde e segurança no trabalho.

Neste sentido, observa-se que há uma disparidade no que tange aos incentivos e investimentos ao desenvolvimento do agronegócio em relação aos investimentos em saúde pública e bem estar social. Ao passo em que aumentam os riscos à população, os sistemas de saúde vão de mal a pior.

Assim, advertem Araújo e Oliveira (2017, p. 128) que estamos diante de uma situação em que “o Estado é forte para financiar o agronegócio e isentar os agrotóxicos de impostos, o mesmo Estado se comporta como frágil para proteger a saúde da população em termos de segurança alimentar e conservação da biodiversidade.”

No período de seca, a formação de bancos de areia em virtude do processo de assoreamento dos rios faz com os peixes migrem para locais com maior volume de água, sendo ainda observado grandes quantidades de peixes que ficam presos em poças com a baixa dos rios e acabam morrendo por falta de oxigênio. Além dos desequilíbrios ambientais, estes fenômenos são imediatamente percebidos pelos pescadores que observam a diminuição de seu pescado e com isso, precisam se deslocar para outros locais onde possam ter mais sucesso na captura de peixes.

[...] mas o que mais prejudicou o rio, os peixe e a água mesmo do rio foi o desmatamento, esse foi o principal né! Porque desmatar, desmata nossas afluentezinhas, aquelas cabeceiras, aqueles Corguinho, aquilo foi aterrando tudo, quer dizer, eu comparo o rio com nosso corpo né, que nós tem as veia fina que ajuda as mais grossa né! Vai acabando as fina, vai indo até o coração. E o rio, o que acabou com o rio foi o desmatamento (J. A. N., 68 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

[...] você não vê a Matrinchá, Pintado sobe aí e ninguém vê. Muitas vezes a gente vai lá, passa a semana toda e não tira meio salário. Bicuda não tem, a Voadeira acabou, Piau tá acabando, Caranha também ninguém vê (J. P. L., 74 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

Outro ponto importante a ser discutido e bastante salientado pelos pescadores, trata-se da utilização de forma inadequada de redes de espera, ações que fogem aos padrões artesanais e que coloca em risco a ocorrência, sobrevivência e perpetuação de muitas espécies de peixes.

[...] tem hora que você fica assim horrorizado, nós tá pescando aqui e pegando até um peixinho, nós pega na linha né, aí vem um cara com uma redoma lá que passa e corta minha linha. Já cortou linha minha porque engatou na rede. Você desce esse rio aí, o que você vê de redeiro, tarrafeiro, de pomba. Mas ele desce com dois motorzão de 40, que logo escuta o barulho e já sabe que é eles (A. C. S., 69 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

[...] o motivo do peixe tá acabando, primeiro é o assoreamento do rio e segundo, porque o peixe de linha, se fosse pescar só de linha, até hoje nós não ia dar conta do peixe, porque o pescador pegando só na linha, enquanto nós pega 100, o pescador de rede pega 500, então acaba, tá acabando com tudo (D. F. L., 74 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

Os problemas aqui elencados podem e devem ser observados sob diferentes ângulos. Em primeiro lugar, ressaltam-se as ameaças aos recursos ambientais; e atrelado a esses

recursos, há que se pensar também que muitas pessoas ou grupos de pessoas tem suas atividades laborais diretamente ligadas à natureza e dependem dela em quantidade e qualidade.

[...] ao ver o ambiente modificado, a poluição impregnada, a desconstrução espacial, instaura-se no sentimento do pescador a sensação e de perda do norte, do lastro e do leme, ou seja, a crise de autoestima se instala e fortalece com os espaços luminosos que, por meio dos órgãos ambientais, criminalizam o pescador, e que lhe desvalorizam e julgam negativamente o trabalho. (SILVA, 2014, p. 19-20).

Simonian (2001, p. 23) salienta que “apesar de alguns avanços, as políticas públicas têm sido negativas quanto à sustentabilidade dos recursos naturais, à eficácia econômica e aos interesses sociais”;

Pressupõe-se com isso, que a forma mais eficaz de minimizar estes impactos, é promovendo ações que levem ao ajuste do uso de bens comuns, contendo aspectos regulamentares já existentes em muitas leis ambientais que em sua maioria são descumpridas, negligenciando os recursos ambientais de uso coletivo.

Agindo assim, possibilitar-se-á, a preservação e conservação dos recursos ambientais, além de garantir a perpetuação de muitas atividades tradicionais e contemporâneas diretamente aos referidos recursos.

3.4 NOTAS FINAIS

Sendo a pesca artesanal uma das atividades mais antigas desenvolvidas no Vale do Araguaia, sobretudo na região onde se localizam as cidades de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças, é natural que com o passar do tempo haja uma diminuição desta prática. Isso se deve a fatores como a crescente urbanização, os avanços do agronegócio, fatores que incorrem na utilização de recursos ambientais em larga escala.

A relação recursos ambientais e pesca artesanal requer um olhar voltado para o uso e conservação dos recursos para que dessa forma haja possibilidade de que pescadores artesanais continuem exercendo suas atividades, mantendo assim, além da profissão, uma característica cultural das cidades em questão e também da região onde elas estão inseridas.

Na tentativa de suprirem suas necessidades básicas, pescadores artesanais buscam complementar suas rendas em outras atividades, sendo a agricultura familiar a principal delas. Assim como a pesca, a agricultura familiar também esbarra em dificuldades, pois desenvolver este tipo de atividade em uma região cercada pelo agronegócio significa resistir a uma relação

de desigualdade, no que diz respeito, principalmente, à automação e modernização das práticas agrícolas, acompanhados do uso em grande escala de insumos agrícolas.

A partir de entrevistas realizadas com pescadores artesanais, percebemos que estes trabalhadores anseiam por melhorias nas condições de desenvolvimento da profissão, diminuindo assim, as distâncias e lacunas observadas entre a legislação existente sobre a conservação de recursos naturais e as práticas realmente existentes de conduta e de fiscalização em relação a esses bens comuns.

Convém lembrar que os impactos ambientais são fatores que a cada dia distanciam os pescadores de suas atividades, acarretando prejuízos do ponto de vista socioambiental e econômico; e que há urgência na criação e efetivação de garantias de sustentabilidade ambiental e perpetuação da pesca e de tantas outras atividades e grupos sociais que dependem diretamente dos recursos ambientais.

CAPÍTULO 4. PESCADORA, SIM! E POR QUE NÃO? A TRAJETÓRIA DE DONA AURORA E A EXPERIÊNCIA COM O MÉTODO “HISTÓRIA DE VIDA”

Neste capítulo, relatos orais dos pescadores artesanais de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças representarão a base para a elaboração da história de vida a ser apresentada na sua última seção.

Ao chegar ao último capítulo do trabalho aqui em pauta, não há dúvida de que os métodos investigativos escolhidos para este trabalho proporcionaram proximidade com os pescadores artesanais, que buscaram em suas memórias, informações que nem sempre são alvo de interesse da sociedade moderna, mas que nos foram muito preciosas. Para Tedesco (2004), em tempos em que a modernidade impulsionada pelo capitalismo permeia o contexto social, parece-nos que os laços entre memória e identidade, nos coloca frente a uma humanidade sem memória e sem identidade.

Desenvolver este trabalho tendo pescadores artesanais como colaboradores⁶ deveu-se ao fato de serem eles pessoas/profissionais que fazem parte do cotidiano da região do Vale do Araguaia. Ademais, estes pescadores são desprivilegiados em relação a outras classes de trabalhadores, no que diz respeito à posição social.

Assim, é possível comungar ideias com Vantoir Roberto Brancher, quando o autor propõe que:

Nenhum pesquisador parte do nada e diz: “hoje vou pesquisar sobre um determinado tema” e inicia a pesquisa. Toda pesquisa sempre traz consigo as inquietações de um ou vários pesquisadores. Toda pesquisa possui, inerente a ela, os desejos e as inquietações dos pesquisadores e/ou colaboradores. Portanto, por mais que alguns neguem, nunca é neutra e sempre está cheia de desejos e subjetividade dos envolvidos no complexo processo de pesquisar (BRANCHER, 2007, p. 19).

As inquietações que permearam a escolha do tema deste estudo dizem respeito, principalmente, às garantias necessárias à continuidade do desenvolvimento da pesca, tanto como profissão como traço cultural e identitário dos pescadores e das cidades que compõem a área de estudo. Para isso, recorreremos aos principais interessados na continuidade do desenvolvimento da atividade pesqueira, aqueles que dela levam o sustento para suas famílias e perpetuam os saberes e fazeres inerentes à esta profissão.

Antes de tratarmos do método História de Vida, lembraremos de forma sucinta do método de História Oral, já discutido no primeiro capítulo e que possui estreita relação com o método ora em questão.

⁶ José Carlos Sebe Bom Meihy (2006, p. 192) chama de colaborador o “depoente que tem papel mais ativo [...] deixando de ser mero informante, ator ou objeto de pesquisa”.

A História Oral proporciona o contato direto entre pesquisador e pesquisados, seus modos de vida, anseios e necessidades. E esta é uma das principais vantagens desse método.

Aliado ao método de História Oral, foi também proposto o uso do método biográfico História de Vida, do qual trata este capítulo, que apresentará a trajetória de vida de um dos atores envolvidos na pesquisa, suas vivências e suas contribuições enquanto indivíduo para a construção de um saber coletivo. Assim propõe Narvaes (2000, p. 42 apud Brancher, 2007, p. 25) que “por meio dos relatos de vida individuais, descobrem-se facetas do social”.

Trata-se de um método qualitativo que pressupõe uma aproximação do pesquisado e o pesquisador, construindo uma relação onde os conhecimentos de um entrecruzam os conhecimentos do outro. O pesquisador oportuniza o compartilhamento de muitas histórias que possam estar adormecidas nas memórias de sujeitos silenciados ou até mesmo negligenciados do ponto de vista social. Em contrapartida, o pesquisado oportuniza ao pesquisador uma gama de informações que darão significados e possibilitarão a realização de muitos trabalhos.

Os aspectos qualitativos que envolvem um trabalho investigativo levam o pesquisador ao contato com as particularidades de vidas que não são suas, mas que possivelmente fazem parte do contexto onde ele esteja inserido e até mesmo de sua própria história.

O qualitativo estará sendo garantido pelo trabalho criativo e consistente do pesquisador em tecer articulações entre as fontes empíricas e as fontes teóricas, entre o geral, entre o específico e o momento histórico a partir do qual as falas estão sendo produzidas. (OLIVEIRA, 2005, p. 95).

As histórias de vidas desses atores sociais, embora desprivilegiados, são de suma importância e colaboram para a compreensão de questões ligadas à ocupação e o desenvolvimento de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças. Além de nos colocar a bordo de uma viagem fantástica que nos leva a uma história contada de forma diferente da história política, elitizada e excludente.

4.1 CONCEITOS ELEMENTARES SOBRE O MÉTODO “HISTÓRIA DE VIDA”

As narrativas orais e os métodos biográficos em processos investigativos requerem um embasamento teórico-metodológico que podem subsidiar muitas pesquisas sociais.

O método biográfico surgiu com a crise da metodologia ligada à sociologia clássica, que estabeleceu o desenvolvimento de um procedimento investigativo capaz de levar em consideração os atos individuais concretos, o que não poderia ocorrer por meio

de generalizações ou correlações fixas, seguindo de terminados padrões interpretativos, mas sim se valendo de um método que assegurasse a articulação “do ato à estrutura, de uma história individual à história social” (FERRAROTTI, 1988, p. 20).

Esta vertente metodológica, que a cada dia ganha mais espaço no meio acadêmico, possibilita a utilização, além dos depoimentos de colaboradores, uma gama de outras fontes como documentos, fotografias, diários, filmes, mídias em geral, livros e outros.

Inicialmente as biografias eram utilizadas para contar histórias de pessoas ilustres, ícones sociais, grandes nomes da história de povos e de lugares, principalmente aquelas pessoas ligadas à política, numa perspectiva individualista, na maioria dos casos visando uma promoção do biografado.

Sabemos, no entanto, que nenhum indivíduo vive isoladamente, mas inserido em um contexto social. Portanto, estudar a história de uma pessoa requer uma visão e uma análise holística daquilo que faz parte do seu cotidiano e de sua vida de maneira geral. Assim tem-se uma visão do individual e do coletivo.

O interesse pelo que é diverso não se ateuve, porém, às biografias de casos isolados, ou de histórias de vida exemplares por algum motivo. Desde cedo, o interesse extravasou essa área, para se passar a aplicar às culturas estranhas e diferentes. No século XIX um interesse especial pelas histórias de vida de indivíduos pertencentes a culturas exóticas e, de alguma forma, marginais, a recolha de biografias de membros de comunidades de índios norte-americanos serviu, pela primeira vez, um objectivo que viria a ser recorrente em muitas das investigações que se seguiram, especialmente no que à antropologia diz respeito: o levantamento de práticas e costumes de culturas minoritárias ou em vias de desaparecimento. (TINOCO, 2007, p. 02).

Com efeito, estamos diante de um método que parte do individual para o coletivo, do comportamento de uma pessoa para o entendimento de regras sociais, quebrando barreiras e preenchendo lacunas, um método que elucidada enquanto é elucidado.

Para se ter uma ideia da amplitude da utilização de História de Vida, recorremos aos escritos de Silva e Barros (2010, p. 69) quando os autores fazem a seguinte observação:

A história de vida, um dos métodos que compõe o campo mais amplo da pesquisa qualitativa e mais especificamente da história oral, constitui-se como um dos instrumentos das ciências humanas, sendo utilizada atualmente por diversos sociólogos, antropólogos, historiadores, psicólogos e, mais recentemente, por terapeutas ocupacionais. Expressão polissêmica, a história de vida pode conotar metodologia de estudo na pesquisa social, procedimento clínico, registro escrito de biografias e de depoimentos pessoais – sejam eles escritos ou orais. Sendo assim, ela recobre narrativas e relatos - sobre um fenômeno, um acontecimento ou um período de tempo -, colhidos por meio de estudo documental, depoimentos e entrevistas (gravadas em áudio e/ou vídeo) as quais podem ser trabalhadas por meio de diversos procedimentos e técnicas.

Certamente, o foco na oralidade justifica a utilização desse método numa perspectiva multidisciplinar, pois ao contar uma história, o sujeito fornece informações preciosas sobre si ou de outrem; sobre fatos ou lugares. Partindo de um ponto de vista muito particular, os depoentes colaboradores contam histórias, ainda que fragmentadas, baseados naquilo que vivenciaram, daquilo que faz parte de suas memórias; lembranças que embasam a construção de um todo.

As narrativas não necessariamente são feitas de forma ordenada ou linear, pois isso parte das concepções e condições em que se encontram os depoentes e, principalmente, seus sentimentos a respeito do assunto pesquisado, suas lembranças, ou fragmentos delas, esquecimentos, frustrações e dissabores.

Estes fatores podem influenciar em suas narrativas, seja positivamente, encorajando, incentivando e levando a uma espontaneidade nas falas dos entrevistados; ou negativamente, levando-o a narrar somente aquilo que lhe convém, ou que lhe dá prazer, que não represente sofrimentos, medos, constrangimentos, traumas, ou seja, optando em falar somente daquilo que faça sentido para suas vidas, mantendo-se em silêncio sobre determinados assuntos.

Michael Pollak, em seus estudos sobre memória, apresenta uma possível justificativa sobre o silêncio e as resistências. Para o autor, as lembranças permanecem vivas na memória das pessoas, que oportunamente podem ou não serem trazidas à tona.

Este exemplo mostra também, a sobrevivência, durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. Apesar da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 05).

Há uma proximidade entre a ideia do autor supracitado e o vivenciado pelo autor desta pesquisa durante a etapa de coleta de dados, pois muitos pescadores foram reticentes em suas falas, alguns ofereceram resistência, enquanto outros se negaram a participar da pesquisa. Alguns alegaram não se sentirem à vontade em serem entrevistados, outros sequer justificaram o motivo de não quererem participar da pesquisa.

Porém, o contato com um antigo pescador da cidade de Aragarças, pessoa extremamente conhecida pela população daquele lugar, fez com que o acesso aos demais pescadores fosse facilitado. Nota-se com isso, que o vínculo familiar, de amizade e compadrio resultaram numa relação de confiança entre eles.

Partindo dessa informação, observou-se que muitos pescadores envolvidos na pesquisa se sentiram seguros ao expor suas memórias e informações sobre suas vidas a partir do momento em que o pesquisador passou a ser acompanhado por alguém em quem eles depositam sua total confiança.

O próximo passo foi deixá-los a par dos propósitos da pesquisa; tarefa extremamente importante, pois neste momento, bons argumentos eliminariam muitas barreiras, tendo em vista que quanto mais informações fossem colhidas, mais ricas seriam as fontes de pesquisa nas quais elas se transformariam. Convencê-los, foi muito importante, pois conforme propõe Brancher (2007) as pesquisas contemporâneas, em alguns casos, requerem um mergulho em informações do passado.

É preciso, portanto, fazer com que o entrevistado esteja ciente de que ele é a pessoa mais importante dos envolvidos na pesquisa. Constitui-se em uma missão bastante delicada para o pesquisador, pois em se tratando de pessoas mais velhas e com baixo grau de instrução, uma palavra utilizada de forma inadequada ou mal interpretada pode afastar o entrevistado do pesquisador, ao invés de aproximá-los. A confiança no pesquisador torna-se a palavra de ordem neste momento.

Ao escreverem sobre os percalços encontrados por muitos pesquisadores que trabalham com História de Vida, Thelma Spindola e Rosângela Santos (2003) corroboram dizendo:

Assim sendo, uma investigação que priorize a informação do entrevistado exige uma aproximação do pesquisador com os pesquisados para que se estabeleça um contato, uma relação de confiança. Essa modalidade de pesquisa tem no ambiente a fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal instrumento. É caracterizada pela obtenção de dados descritivos, no contato direto do pesquisador com a situação estudada, valorizando-se mais o processo que o produto, preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes, isto é o significado que eles atribuem às coisas e à vida. Dessa forma, são percebidos como as pessoas mais importantes no processo. (SPINDOLA; SANTOS, 2003, p. 121).

Fazer com que os colaboradores sintam-se confortáveis também é tarefa do pesquisador, pois até mesmo o local onde se processa a entrevista é fator determinante para o sucesso das informações que se deseja colher. Portanto, os pescadores colaboradores desta pesquisa tiveram o livre arbítrio para escolher o local onde queriam ser entrevistados.

A própria casa foi o local escolhido pelos pescadores para fazerem seus relatos. Estar em sua casa, local que lhe é familiar, na maioria dos casos, entre parentes e amigos, em horários por eles escolhidos, nos parece ter sido também fatores que os deixaram seguros e à vontade para participar da pesquisa.

Agindo assim, constrói-se uma relação de confiança entre entrevistado e entrevistador, criando-se um ambiente favorável ao desenvolvimento do método. E conforme realçam Silva; Barros; Nogueira; Barros (2007, p. 32) “É a partir da relação que vai sendo estabelecida – o vínculo, a confiança, a construção de sentidos – que o método se desenvolve. Trata-se da interlocução”.

Nesta etapa, cabe ao pesquisador dar especial atenção ao que está sendo dito para que *a posteriori* tenha condições de analisá-las do ponto de vista individual, mas numa perspectiva social coletiva, conforme já discutido anteriormente neste texto. Pois segundo Alberti (2004, p. 77) “Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido”.

Tendo o entrevistador o papel de colher o máximo de informações possíveis, além de criar condições favoráveis para que os entrevistados também o façam, observamos uma relação de caráter bilateral onde ambos tem funções diferentes, porém não menos importantes uma da outra.

O primeiro ponto que deve ser observado: a entrevista é construída conjuntamente por entrevistador e entrevistado. De forma bastante pertinente, os dois tem participação no processo e são agentes ativos. Neste sentido, o entrevistado, ao ser “estudado”, também analisa e “estuda” seu entrevistador, ao elaborar sua narrativa. [...] a testemunha é também aquele que ouve quem vivenciou. Isso porque é no intercâmbio de relatos e informações que se constrói determinado conhecimento e explicação acerca do passado (GOMES, 2012, p. 89-90).

Assim como outras fontes de pesquisas, as narrativas não podem e não devem constituírem-se como únicas informações a serem utilizadas em uma pesquisa. Ao contrário disso, elas devem ir de encontro a outras fontes, tornando-as pluralizadas e ricas em detalhes; tal qual deveria ser todo trabalho investigativo. O entrevistado deve estar livre para expor suas informações, emoções e tudo mais que lhe for conveniente, não devendo o entrevistador interrompê-lo, corrigi-lo ou inibi-lo.

Ainda que haja fuga ao tema da pesquisa por parte do entrevistado, respostas incompletas ou não convincentes são recomendável que o entrevistador não faça qualquer tipo de interrupção ou julgamento durante a coleta de dados. Este é o momento em que o entrevistado é livre para se expressar.

Caso tenha que descartar qualquer tipo de informação prestada, isso deverá ser feito em outro momento, mediante minuciosa análise e transcrição das entrevistas. Além, é claro, de não tomar as informações coletadas como única verdade acerca dos fatos.

Assim, se dizemos que a narrativa, acaba constituindo o passado, isso não significa que o passado não tenha existido antes dela. Esquecer essa diferença é tomar a narrativa, ou as narrativas, como a própria realidade, ou as realidades. E quando se opta pelo plural é porque se conclui que todas as narrativas são “válidas” – melhor dizendo, são “versões” – e que não cabe ao pesquisador julgá-las. [...] mas seria bom não nos contentarmos em colhê-las, assim como não basta compilar artigos de jornal ou acórdãos de um tribunal, por exemplo, para dar conta de um acontecimento ou conjuntura do passado. (ALBERTI, 2004, p. 78).

Por se tratar de um método subjetivo, quem se dispõe a trabalhar com entrevistas deve estar atento a essas questões. Durante um depoimento, o entrevistado pode revelar ações ou informações fantasiosas, mas que nem de longe devem ser consideradas como informações falsas.

Se em um dado momento o depoente utilizou-se de informações fantasiosas, pressupõe-se que haja um motivo justo para isso. A subjetividade é, na opinião de Gomes e Santana (2010, p. 9), “inerente a todas as fontes históricas, os fatos lembrados ou esquecidos são os próprios constituintes da história, portanto não há fonte oral falsa”.

A criação de relatos fantasiosos ou a negação de alguns detalhes sobre determinadas situações, também são fatos a serem analisados pelo pesquisador. Agindo assim, é possível que o depoente esteja se resguardando de relembrar e reviver detalhes guardados em sua memória que lhe são desagradáveis por algum motivo. Para Velho (1999, p. 43), “[...] a visão que se tem, então, do passado é dada pelo jogo entre esconder e revelar, deixando entrever traços antigos que ora sobressaem, ora são esmaecidos pela patina do tempo”.

É justamente por este motivo, que o pesquisador não deve se ater somente aos relatos de um único depoente, mas ao contrário disso, quanto mais pessoas puderem ser entrevistadas, maiores serão as possibilidades de alcance dos objetivos da pesquisa. Além disso, é possível confrontar as informações contidas nas narrativas com dados oficiais presentes em livros e documentos oficiais.

A subjetividade presente nas memórias e nos relatos de entrevistados, também estará presente nos escritos biográficos ou memorialistas, pois quem os escreve não pode deixar de manter o caráter fidedigno das informações colhidas. O fator fidedignidade é fundamental para que o método continue ganhando prestígio e expressividade.

Os caminhos do método de entrevistas em História de Vida são cheios de idas e vindas, mas ao percorrê-los, evidenciam-se tantas histórias ímpares, salutares, que tendem a oportunizar momentos prazerosos para quem realiza as entrevistas. Na opinião de Brancher (2007, p. 126) “Escrever uma história de vida pode ser um momento de significação, tanto para o pesquisador como para o colaborador, que cede sua história para a realização das tramas do trabalho”.

Durante a elaboração das histórias de vida, o pesquisador é livre para escolher a forma de como deseja fazê-la, o gênero textual, correções, criação de nomes fictícios para personagens. A esta etapa, dá-se o nome de “transcrição”.

Transcrição refere-se a incorporação de elementos extra-textos na composição das narrativas dos colaboradores. Procura-se recriar o contexto da entrevista no documento escrito. Mais do que uma tradução, tenta-se de elaborar uma síntese do sentido percebido pelo(a) pesquisador(a) além da narrativa e performance do colaborador(a). (MEIHY, 2005 apud SILVA; BARROS, 2010, p. 72).

Feito isso, teremos uma história de vida elaborada a partir das narrativas colhidas, porém organizadas conforme a necessidade do autor ou a finalidade a ser dada aos seus escritos, uma história de tempos passados mas com vistas ao futuro, que ao atender aos propósitos de uma pesquisa, reforça a permanência de seu conteúdo individual, numa perspectiva global.

Josso (2002) adverte sobre a necessidade de o pesquisador saber adequar à finalidade das histórias de vida as adaptações a serem feitas na transcrição, a fim de que sejam úteis ao trabalho.

As histórias de vida postas ao serviço de um projeto são necessariamente adaptadas à perspectiva definida pelo projecto no qual se inserem, enquanto que as histórias de vida, no verdadeiro sentido do termo, abarcam a globalidade da vida em todos os seus registros, todas as suas dimensões passadas, presentes e futuras e na sua dinâmica própria. (JOSSO, 2002, p. 20).

Marre (1991, p. 89) complementa as ideias acima dizendo que:

A história de vida terá, possivelmente outro futuro, e bem mais promissor se vier a tornar-se parte essencial de um método biográfico, cujo objetivo seja – a partir de uma totalidade sintética que é o discurso específico de um indivíduo – reconstruir uma experiência humana vivida em grupo e de tendência universal.

De uma única história é possível chegar a tantas outras histórias, outros lugares, outras memórias, outros atores, outros contextos. E é justamente assim, que os métodos qualitativos exercem papéis fundamentais nos estudos de contextos sociais, pois é preciso ir em busca das minúcias para se alcançar o ponto de chegada.

Encerraremos esta seção recorrendo ao proposto por Vantoir Brancher sobre sua concepção sobre História de Vida.

História de Vida é isso: uma teia de relações, um mosaico de construções, um vitral, ou uma colcha que lenta e prazerosamente vai se construindo. E o melhor em tudo isso, uma colcha que nunca para de aquecer e de instigar ao novo. Uma colcha que,

felizmente, nunca deixa de ser tecida, uma colcha produzida a muitas mãos, a muitos olhares, sorrisos, histórias, lágrimas, lembranças, fazeres e saberes. (BRANCHER, 2007, p. 122).

Enfim, um método capaz de quebrar paradigmas, possibilitando mudanças no contexto social, transformar singularidades em pluralidades, desfazendo discursos políticos, hegemônicos e elitizados.

4.2 A HISTÓRIA DE DONA AURORA – REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PAPEL DA MULHER NA PESCA

Esta seção busca apresentar a história de uma pescadora que passou a fazer parte dos colaboradores desta pesquisa de uma forma despretensiosa. A esta pescadora, chamaremos de Dona Aurora⁷.

Em uma manhã de domingo, dia em que geralmente as famílias tiram para descansar e estar junto aos seus, fomos levados ao encontro de um antigo pescador da cidade de Aragarças. O pescador em questão trata-se do marido de Dona Aurora.

A casa fica a poucos quarteirões do rio Araguaia, numa rua popularmente conhecida como Rua dos Pescadores, que leva este nome porque ali residem muitos pescadores e famílias remanescentes destes, onde é comum observar pessoas com grau de parentesco entre si, fortes laços de amizade e compadrio.

O cenário era de uma casa bastante simples, com cômodos apertados, lugar em que fomos recebidos pelo proprietário. Ao adentrarmos a residência, um aroma delicioso vindo da cozinha se espalhava por toda parte. Era quase hora do almoço!

Lá fora, um enorme quintal sem calçamento, um cachorro que latia incansavelmente ao perceber nossa presença na casa, árvores, muitas plantas ornamentais, flores, um cercado onde são criadas algumas galinhas e alguns canteiros com hortaliças.

Enquanto seu marido era entrevistado, Dona Aurora trocava passos e olhares entre a panela sobre o fogão e a conversa que estava acontecendo na sala. Seus olhares eram curiosos e instigantes, mas até então, não houve nenhuma interferência por parte dela.

Da sala onde estávamos, era possível observar que na cozinha, além dos móveis e utensílios bastante simples e rústicos, também havia um motor utilizado em embarcações.

⁷ Aurora é um nome fictício, escolhido aleatoriamente com a finalidade de ilustrar a história de vida aqui apresentada. Em conformidade com o compromisso assumido pelo pesquisador junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de que nomes, documentos, fotografias ou quaisquer outras informações que possam de alguma forma identificar os colaboradores serão mantidas em sigilo.

Tanto o barco, quanto o motor que possuem, são bens adquiridos com muito esforço, mediante parcelamento do valor em inúmeras prestações. Tratam-se de instrumentos de trabalho que possibilitam a Dona Aurora e seu esposo percorrerem longas distâncias em busca do sustento da família.

Na pequena sala, com dois sofás que ocupavam quase todo o espaço disponível, havia muitas fotografias dos filhos e netos espalhadas pelas paredes e sobre uma pequena estante. Foi possível perceber de antemão que o casal tem um grande apreço pelos filhos e netos.

Ao final da entrevista com o marido, Dona Aurora mostrou-se inquieta, parada na porta que liga a sala à cozinha, com um pano de prato jogado no ombro, seu olhar dava a impressão de que havia algo que ela gostaria de dizer.

Ao ser perguntado: “A senhora também pesca?” Ela prontamente e de forma bastante enfática respondeu: “Sou pescadora sim! E por que não? Mulher também pesca!”.

A partir dessa exclamação, Dona Aurora foi imediatamente convidada a ser entrevistada também. A satisfação em participar da pesquisa ficou estampada em seu olhar, acompanhado de um leve e tímido sorriso. Mato-grossense, nascida na cidade de Torixoréu em 1953, aos 64 anos de idade Dona Aurora é dona de uma espontaneidade irreverente. Casada, mãe de quatro filhos e avó de 5 netos, ela divide seu tempo entre cuidar da casa e da família, a pesca e a venda informal do pescado.

Mudou-se de Torixoréu para Aragarças aos 7 anos de idade quando ela e a irmã passaram a morar com os avós maternos. Desde então, criou um vínculo muito grande com o rio Araguaia, pois sempre acompanhava a avó e a irmã mais velha nas atividades domésticas que eram realizadas no rio, como por exemplo, a lavagem de roupas e louças.

A função de Aurora e de sua irmã era auxiliar a avó a levar e trazer as bacias com roupas e louças a serem lavadas nos rios. Enquanto a avó lavava, as irmãs brincavam, tomavam banho e ainda pescavam. As iscas para os peixes eram pequenos pedaços de sabão que elas pegavam escondidas da avó. E foi assim que a menina Aurora cresceu, entre idas e vindas ao rio, entre brincadeiras e pescarias, que para ela eram também momentos de lazer, mas que sempre garantiam um “peixinho” como ela mesma diz, para o almoço ou para o jantar.

A oportunidade de estudar foi pouca, Aurora cursou somente até a primeira série primária, pois o avô dizia que ela e a irmã tinham que ficar em casa ajudando a avó com os afazeres domésticos. Mas a pouca escolaridade não faz dela uma pessoa alheia. Pelo contrário, sua sabedoria vai além; e à medida que entrevista transcorria ela nos alimentava cada vez mais com informações importantes à pesquisa.

Na adolescência Aurora foi empregada doméstica, mas nunca deixou de pescar. Mais tarde se casou com um também pescador. E como ela mesmo diz: “[...] mas quando era domingo eu aproveitava e ia pescar, aí casei com ele, pescador, aí completou.”

A chegada dos filhos fez com que ela diminuísse sua frequência na participação das pescarias e passasse a se dedicar mais aos cuidados do lar e da família. A criação dos dois casais de filhos foi feita com dificuldade, o acesso aos serviços de saúde era precário e na maioria das ocasiões em que os filhos adoeciam, ela usava remédios e procedimentos caseiros para a cura das doenças.

“Aqui nós usava era as plantas do quintal, da beira do rio, que a gente pegava na casa dos vizinhos, só levava no médico se fosse caso de coisa muito grave mesmo. As doença era curada em casa, benzendo e dando remédio. Hoje em dia é tudo diferente, se o menino sente qualquer coisinha, já corre e leva pro médico. Meus filho que eu criei tudo com remédio caseiro, hoje em dia não quer saber de dar esses remédio pros filhos deles.” (Dona Aurora, 64 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

Uma das maiores vontades de Dona Aurora era que seus filhos estudassem e tivessem profissões que lhes garantissem melhores condições de vida.

“[...] eu queria muito que eles tivesse estudo, para não ficar igual os pais deles, porque aqui a gente vivia do jeito que dava, tinha dia que tinha mas tinha dia que não tinha. Hoje nós é aposentado, mas antes era só da pesca que a gente vivia. Mas graças a Deus nunca faltou nada para eles, pelo menos o que comer nunca faltou”. (Dona Aurora, 64 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

Dona Aurora reclama que quando os filhos atingiram idade escolar, não havia muitas escolas, além do fato de que seu baixo grau de escolaridade não possibilitou que ela ajudasse os filhos nas tarefas escolares.

“[...] nunca quiseram saber de estudar, nenhum deles! E eu não podia fazer nada, porque eu também não sabia muito as coisas né? E o pai deles vivia no mundo pescando, quando chegava de uma pescaria, logo voltava, eu era que cuidava de tudo. Aí eles foram parando de estudar, mas hoje eles tudo reclama que o estudo faz falta. Pra você ver, as vezes eu ainda ajudo eles a cuidar dos meus netos porque o dinheiro deles não dá!” (Dona Aurora, 64 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em fevereiro de 2018).

Dos quatro filhos de Dona Aurora, somente uma das mulheres concluiu o ensino médio. Os demais deixaram de estudar ainda no ensino fundamental.

Nenhum de seus filhos seguiu a profissão dos pais, os dois homens são construtores e as duas mulheres são donas de casa. Ela convive diretamente com apenas dois dos cinco netos, filhos de sua filha caçula, que é também sua vizinha. Os outros três filhos e netos moram na capital, Goiânia e costumam visitar os avós nas férias.

“[...] também nunca quiseram saber de ajudar os pais a pescar, os dois meninos que são os mais velhos, as vezes o pai deles levava eles nas pescarias, mas era com muita luta porque eles não gostava de ir, foi indo até que o pai largou de mão de levar eles. E as menina o pai nunca levava mesmo e elas também nunca gostaram de pescar.” (Dona Aurora, 64 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em fevereiro de 2018).

Aguerrida e muito consciente sobre seu papel de mulher, em uma de suas falas ela se queixa sobre como as mulheres ainda encontram dificuldades em uma sociedade predominantemente machista.

“[...] quando chega gente aqui querendo comprar peixe, eles bate palma aí na frente e pergunta: é aqui que mora um pescador? Aí eu respondo: aqui mora um pescador e uma pescadora também. Esse negócio de achar que só homem sabe fazer as coisas tá errado! Mulher sabe também, e faz melhor que muito homem por aí!” (Dona Aurora, 64 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

Neste momento, seu esposo que estava sentado ao seu lado, interrompe a fala de Dona Aurora e diz: “essa aqui é dureza, ninguém passa ela pra traz não! Aqui eu passo apertado com ela, porque eu vou te contar viu, pensa numa baixinha braba!”

E Dona Aurora retruca: “sou braba mas sou pau pra toda obra! Aqui ou em qualquer lugar! Mas na hora de decidir as coisas, quem decide é meu marido, porque ele é quem sabe mais das coisas né?”

O esposo reforça: “Ela fala isso, mas eu só decido as coisas que ela quer”.

Ao que nos parece, a história de Dona Aurora é marcada por uma resistência em manter sua autonomia, não somente financeira, mas também em relação ao que tange as questões de gênero. Desde os relatos sobre o avô que não a permitiu estudar até as relações familiares, há um esforço por parte da entrevistada em enfatizar sua autonomia.

Encontramos grande semelhança entre a história de Dona Aurora com o trabalho realizado por Ribeiro (2009), onde a autora sustenta a seguinte hipótese:

No universo da família, ao fim, quem decide é o homem. Entretanto, essa permanência das relações tradicionais de poder é permeada, impregnada de mudanças negociadas na esfera da vivência familiar, nas relações entre homem/mulher e pai/filhos. (RIBEIRO, 2009, p. 130).

A experiência com a pesca contada por Dona Aurora também é marcada por situações em que as mulheres tinham e em muitos casos ainda tem, tratamento diferenciado dos homens. Ela ressalta que embora seja pescadora desde muito jovem, apenas no ano de 2003 conseguiu seu registro como pescadora profissional.

Eu já pescava há muitos anos, só não tinha condições de tirar a carteira, porque a carteira profissional era cara, aí era muito complicado, então meu marido tirou a dele primeiro, porque como eu ficava mais no barranco mesmo, então ele precisava tirar

primeiro. Aí depois eu tirei a minha (Dona Aurora, 64 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

Mesmo após os estudos ligados às questões de gênero e trabalho atuarem incisivamente na tentativa de quebrar paradigmas em relação à atuação da mulher no mercado de trabalho, ainda há muito o que ser feito e estudado por representações sindicais, frentes de trabalhos e principalmente pela própria sociedade, que em muitos casos parece ignorar a existência da mulher em locais e profissões inicialmente exercidas por homens.

A maneira como conhecemos Dona Aurora leva-nos a refletir sobre como a sociedade ainda é resistente a determinadas questões voltadas à inclusão da mulher no campo de trabalho. Ao sermos conduzidos à sua casa, fomos informados que ali vivia um pescador. A pessoa que até ali nos conduziu é amigo da família e sabedor de que além do esposo, Dona Aurora também é pescadora, mas não a incluiu no rol de pessoas a serem visitadas e entrevistadas. Até mesmo seu esposo não a fez ser lembrada como pescadora.

Não fosse o jeito irreverente de Dona Aurora de se apresentar como pescadora e também dona daquela casa, não teríamos tido o privilégio de conhecer uma história tão significativa como a dela. Aliás, a irreverência da qual falamos aqui, foi o que nos levou a escolhê-la como ícone dentre tantos outros pescadores que conhecemos. Afinal, sua astúcia e força de vontade enquanto trabalhadora e também como mulher, confere a ela um diferencial dentre tantos outros entrevistados.

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. Mas, sobretudo porque, para o historiador, em função do processo permanente de estruturação social, as mulheres vivem e atuam no tempo. (TILLY, 1994, p. 31).

O papel social das mulheres perpassa uma história ligada à política, onde no passado, mulheres exerciam papéis distintos dos homens. E foi numa perspectiva de lutas, principalmente de movimentos feministas que esse quadro gradativamente vem mudando ao longo do tempo.

Ao exercer sua profissão de pescadora, Dona Aurora orgulha-se de sempre ter conseguido arcar com sua função matriarcal sem deixar de pescar e ajudar o esposo, contribuindo assim com o orçamento financeiro.

Com os filhos ainda pequenos, Dona Aurora se ocupava com os trabalhos mais leves da atividade pesqueira, tratava os peixes e os preparava para a venda, que ela mesma fazia.

Neste período, ela quase não acompanhava o marido em pescarias que demandassem longos percursos ou pernoites.

Depois de terem os filhos crescidos, ela às vezes os deixava sob os cuidados de familiares e vizinhos para acompanhar o marido nas pescarias. Mesmo assim, como as pescarias, na maioria das vezes são feitas em parcerias, enquanto os homens estavam na água pescando, Dona Aurora, sozinha ou acompanhada de outras mulheres, se ocupava em cuidar dos ranchos erguidos às margens dos rios, cozinhando para o grupo e arcando com o preparo dos peixes que os homens traziam.

Neste caso, a maior parte da pescaria era feita pelos homens. As mulheres, quase sempre, praticavam a pesca de barranco, que no final das contas representava uma quantidade muito menor em relação ao que era pescado pelos homens.

Ao retornar às suas casas, sempre havia muito trabalho a ser feito, o cuidado com os peixes, a manutenção dos instrumentos de pesca, a comercialização do pescado. Essas atividades eram divididas entre marido e mulher, mas para Dona Aurora ainda cabia o papel de mãe e dona de casa.

Estamos diante de uma história de luta e muito trabalho, em que mulheres se juntam aos homens em atividades laborais, ao mesmo tempo que isso representa uma autoafirmação ligada à equidade de gênero, sem deixar de cumprir com seu papel materno e doméstico.

O discurso de Dona Aurora evidencia a forma de como ela associa seu papel de mulher, esposa, mãe e dona de casa, ao mesmo tempo que se esforça para criar uma simbologia atrelada à sua atuação no mundo do trabalho, sua autonomia e independência financeira, uma forma de contribuir com o orçamento familiar.

Hoje, com os filhos criados e tendo eles constituído suas famílias, Dona Aurora e seu esposo encontram-se aposentados, mas nenhum deles deixou de pescar, o que segundo ela, representa um complemento ao salário mínimo que recebem da aposentadoria.

“[...] a gente não para de pescar pra não ficar sem fazer nada, porque é muito ruim ficar à toa. E também nosso dinheirinho da aposentadoria é pouco, mal dá pros remédio. Mas e as outras coisas? Como é que fica? Aí sempre nós tem um peixinho aqui pra vender pra ajudar na despesa né? (Dona Aurora, 64 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em fevereiro de 2018).

Além disso, a pesca os mantém cada vez mais unidos, pois como ela mesma diz, um não vai pescar sem o outro, enquanto os filhos seguiram caminhos diferentes e exercem outras profissões.

Ao ser perguntada sobre como são feitas as vendas do pescado, ela responde que não encontram dificuldade, pois as pessoas já os conhecem como antigos pescadores e vão até sua

casa para comprar os peixes. O que ocorre no entanto, é que com a diminuição dos peixes nos rios, a quantidade do pescado nem sempre segue o mesmo padrão. E por ser uma mãe e avó muito cuidadosa, ela as vezes ainda separa uma parte dos peixes para presentear os filhos e netos.

“Tem vez que pega bem, tem vez que pega pouco, aí a gente vende o que tem né! Chega aqui, não dá pra quem quer, porque o pessoal já sabe que a gente sempre tem peixe e vem aqui comprar, agorinha mesmo eu recebi um dinheiro de uns peixinho que eu vendi, que já vai dar pra pagar alguma coisa. Mas nós também sempre tira uns pra nós comer e pra mandar pros filhos que mora em Goiânia, quando eles vem eles leva, e quando dá pra mandar, aí a gente também manda pra eles.” (Dona Aurora, 64 anos. Entrevista realizada em Aragarças-GO em outubro de 2017).

Temos em Dona Aurora um clássico exemplo de mulher que foge à regra do estereótipo feminino socialmente criado, pois além de desempenhar as funções originariamente femininas, como por exemplo as obrigações domésticas e familiares, ela ainda exerce com maestria a profissão de pescadora.

Embora a pesca seja uma profissão exercida em sua maioria por homens, isso não representa motivo para que Dona Aurora esteja limitada somente ao papel de dona de casa, fazendo questão de manter-se ativa na pesca.

Dona Aurora é uma em meio a tantas mulheres pescadoras que resistem e se fazem presentes no cotidiano de uma profissão que mais exclui do que inclui o gênero feminino. Essa é uma realidade aparente não somente nas cidades que constituem a área de nosso estudo, como também em outras regiões em que a pesca é fortemente difundida.

Em estudo realizado com pescadores do estado de Sergipe, Martins e Alvim (2016, p. 381) apontam para as limitações e resistências enfrentadas pelas mulheres no universo da pesca.

Diante deste contexto, pode-se afirmar que a participação da mulher no universo da pesca ocorre em um contexto de limitações e dificuldades, ainda mais acentuadas em relação às comumente enfrentadas pelo gênero masculino, pois o estabelecimento de atribuições ocupacionais distintas entre homens e mulheres produz alto grau de complexidade no que se refere às questões de gênero na atividade.

Percebe-se que gênero e pesca representam questões que ainda necessitam ser largamente difundidas com ampliação das discussões acerca do papel da mulher pescadora, que assim como os homens, contribui efetivamente para a manutenção da profissão e para a renda familiar.

A história que contamos aqui é apenas um exemplo das tantas Auroras que buscam justiça social, equidade de gênero, na esperança de um mundo mais justo e menos excludente.

4.3 NOTAS FINAIS

A proposta metodológica “História de Vida” representa uma possibilidade de fazer com que muitas histórias resgatadas da memória de pessoas que tiveram seus passados silenciados possam colaborar com os estudos biográficos. Destaca-se, também, a relação de intimidade que pode nascer do contato entre entrevistador e entrevistado.

O pesquisador, neste caso, assume a missão de tornar evidentes tantas histórias desconhecidas, que lhes são confiadas para a realização de seus trabalhos, possibilitando um olhar diferente, crítico, pautado na justiça social, para tantas pessoas que tiveram suas histórias de vida esquecidas.

Embora carregadas de subjetividade, as narrativas constituem-se em rico material que pode ser analisado e comparado com as escritas e documentos oficiais. O que impressiona, de fato, no trabalho com este método, é que na maioria dos casos, as informações buscadas junto aos entrevistados vão de encontro com as lacunas deixadas pela história oficial, elitista e excludente.

Logo, esta é a oportunidade que os próprios entrevistados tem de (re)construírem suas histórias. Conforme nos diz Martins (2000, p. 106) esta prática “foge à tentação de achar que o protagonista real não tem condições históricas de se interpretar diretamente.”

Os pescadores artesanais de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças são pessoas extremamente sensíveis e perceptivas em relação ao ambiente onde estão inseridas, além de serem exímios conhecedoras do histórico ambiental do lugar onde vivem e conscientes a respeito dos direitos que lhes são negados, que vão desde o equilíbrio ambiental à outras questões sociais que lhes dificultam o exercício da profissão.

Assim, uma pesquisa realizada à luz do método História de Vida sempre pode ser recomeçada, ampliada, revisada, com a possibilidade de lançar novos olhares sobre um mesmo fato e reconstruir novas histórias.

Dessa forma, Ferreira (2003) nos diz que os finais podem significar recomeços.

No caso de um trabalho de pesquisa, o término representa um novo início, a partir de uma nova perspectiva, se não mais intrigante e desafiadora, pelo menos plena de novos questionamentos e inúmeras possibilidades, possibilidades pautadas num (re) olhar sobre o que fizemos até então, um (re) significar dos sentidos construídos. (FERREIRA, 2003, p. 127).

Todos esses detalhes sobre a metodologia em pauta possibilitou a escrita da história de vida de Dona Aurora, que assim como tantos outros pescadores e pescadoras carece de um olhar voltado para a garantia dos direitos de tantos trabalhadores da pesca.

Dona Aurora também representa a autoafirmação e a força de vontade de tantas mulheres trabalhadoras negligenciadas pelo preconceito e segregações sexistas de uma sociedade que ainda carrega o ranço de que mulheres não podem usufruir das mesmas funções, profissões e direitos que os homens usufruem.

Pretende-se que a história de Dona Aurora represente um novo olhar para esta e para tantas histórias merecedoras de prestígio social, não somente histórias de pescadores.

Portanto, trabalhar com o método de entrevistas e escrever histórias de vidas oportunizam aos pesquisadores a proximidade e a imersão em histórias que podem e devem ser (re)significadas. Histórias que partem da memória de uns para fazer parte da história de outros.

CONCLUSÃO

As reflexões apresentadas neste estudo, tiveram a intenção de abordar algumas dimensões que envolvem os impactos socioambientais na atividade de pesca artesanal nas cidades de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças.

A pesquisa abrangeu uma análise sobre as indagações acerca das interferências decorrentes do processo de ocupação e desenvolvimento das cidades em questão nas atividades de pescadores artesanais.

Dentre os fatores que envolveram o desenvolvimento regional podemos citar as ações estatais para ocupação, povoamento e desenvolvimento econômico da região, sobretudo o fomento ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, que representam a base econômica da região do Vale do Araguaia.

Assim, podemos elencar a crescente urbanização, as práticas ligadas ao agronegócio largamente difundidas no Vale do rio Araguaia e adjacências, como por exemplo, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a não preservação de vegetação próxima aos rios e tantos outros.

Soma-se a isso a falta e/ou a deficiência nos programas de planejamento urbano, de gerenciamento de efluentes, de fiscalização e ferramentas de controle sobre o uso de recursos naturais. Esses fatores estão diretamente ligados ao crescimento físico e ao desenvolvimento das atividades econômicas daquelas cidades, promovendo uma pressão sobre os recursos ambientais, que por sua vez interferem na atividade de pesca artesanal.

Atualmente, a exaustão dos recursos naturais faz com que os pescadores se encontrem em situação de vulnerabilidade e insegurança, pois ações que levam à redução ou falta do pescado fazem com que eles tenham que buscar fontes alternativas de renda, que também não lhes garantem segurança e estabilidade financeira. Ressalta-se que as fontes alternativas de renda configuram-se apenas como um paliativo que atende a situações emergenciais e complementam os ganhos com a pesca.

A área de confluência dos rios Garças e Araguaia, onde geralmente a atividade de pesca é desenvolvida, é marcada fortemente pela crescente urbanização, plantações, atividades de turismo e lazer; ações que levam a um quadro de degradação dos rios e do entorno deles.

Destaca-se também a ineficiência no que diz respeito às garantias sociais, como a morosidade na disponibilização do seguro defeso, no período em que não podem pescar, que por vezes os deixam temporariamente desprovidos de recursos financeiros mínimos.

Os pescadores artesanais entrevistados durante a coleta de dados são pessoas simples, porém possuidoras de um vasto conhecimento sobre a região em que vivem, em seus mais variados aspectos, sobretudo quanto a questões socioambientais direta e indiretamente ligadas à pesca. Este conhecimento construído e acumulado por eles nos permitiu compreender com mais precisão o objeto desta pesquisa.

Conhecer o contexto e estudar essas memórias foi possível mediante utilização de métodos da “História Oral” e da “História de Vida”. Tais métodos nos possibilitaram proximidade com tantas histórias extraordinárias, relatadas por quem, de fato, as vivenciaram. Como diz o adágio popular, tivemos a oportunidade de “beber da fonte”, o que para um pesquisador é uma honra, além aproximá-lo com mais precisão do seu objeto de estudo.

A pesquisa também exigiu minuciosa investigação e uma imersão em leituras relacionadas aos assuntos aqui abordados. De posse de um embasamento teórico que nos possibilitasse a escrita dos capítulos, houve também a necessidade de um estudo criterioso sobre os métodos utilizados, para que assim fosse possível colocá-los em prática com o mínimo de equívocos, durante a etapa de coleta de dados.

Ademais, o contato com os pescadores proporcionou a compreensão das dificuldades encontradas por estes profissionais na realização de uma atividade tradicional, estabelecida em território hegemonicamente capitalista, marcado pelos aspectos da modernidade e de degradação ambiental. Uma de suas queixas desses pescadores é a de que os rios tem apresentado níveis de vazão cada vez mais baixos, principalmente em períodos de seca, atingindo volumes d’água insuficientes para a ocorrência de peixes, o que ocasiona a migração desses animais para outros locais e compromete a realização das pescarias.

Com a existência de inúmeros empreendimentos que realizam atividades que tenham como efeitos a poluição, contaminação, assoreamento dos rios, além do aquecimento global, a tendência é de que os níveis de vazão dos rios continuem a diminuir. Na área de estudo, esses empreendimentos são representados por hotéis, restaurantes, frigorífico, residências, lavouras, criação de gado, complexos de turismo e lazer, além da existência de grandes áreas residenciais nas três cidades.

Em rios como o Garças e o Araguaia que já apresentam problemas relacionados à vazão, torna-se urgente a necessidade de ações interventivas e mitigadoras para quaisquer empreendimentos ou atividades que possam resultar em ações antrópicas e que prejudiquem de alguma forma os cursos d’água e todas as questões ambientais e sociais a eles relacionadas.

A maioria dos pescadores entrevistados é constituída de pessoas mais velhas ou idosas, com baixo grau de escolaridade. São poucos os filhos desses pescadores que

escolheram seguir a profissão dos pais, muitos deles, embora conhecedores do ofício da pesca, preferem ocuparem-se de outras profissões. Os conhecimentos dos pescadores, suas percepções, seus imaginários e até mesmo a própria profissão, resultam de suas relações que estabelecem com a natureza, dependendo dela em todos os sentidos para sobreviverem e manterem vivos os traços culturais construídos ao longo de uma vida. Essas relações tornam-se prejudicadas em função dos problemas ambientais enfrentados pelos rios em questão.

Todos estes fatores colaboram para que haja uma diminuição de pescadores nos rios, o que além de prejudicar o exercício da profissão, faz com que gradativamente esta profissão deixe de ser exercida, visto que as novas gerações estão optando por outras atividades, não dando sequência a essa tradição cultural/profissional de suas famílias, que é a pesca artesanal.

Creemos que os pescadores artesanais pouco provavelmente vão deixar de existir ou de realizar suas pescarias, mas continuarão padecendo com os efeitos da crise ambiental e social já existentes, por isso é preciso a adoção de medidas que amortecem os impactos negativos.

Há a necessidade de um olhar voltado para todas as dimensões que representam, não pura e simplesmente como um território a ser explorado do ponto de vista econômico, mas também como locais onde muitas relações sociais são construídas, de onde famílias inteiras tiram seu sustento, onde a vegetação é quem pode garantir a sobrevivência dos rios e da fauna associada, dentre tantos fatores que necessitam de controle para que não deixarem de existir.

A organização social desses profissionais também necessita de fortalecimento no que tange às políticas públicas de fomento ao desenvolvimento da pesca, de propiciar melhores condições materiais para os pescadores e também de educação e gestão ambiental. Que haja equidade entre os incentivos oferecidos às práticas tradicionais e às práticas relacionadas com a industrialização, por exemplo.

Os projetos com vistas ao desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste representaram fatores determinantes na degradação dos recursos naturais dos quais dependem a realização e a manutenção das atividades de pesca artesanal. Temos convicção de que a minimização desses impactos só será possível mediante ações estatais através de políticas públicas que promovam equidade em relação a todas as parcelas da sociedade.

É importante fazer um alerta de que em muitos casos, os impactos causados ao meio ambiente e que interferem na atividade pesqueira são omitidos nos relatórios oficiais de estudos de impactos ambientais, demonstrando falhas nas medidas que deveriam ser adotadas no sentido de minimizar os problemas causados.

Este estudo não teve a pretensão de apontar ou estudar quais políticas públicas podem ser criadas e executadas com o intuito de mitigar os impactos causados ao meio ambiente e

aos trabalhadores da pesca, contudo, trata-se de um assunto de extrema importância e merecem ser objetos de estudos de futuras pesquisas.

No transcorrer de suas atividades, os pescadores precisam lidar com muitas oscilações, climáticas, ambientais, financeiras e outras. O conhecimento que alcançamos sobre isto confirma a principal hipótese aventada ao propormos esta pesquisa; isto é: os pescadores artesanais estão diante de uma crise socioambiental que cada vez mais fomenta conflitos que comprometem a manutenção e perpetuação de suas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, L. A. Q.; FAVA, V. L.. **Dinâmica Espacial do Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: IPE-USP, 1985. v. II.

AB'SÁBER, A. N.. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALBERTI, V.. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. **Ouvir contar: textos em história oral**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ARAÚJO, I. M. M de; OLIVEIRA, A. G. R da C.. **Agronegócio e agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no nordeste brasileiro**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 15 n. 1, p. 117-129, jan./abr. 2017.

ARAÚJO, M. A. C de. **Estado e planejamento: a SUDECO e o avanço do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste (1967-1990)**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

ABHO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=24>. Acesso em: 13 de out. de 2016.

BARROSO, L.V.. **Aspectos da atividade da pesca na Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro: s/n, 2000.

BLUME, R.. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre: FCE, 2004.

BRANCHER, V. R.. **Formação, saberes e representações: história de vida de Helena Ferrari Teixeira**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

BURKE, P.. **A Escola dos Annales (1929-1989) a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BRUNO, R.. **Desigualdade, agronegócio e agricultura familiar no Brasil**. Estudos, Sociedade e Agricultura, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 142-160.

CAMARGO, A.. História oral e política. In: FERREIRA, M. M. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Editora Diadorim, 1994, p. 75-99.

CAMPOS, A. G; CHAVES, J. V.. **Perfil laboral dos pescadores artesanais no Brasil**: insumos para o programa de seguro defeso. Mercado de trabalho. n. 60. Abril de 2016.

CARDOSO NETO, O. F.. **SINTEP BG-PA**: Inventário da luta dos trabalhadores em educação em mais de três décadas. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

CARLOS, A. F. A.. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSKY, A.. **Indivíduo e ambiente**: a metodologia de pesquisa da história oral. Biblos, Rio Grande, v. 16, p. 7-24. 2004.

CUNHA, L. H. O.. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: DIEGUES, A. C. (Org). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 101-110.

D'ARAÚJO, M. C.. **Como a história Oral chegou ao Brasil – Entrevista com Aspásia Camargo a Maria Celina D'Araújo**. História Oral, Rio de Janeiro, p. 167-179. 1999.

DERISIO, J. C.. **Introdução ao controle de poluição ambiental**. São Paulo: Signus, 2000.

DIEGUES, A. C.. **A pesca artesanal no litoral brasileiro**: cenários e estratégias para sua sobrevivência. Proposta: Experiência em educação popular, 1988.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DINIZ, Z. dos S.. **Município de Aragarças**. Aragarças: Alcaco, 2016.

FERRAROTTI, F.. Sobre a autonomia do método biográfico. In: Nóvoa, A.; Finger, M.. **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

FERREIRA, J. A.. A produção social da comunidade de Jequiá: limites e desafios de resistências. In: SILVA, C. A. da (Org). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 113-138.

FERREIRA, J. C. V.. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001.

FERREIRA, M. de M.. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, p. 314-332. 2002.

_____. **Desafios e dilemas da história oral nos anos 90**: o caso do Brasil. História Oral, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998.

FERREIRA, V. L. D. L. S.. **Gênero e profissão**. Santa Maria: UFSM, 2003.

FRISCH, M. H.. A desindustrialização vista de baixo para cima e de dentro para fora: o desafio de se retratar a classe trabalhadora em palavras e imagens. In: ALBERTI, V., FERNANDES, T. M., & FERREIRA, M. M. (Org). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 167-178.

GASPAR, R. B.. Gaúchos, pioneiros e produtores na expansão do agronegócio no Maranhão. In: LUNAS, D. A. L.; XAVIER, G. L.; LUZ, J. S. da. (Org). **Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas de território**. Anápolis: Editora UEG, 2015, p. 105 - 142.

GELD, E. B.. **Pelas janelas da fazenda: o olhar de uma imigrante americana no vasto interior do Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

GERMANO, J. W.. **Estado militar e educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOMES, A. C.. Do agreste paraibano ao morro do Turano: memórias da migração. In: ROLLEMBERG, D. (Org). **Histórias de vida: experiências com história oral**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P.. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. Cadernos EBAPE, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-18, mar. 2010.

GOMES, H.. Cerrado: extinção ou patrimônio nacional? In: GOMES, H. (Org). **Universo do Cerrado**. Goiânia: 2008, p. 7-13.

HALBWACHS, M.. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

JOSSO, M. C.. **Experiências de vida e formação**. Lisboa: Educa, 2002.

JOUTARD, P.. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, V., FERNANDES, T. M., & FERREIRA, M. M. (Org). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 31-45.

LE GOFF, J.. A História Nova. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

LIMA, N. T.. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: REVAN/ IUPERJ/UCAM, 1999.

LIMA FILHO, M. F.. **O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

_____. **Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 65-87, jun. 2000.

LORIGA, S.. A biografia como problema. In: REVEL, J. (Org). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 225-249.

LOZANO, J. E. A.. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 15-25.

LUNAS, D. A. L.; CARDOSO JÚNIOR, H. M.; GIONGO, P. R.. Estado e políticas públicas no território rural do sudoeste goiano. In: LUNAS, D. A. L.; CARDOSO JÚNIOR, H. M.;

GIONGO, P. R. (Org). **Estado e políticas públicas no território rural do sudoeste goiano**. Goiânia: Kelps, 2017, p. 12-14.

MACÊDO, M.. **O rio, as pedras e a cidade (Baliza 1922-1960)**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

MACIEL, D. P.. O estado brasileiro na integração de espaços “vazios” ao conjunto da nação: ações da Fundação Brasil Central (FBC) - 1943-1967. In: LUNAS, D. A. L.; XAVIER, G. L.; LUZ, J. S. da. (Org). **Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas de território**. Anápolis: Editora UEG, 2015, p. 245-260.

_____. Estado e território na hinterlândia brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: MELLO, M. de; OLIVEIRA, E. C.; SILVA, A. L. da. (Org). **Território, cidades e cultura no Cerrado**. Anápolis: Editora da UEG, 2012, p. 39-64.

_____. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH**. 2011, São Paulo. p. 1-21.

_____. **Aragarças (1943-1968): a moderna urbe na rota para o Oeste**. Plurais (Anápolis), v. 3, p. 47-68, 2006.

_____. **Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste Brasileiro**. Plurais (Anápolis), v. 1, n.2, p. 145-161, 2005.

MAGALHÃES, V. B. de. **Alternativas de vida no sul da Flórida: o caso de uma go-go girl**. In: Narrativas e experiências: histórias orais de mulheres brasileiras (Vários autores). São Paulo: D’Escrever Editora, 2009.

MALDONADO, S. C.. A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, A. C. (Org). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 59-68.

MARRE, L. M.. **História de vida e método biográfico**. In: Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 3, n. 3, jan-jul, 1991.

MARRUL FILHO, S.. Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros. Brasília: IBAMA, 2003.

MARTINS, J. S.. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, M. L. S.; ALVIM, R. G.. **Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 11, n. 2, p. 379-390, maio-ago. 2016.

MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento**. Região de Planejamento IV Leste. MT+20. 2005. Disponível em: http://www.repositorio.seplan.mt.gov.br/planejamento/download/dr/IV_barra_do_garcas.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2017.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K.. **História oral como fonte: problemas e métodos**. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n.1, p. 95-108, 2011.

MAUAD, A. M.. Comentários sobre o painel “Identidade da classe trabalhadora numa economia global”. In: ALBERTI, V., FERNANDES, T. M., & FERREIRA, M. M. (Org). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 199-201.

MEIHY, J. C. S. B.. **Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro**. Revista de história, n. 155 (2º-2006), p. 191-203, 2006.

_____. **Manual de história oral**. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MONTENEGRO, A. T.. **História, metodologia, memória**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, A. C. R. Ideologias geográficas e projetos nacionais no Brasil. In: **Território e História no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 112-131.

MOREIRA, H. C. L.; SCHERER, E.. Os pescadores, o seguro defeso e a conservação ambiental no Amazonas. In: SCHERER, E. (Org). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

MUSEU DA FOTOGRAFIA DOCUMENTAL. **Acervo Documental Marcha para o Oeste**. Disponível em: <<http://photos.com.br/museu-da-fotografia-documental/>>. Acesso em: jul./2017.

NASCIMENTO, A. M. do. **Barra do Garças, das pedras aos grãos: uma história de migrações e ocupações (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado em História, 2010.

OLIVEIRA, P. M. A. & OLIVEIRA, A. L. de. **Sedução e desafios da biografia na história**. Revista discente do programa de pós graduação em história-UFJF. v.1, n.1, p. 168-180, jan/jun 2015.

OLIVEIRA, V. F. de. **Imaginário social e a escola de ensino médio**. Ijuí: Unijuí, 2005.

PAULILO, M. A. S.. **Pesquisa qualitativa e a história de vida**. Serv. Soc. Rev. Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/n1v2.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

PEIXOTO, A. C. B.. **Pescador de ilusões: o trabalho da pesca artesanal e sustentabilidade do desenvolvimento em comunidades pesqueiras nos municípios de Pão de Açúcar e Olho D'Água do Casado no Baixo São Francisco Alagoano**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

PERAZZO, P. F.. **Narrativas orais de histórias de vida**. Comunicação e inovação, PPGCOM/USCS. v. 16, n. 30, p.121-131, jan-abr 2015.

PINHEIRO, J. C. V; CARVALHO, R. M.. **Gestão dos recursos hídricos no sistema agroindustrial nordestino: uma abordagem teórica**. Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional, v. 6, n. 1, p. 52-72, jan-abr/2010.

POLLAK, M.. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-5, 1989.

PRINS, G.. História Oral. In: BURKE, P. (Org.); tradução de Magda Lopes. **A escrita a história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 163-198.

QUEIROZ, V. M.. **Barra do Garças-MT no contexto socioeconômico da região centro oeste e o surgimento dos moradores de rua**. Revista Eletrônica Georaguiaia, v. 2, n. 2, p. 188-204. Agosto/dezembro, 2012.

RAINHA, F. A.; NASCIMENTO, N. O. do; LEONCIO, R. C. C.; BUCH, C. L.. Território e políticas públicas: contradições e luta dos pescadores artesanais pela garantia de seus direitos. In: SILVA, C. A. da (Org). **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 87-109.

RESENDE, A. T.. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. In: SILVA, C. A. da (Org). **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 43-86.

RIBEIRO, H. de S.. **O migrante e a cidade: dilemas e conflitos**. Curitiba: Wunderlich, 2001.

RIBEIRO, M. M.. **Memórias de migrantes: onde viver o fazer faz o saber**. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.

RIBEIRO, S. L. S.. Narrativas e experiências: histórias orais de mulheres brasileiras. São Paulo: D'Escrever Editora, 2009.

ROHDEN, J. B.; SÁ, E. F. de. **Do Sul para o Centro-Oeste: a saga de migrantes sulistas para o norte de Mato Grosso – histórias de muitas vidas e de uma escola “inventada”**. Cadernos de História da Educação – v. 13, n. 1 – jan./jun. 2014.

ROSA, M. F. & MATTOS, U. A. O.. **A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara**. Ciência & Saúde Coletiva, 2010. vol.15. p. 43-52.

SANTHIAGO, R.. **Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade**. Seculum, João Pessoa. v. 18, jan/jun, 2008.

SANTOS, A. E.. **Agrupamentos de cidades de pequeno porte: um estudo sobre Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.

SANTOS, M.. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SAQUET, M. A.. AS relações de poder e os significados do conceito de território. In: **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHERER, E.. A pesca e os pescadores no mundo das águas e o seguro defeso no Amazonas: entrevista com Estevam Ferreira da Costa. In: SCHERER, E. (Org). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SCHWANTES, N.. **Uma cruz em Terranova**. São Paulo: Scritta Oficina Editorial, 1989.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. de. “**Conte-me sua história**”: reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia, 2007, Vol. I, nº 1, 25-35.

SILVA, C. A. da. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, C. A. da (Org). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 13-26.

_____. Economia política do território: desafios para pensar a metrópole. In: SILVA, C. A. da (Org). **Território e ação social**: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2011, p. 97-115.

SILVA, L. F. M. da. **O uso da biografia e da história oral na construção do personagem histórico**: o bispo D. Waldyr Calheiros de Novaes. Revista Tempo Histórico. v.5, n.1, p. 1-20, 2013.

SILVA, N. V. da. **O garimpo no Vale do Araguaia na década de 90**: mitos, representações e imaginário. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado em História, 2011.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D.. **Método história oral de vida**: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010.

SILVEIRA, E. da S.. **História oral**: pensando um perfil de historiador etnográfico. Métis: história & cultura – v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.

SIMONIAN, L. T. L.. **Mulheres da Floresta Amazônica**: entre o trabalho e a cultura. Belém: Naea/UFPA, 2001.

SOUZA, C. V. e. **A pátria geográfica – sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: UFG, 1997.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. da S.. **Trabalhando com a história de vida**: percalços de uma pesquisa (dora?). Revista da Escola de Enfermagem da USP. 2003; 37(2):119-26.

SPOSITO, M. E. B.. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

STEINBERGER, M.. **Região Centro-Oeste**: uma visão geopolítica. Sociedade e Cultura, v.3, n.1 e 2, jan/dez. 2000, p. 31-49.

TEDESCO, J. C.. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: EDUCS, 2004.

TEJERINA-GARRO, F. L.. Biodiversidade e impactos ambientais no estado de Goiás: o meio aquático. In: ROCHA, C.; TEJERINA-GARRO, F. L.; PIETRAFESA, J. P. (Org). **Cerrado, ambiente e sociedade**: desenvolvimento sustentável em Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, 2008, p. 15 – 34.

TILLY, L. A.. **Gênero, história das mulheres e história social**. Cadernos Pagu (3) 1994: p. 29-62.

TINOCO, R.. **Histórias de vida**: um método qualitativo de investigação. APDES, Rio de Janeiro, v. 14, jan/jul, 2007.

VARJÃO, V.. **A história em prosa e verso**. Acervo fotográfico. Disponível em: <<http://valdonvarjao.com.br>>. Acesso em: jul.2017.

_____. **Barra do Garças**: migalhas de sua história. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985.

_____. **Barra do Garças**: do passado ao presente. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1992.

VELHO, G.. **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VOLDMAN, D.. Definições e usos. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 33-41.

XAVIER, G. L.. Agronegócio, poder político e retórica de classe. In: LUNAS, D. A. L.; XAVIER, G. L.; LUZ, J. S. da. (Org). **Cerrado**: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território. Anápolis: Editora UEG, 2015, p. 13 – 43.

ANEXOS



Roteiro I

Roteiro de entrevista a ser realizada com o(a) gestor(a) da Colônia de Pescadores Z9.

Assuntos a serem abordados durante a entrevista:

1. Nome do/a entrevistado/a.
2. Idade.
3. Lugar de origem.
4. Profissão.
5. Escolaridade.
6. É ou foi pescadora ou descendente de pescadores.
7. Tempo de profissão (pesca).
8. Mora a quanto tempo na região que compreende a área da pesquisa.
9. Finalidades e objetivos da Colônia.
10. Tempo de trabalho na Colônia de Pescadores.
11. Requisitos para se cadastrar na Colônia.
12. Quantidade de pescadores cadastrados na Colônia.
13. Distinção dos pescadores em categorias.
14. Quantidade de pescadores artesanais cadastrados na Colônia.
15. Principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento da pesca artesanal.
16. Ajuda de custo recebida pelos pescadores artesanais durante o período de defeso.

Roteiro II

Roteiro de entrevista a ser realizada com pescadores artesanais.

Assuntos a serem abordados durante a entrevista:

1. Nome completo.
2. Idade.
3. Estado civil.
4. Sexo.
5. Lugar de origem.
6. Município que reside atualmente.
7. Escolaridade.
8. Tempo que exerce a profissão de pescador/a artesanal.
9. Mora a quanto tempo na região que compreende a área da pesquisa.
10. Instrumentos que utiliza para a realização da pesca.
11. Com quem aprendeu a pescar.
12. Pratica a pesca sozinho/acompanhado de amigos/família.
13. Finalidade do pescado.
14. Forma de comercialização do pescado.
15. Em que medida o progresso afetou a atividade pesqueira e de comercialização do pescado.
16. Dificuldades encontradas na comercialização do pescado.
17. Exerce outra atividade remunerada/por qual motivo.
18. Pessoas da família que colaboram para o orçamento e despesas da casa.
19. Condições de vida no que diz respeito ao acesso a assistência social, educação, saúde, etc.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**PESCA ARTESANAL E PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL EM ARAGARÇAS (GO), PONTAL DO ARAGUAIA (MT) E BARRA DO GARÇAS (MT)**”, desenvolvida por **André Sousa Santos**, discente de Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Estadual de Goiás, do programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões no Cerrado (TECCER), sob orientação da Professora **Dra. Dulce Portilho Maciel**.

O objetivo central do estudo é compreender como os projetos políticos de povoamento e exploração econômica territorial na região das cidades de Aragarças-GO, Pontal do Araguaia-MT e Barra do Garças-MT, tem alterado a dinâmica do meio ambiente e interferido nas atividades de pescadores artesanais.

A participação é voluntária, isto é, o participante pode decidir se quer ou não participar, bem como deixar de participar a qualquer momento da pesquisa. O entrevistado não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não autorizar sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

O pesquisador responsável por este estudo e sua equipe de pesquisa declaram: que cumprirão com todas as informações acima; que você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, incluindo indenização referente a possíveis danos sofridos em decorrência da pesquisa, conforme prevê a Resolução 466/2012 do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); que toda informação será confidencial e sigilosa; que sua desistência em participar deste estudo não lhe trará quaisquer penalizações; que será devidamente ressarcido em caso de custos para participar desta pesquisa; e que acatarão decisões judiciais que possam suceder.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista ao pesquisador. A entrevista será gravada, sendo que o(a) convidado(a) participante não será identificado(a), em informações pessoais e privadas, em nenhum momento, mesmo quando os resultados da pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

As amostras e o material da pesquisa serão armazenados em arquivo físico e digital, a

ser depositado no Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade Estadual de Goiás – UEG- Câmpus de Ciências Sócio Econômicas e Humanas de Anápolis e também sob a responsabilidade do pesquisador por um período de 5 anos após o término da pesquisa conforme Resolução 466/12 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Depois deste período todos os arquivos oriundos da pesquisa serão destruídos, tendo seu material reciclado.

Os resultados serão divulgados ao público participante, após a finalização do mestrado na dissertação, mediante as correções necessárias.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato com o(a) pesquisador(a) responsável:

UEG – Câmpus de Ciências Sócio-econômicas e Humanas de Anápolis
Av. Juscelino Kubitschek, 146 – Bairro Jundiáí – Anápolis-GO
André Sousa Santos
Telefone: (66) 99204-5563

Contato com o Comitê de Ética em Pesquisa

UEG – Universidade Estadual de Goiás
BR 153 Quadra Área, km 99, Bloco III, Térreo – Anápolis-GO
Telefones: (62)3328-1434/ (62)99162-2257

TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____ RG/CPF
nº _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo
“**PESCA ARTESANAL E PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL EM ARAGARÇAS
(GO), PONTAL DO ARAGUAIA (MT) E BARRA DO GARÇAS (MT)**”. Declaro ter
sido devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre os objetivos da
pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios
decorrentes de minha participação. Fui orientado(a) para entrar em contato com o **Comitê de
Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás - UEG** pelos telefones (62) 3328-
1439 e (62)99162-2257, caso me sinta lesado(a) ou prejudicado(a). Foi-me garantido que não
sou obrigado(a) a participar da pesquisa e posso desistir a qualquer momento, sem qualquer
penalidade. Recebi uma via deste documento.

Anápolis, de de 2017.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do pesquisador responsável



Impressão datiloscópica do(a) participante sem letramento.

Testemunhas não vinculadas à pesquisa:

1- _____

2- _____